

Waleska S. Gaspar

CARTAS EM TEMPOS DE GUERRA: A REVOLUÇÃO  
FEDERALISTA NA CORRESPONDÊNCIA DE  
FLORIANO PEIXOTO (1893-1894)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel.

Passo Fundo

2019

CIP – Catalogação na Publicação

---

G249c Gaspar, Waleska Sheila  
Cartas em tempos de guerra : a Revolução Federalista na correspondência recebida por Floriano Peixoto (RS, SC, PR, 1893-1894) / Waleska Sheila Gaspar. – 2020.  
138 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2020.

1. Brasil - História - Revolução Federalista, 1893-1895.  
2. Ciência política. 3. Peixoto, Floriano, 1839-1895 - Correspondências. 4. Análise do discurso. I. Reckziegel Ana Luiza Setti, orientadora. II. Título.

CDU: 981.6

---

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

Dedico este trabalho à minha avó (*in memoriam*),  
minha mãe e minha irmã, exemplos de mulheres  
fortes.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha orientadora, professora Ana Luiza Setti Reckziegel, pelo acompanhamento em minha trajetória acadêmica desde a Iniciação Científica e pela compreensão e paciência ao longo destes anos.

Agradeço ao corpo docente do Curso de História da Universidade de Passo Fundo, fundamentais na minha formação e trajetória até aqui. Agradeço especialmente à Jenifer, sempre solícita na secretaria do Programa de Pós-graduação.

À CAPES, pela bolsa concedida, indispensável para a realização desta pesquisa.

Agradecimento especial a todos meus amigos que sempre me ouviram falar da pesquisa e me incentivaram de alguma maneira. É injusto mencionar apenas alguns destes, devo, contudo, especial agradecimento a meus companheiros de jornada (por ordem alfabética, não de importância): Augusto, Caroline e Djiovan, por todos os diálogos construídos, eventos vivenciados, momentos e aprendizados compartilhados. Com vocês aprendi a ser uma pessoa melhor.

Por fim, agradeço àqueles sem os quais nada disso seria possível: Felipe, pelo amor sempre sincero e presente. Meus pais, pelo apoio e incentivo aos meus estudos. Minha irmã, por todos os livros os quais me presenteou ao longo da pesquisa e por não deixar esquecer como nós, mulheres, somos fortes.

“La vida no es lo que viviste, sino lo que recuerdas y  
cómo recuerdas contarlo”.

(Gabriel García Márquez)

## RESUMO

A Revolução Federalista, como ficou conhecida a guerra civil ocorrida entre os anos de 1893 a 1895 no Rio Grande do Sul, opôs federalistas e castilhistas na luta pelo poder do Estado e integra um dos episódios mais graves que a recém-proclamada República do Brasil teve de enfrentar. O conflito não ficou circunscrito ao estado sul-rio-grandense, alcançando seus estados vizinhos: Santa Catarina e Paraná. Isto posto, o presente estudo tem como objetivo analisar a Revolução a partir de um conjunto documental constituído pela correspondência passiva durante a revolta do então presidente da República Floriano Peixoto. Para tanto, optou-se pela seleção das missivas correspondentes aos estados envolvidos diretamente com o conflito: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a fim de compreender quais foram os influxos políticos decorrentes do conflito em sua perspectiva regional, bem como as relações estabelecidas com o governo federal nesse sentido. A análise e interpretação das cartas remete aos referenciais teórico-metodológicos que levam em consideração as peculiaridades da escrita epistolar, articulando a isso estudos que perpassam a identificação do documento enquanto portador de um discurso. Dessa forma, interessa entender a Revolução Federalista em seu contexto levando em consideração os desdobramentos desta nos estados sulinos em consonância com a atuação do governo federal na guerra, buscando caracterizar as ações, articulações políticas, interesses e ideias manifestadas na correspondência investigada. A análise das fontes aponta para a existência de uma trama estabelecida entre os indivíduos por meio das práticas e discursos presentes em suas correspondências e estas, além de revelarem as percepções, estratégias e dificuldades encontradas no decorrer da guerra, evidenciam os valores e ideais comuns compartilhados pelos sujeitos nesse contexto histórico em específico. Desse modo, este estudo contribui para a originalidade da pesquisa, visto que a investigação sistemática das fontes elencadas é algo ainda não apresentado em outros exames sobre a Revolução Federalista. Assim, considera-se que esse trabalho contribui significativamente para a historiografia acerca do conflito sulino e do cenário político que marcaram os primeiros anos da República brasileira.

**Palavras-chave:** Revolução Federalista. História política. Floriano Peixoto. Correspondência. Análise do discurso.

## ABSTRACT

The Federalist Revolution, as the civil war that took place between 1893 and 1895 in Rio Grande do Sul became known, opposed federalists and republicans in the struggle for the power of the State, and it integrates one of the most critical episodes that the newly proclaimed Republic of Brazil had to face. The conflict was not limited to the state of Rio Grande do Sul, reaching its neighboring states: Santa Catarina and Paraná. Therefore, the present study aims to analyze the Revolution from a documental set constituted by the passive correspondence during the revolt of the then president of the Republic Floriano Peixoto. In order to do so, a selection of the letters corresponding to the states that were directly involved in the conflict: Rio Grande do Sul, Santa Catarina and Paraná, was done as a means to understand the political influences due to the conflict from its regional perspective, as well as the relations that were established with the federal government in this concern. The analysis and interpretation of the letters refers to the theoretical-methodological references, which take into account the peculiarities of the epistolary writing, articulating to it studies that go through the identification of the document as the bearer of a discourse. Thus, it is important to understand the Federalist Revolution in its context taking into account its developments in the southern states in line with the participation of the federal government in the war, in search for characterizing the actions, political articulations, interests and ideas expressed in the investigated correspondence. The analysis of the sources shows the existence of a plot established between the individuals through the practices and discourses present in their correspondences, and these documents, besides revealing the perceptions, strategies and difficulties faced during the war, evidence the common values and ideals shared by the subjects in this specific historical context. In this way, this study contributes to the originality of the research, since the systematic investigation of the sources listed is something not yet presented in other examinations on the Federalist Revolution. Thereby, this paper contributes significantly to the historiography of the southern conflict and the political scenario that characterized the early years of the Brazilian Republic.

**Keywords:** Federalist Revolution. Political history. Floriano Peixoto. Correspondence. Discourse analysis.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Gráfico temas recorrentes presentes nas correspondências .....	22
---	----



## **LISTAS DE QUADROS**

Quadro 1 - Sistema de arranjo inventário Fundo Floriano Peixoto.....	20
--	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

PRC: Partido Republicano Catarinense

PRF: Partido Republicano Federal

PRR: Partido Republicano Rio-grandense

PUF: Partido União Federalista

SIAN: Sistema de Informação do Arquivo Nacional

URP: União Republicana do Paraná

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 ECLODE A GUERRA NO RIO GRANDE DO SUL: INSTABILIDADE POLÍTICA E LUTA PELO PODER</b> .....	25
<b>1.1 Para a crise, um salvador: Floriano Peixoto e a intervenção federal no conflito</b> .....	25
1.1.1 A Revolução Federalista e a historiografia: breves apontamentos .....	29
<b>1.2 Prelúdio de uma guerra iminente: do imbróglio político às armas</b> .....	35
<b>1.3 A correspondência sul-rio-grandense chega ao Rio de Janeiro</b> .....	41
1.3.1 A desqualificação do adversário e as adversidades internas .....	49
<b>2 PARA ALÉM DO RIO GRANDE DO SUL: A REVOLUÇÃO AMPLIA SEU CAMPO DE AÇÃO</b> .....	56
<b>2.1 “Um insucesso será o sacrifício de nossa causa”: adversidades dentro e fora do campo de batalhas</b> .....	56
2.1.1 A Revolução ultrapassa suas fronteiras .....	62
<b>2.2 A instauração da República em Santa Catarina e o tensionamento político</b> .....	64
2.2.1 Estratégias e articulações políticas no decorrer do conflito .....	70
<b>2.3 A tomada de Desterro e a legitimação do poder em Santa Catarina</b> .....	79
<b>3 A REVOLUÇÃO CHEGA AO PARANÁ: DO AUGE REVOLUCIONÁRIO À DERROTA E TÉRMINO DA GUERRA CIVIL</b> .....	88
<b>3.1 A Revolução Federalista e a dinâmica política no Paraná</b> .....	88
<b>3.2 Operações e estratégias em território paranaense</b> .....	94
<b>3.3 Do ápice à queda: a tomada do Paraná e a derrota revolucionária</b> .....	104
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	116
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	121
<b>APÊNDICES</b> .....	127
APÊNDICE A – Quadro remetentes do Rio Grande do Sul (1893-1894) .....	128
APÊNDICE B – Quadro remetentes de Santa Catarina (1893-1894): .....	129
APÊNDICE C – Quadro remetentes do Paraná (1893-1894): .....	130
<b>ANEXO</b> .....	131
ANEXO A – Mapa da viagem de ida e volta das tropas revolucionárias federalistas nos três estados do sul do Brasil .....	132

## INTRODUÇÃO

Érico Veríssimo, em sua aclamada obra *O tempo e o vento*, apresenta uma curiosa narrativa experimentada pelo personagem Maneco Lírio ao descrever sobre o contexto político do Rio Grande do Sul após a proclamação da República no Brasil (1889). Monarquista convicto, Maneco Lírio lamenta o rumo das coisas com ar saudosista enquanto observa o quadro do Imperador pendurado na parede úmida de sua sala, “mandaram o velhinho embora”, suspira, “o país está entregue a camarilha positivista”, queixa-se. No desande dos acontecimentos, para Maneco só haveria um homem capaz de pôr ordem nas coisas:

[...] Mas, no meu franco entender, só existe um homem no mundo capaz de salvar o país, o Conselheiro Gaspar Martins, honra e glória da nação, gigante no físico e na moral, no saber e na inteligência, conhecedor de quinze línguas entre vivas e mortas [...] e quando Gaspar Martins solta o verbo de Fogo com sua voz de trovão, os pigmeus da República se encolhem. Pois o nosso Conselheiro é contra esta situação e nas campinas do Rio Grande deu o grito da revolução. E de todos os quadrantes surgiram federalistas e gasparistas de lenço dobrado no pescoço. E meu filho José Lírio foi o primeiro a se apresentar. Os dias do castilhismo estão contados (VERÍSSIMO, 1948, p. 660).

A passagem, não desprovida da inventividade literária, é, no entanto, deveras significativa por abordar um momento particular da história sul-rio-grandense. Érico Veríssimo, em seu romance, reconta a formação do Rio Grande do Sul tendo parte da sua obra ambientada na guerra civil ocorrida no estado entre os anos de 1893 a 1895. A Revolução Federalista, como ficou conhecida, marcaria a política e a história do país, e é sobre este evento que a pesquisa discorrerá.

Os primeiros anos da República foram marcados pela tensão em razão dos problemas políticos e lutas pelo poder entre os diversos ramos civis e militares. Conseqüentemente, a revolta que eclodira no sul do país agravaria ainda mais esse cenário e revelaria o clima beligerante entre as duas facções políticas que dominavam o estado. De um lado, os apoiadores de Júlio de Castilhos e do Partido Republicano Riograndense (PRR), do outro, os seguidores de Gaspar Silveira Martins e do Partido Federalista, ambos inimigos e opositores, estes e aqueles, combatendo por um propósito: o poder político do Rio Grande do Sul.

A conformação desse cenário em guerra remonta a um quadro de instabilidades e rivalidades políticas existentes na época que acabariam por serem evidenciadas com o golpe de 1889, o qual deu início ao sistema republicano no país. Na nova conjuntura dos acontecimentos, o Partido Liberal, até então majoritário no estado, perde espaço para o PRR que, ascendendo ao

poder, passa a empreender a derrubada de seus opositores dos cargos públicos e de todas as posições de liderança e prestígio eleitoral nos municípios.

Como força de oposição, chefes liberais, bem como dissidentes do PRR fundam, em 1892, o Partido Federalista sob a liderança de João Nunes da Silva Tavares e Gaspar Silveira Martins. Nesse contexto, violências e perseguições acharam terreno fértil frente à polarização política que crescia cada vez mais. A exacerbação partidária, o clima de tensão e a insegurança eram recorrentes, logo, a deflagração do combate entre as duas facções tornou-se algo iminente (FLORES, 2003; LOVE, 1972; RECKZIEGEL, 1999a).

Nesse quadro, a região sulina, amalgamada pela fronteira, foi fundamental para o rumo dos acontecimentos. Em território uruguaio, apartado das perseguições castilhistas, os federalistas puderam traçar suas estratégias de invasão ao estado sul-rio-grandense. Esta se concretizou em fevereiro de 1893. O Exército Libertador, como se intitulavam as forças revoltosas, transpôs a fronteira dando início a Revolução Federalista, a qual estender-se-ia até meados de 1895, alcançando os estados de Santa Catarina e do Paraná. O governo federal, ao lado das forças do PRR, participou ativamente dos embates da guerra, oficiais tidos como fiéis à causa republicana foram cedidos ao governo do estado sul-rio-grandense, postos como comandantes de brigadas e batalhões. Além disso, auxílio financeiro, material e bélico foi oferecido às forças governistas, financiado pelo tesouro nacional com o assentimento do então presidente da República, marechal Floriano Peixoto.

Visto isso, salienta-se que essa dissertação tem como objetivo analisar a Revolução Federalista a partir de um conjunto documental constituído pela correspondência passiva de Floriano Peixoto durante a revolta. Para tanto, opta-se pela seleção das missivas correspondentes aos estados do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina. Esta preferência se dá devido aos seguintes fatores: primeiro, pelo grande volume de documentos, revelando um rico acervo documental para análise; e segundo, por estes estados estarem diretamente ligados com os desdobramentos da guerra civil, visto que a revolta não ficou circunscrita ao Rio Grande do Sul, alcançando seus estados vizinhos. Dessa forma, a partir desse *corpus* documental, pretende-se analisar os desdobramentos da Revolução Federalista nos estados elencados, os influxos políticos decorrentes do conflito, bem como as relações estabelecidas com o governo federal nesse sentido.

Destaca-se que o interesse pela temática e a elaboração desse trabalho tem relação com estudos feitos anteriormente sobre a Revolução. Dado que, durante a pesquisa acadêmica, teve-se a oportunidade de analisar o discurso presente no jornal *O Estado de São Paulo* referente à Revolução Federalista. O estudo originou a monografia intitulada *A locomotiva do Brasil volta*

*seu olhar para o Sul: interpretações do O Estado de São Paulo sobre a Revolução Federalista (1893-1895)* realizada no ano de 2016. O desenvolvimento da referida pesquisa foi fundamental para verificar como a revolta tornou-se pauta das discussões políticas do centro do país, pois, para além de um conflito pelo poder regional, ela foi interpretada como uma ameaça à estabilidade da instituição republicana, a qual era representada pela nova coalizão de forças – na qual encontrava-se a elite cafeeira paulista. Portanto, por meio desse estudo, novos questionamentos sobre a temática foram suscitados.

Assim, tem-se como objetivo alargar as análises para a capital federal da época. Compreende-se que o Arquivo Nacional representa um dos principais centros de referência para o levantamento de documentações que pudessem contribuir para a experiência e proposta da pesquisa. Dessa forma, entra-se em contato com os documentos que fazem parte do Fundo Floriano Peixoto, disponíveis para acesso no referido arquivo, e identifica-se que dentre estes um número expressivo refere-se à correspondência recebida pelo presidente Floriano Peixoto durante os anos do conflito. Logo, percebe-se que se trata de um acervo rico e instigante, sendo ele a porta de entrada para um território valioso.

Portanto, verifica-se que tais fontes poderiam ser relevantes para o melhor entendimento da historicidade da região sulina no que tange à conjuntura nacional, bem como o papel da Revolução em seu contexto histórico. Frente a isso, reconhece-se que a leitura de sua correspondência passiva constitui uma oportunidade singular para compreender aspectos relevantes sobre a temática estudada. Além disso, em razão de o estudo ter como fonte as missivas citadas, estas contribuem para a originalidade da pesquisa, visto que a investigação sistemática delas é algo ainda não apresentado em outros exames sobre a Revolução Federalista. Assim, considera-se que esse trabalho contribui significativamente para a historiografia acerca do conflito sulino e do cenário político que marcou os primeiros anos da República brasileira.

Ademais, cabe ressaltar que esse estudo propõe elaborar uma história política combinada à análise dos discursos que fazem parte das missivas. Acredita-se que a efetivação de reflexões que associam a investigação historiográfica com o exame dos textos enquanto portadores de um discurso servem como importantes aportes para a ampliação das análises, para o aprofundamento de questões ainda não abordadas e para o direcionamento para novos olhares sobre temáticas antes estudadas. Isso posto, tem-se como objetivo entender a Revolução Federalista em seu contexto levando em consideração os desdobramentos desta nos estados sulinos em consonância com a atuação do governo federal na guerra, buscando caracterizar as ações, articulações políticas, interesses e ideias manifestadas na correspondência investigada.

## II

A recuperação do prestígio do estudo do político na historiografia recente tem sido possível devido à renovação das suas abordagens e métodos, assim como o contato estabelecido com novas fronteiras teóricas. Os debates envolvendo a história política buscou romper com a ideia de uma historiografia considerada tradicional, a qual sofreu pesadas críticas a partir da década de 1920, com o advento da Escola dos *Annales*. Na órbita das discussões, o historiador René Rémond (2003, p. 444) defende que o retorno de um interesse pela temática seria o signo de uma nova etapa no desenvolvimento da reflexão que a História faz sobre si mesma e, também, o resultado de uma nova configuração, marcada tanto pelas mudanças, que nesse novo contexto passaram a afetar o político, como pelas que dizem respeito ao olhar que o novo historiador dirige a este político. Para o autor, o político não pode ser delineado por uma coleção de objetos ou de um espaço, o político não tem fronteiras naturais, e, por isso, leva-se a definições mais abstratas, em que a mais constante é pela referência ao poder.

Visando compreender o universo do político de forma mais ampla, a história política recente aproximou-se de outras questões as quais decorrem os fenômenos econômicos, culturais e sociais. De acordo com essa nova ótica, o poder se estende a outras coletividades, setores das atividades humanas, e é expresso nas palavras e nos modos de comportamento. A compreensão do político perpassa, nesse sentido, no reconhecimento dos jogos de interesses, nas relações de poder estabelecidas e na multiplicidade de fatores que influenciam as decisões em diferentes esferas. Indo ao encontro do que defende Jacques Julliard (1988), o poder adquire uma noção muito mais ampla que o Estado. Portanto, há a preocupação de fazer aparecer as relações entre as instituições políticas e as formações sociais implícitas.

Destaca-se que esse contexto permitiu ao historiador levantar novas problemáticas e interpretações. Dado que é evidente como diferentes perspectivas de análise podem servir ao estudo de fontes muitas vezes tidas como convencionais, como os documentos escritos e/ou oficiais. Um exemplo disso é o uso das cartas na pesquisa histórica. Há muito tempo utilizadas pelos historiadores em seus exames, as cartas são retomadas como o próprio objeto de investigação frente aos novos enfoques explorados pela historiografia. Assim, o uso de correspondências constitui um meio privilegiado de acesso a informações visto o papel cada vez mais relevante que as cartas assumiram nas sociedades ao longo dos séculos.

Logo, o método empregado para leitura, análise e interpretação das cartas tomadas como fonte para o estudo remete aos referenciais teórico-metodológicos de autores afeitos às práticas aplicadas na leitura e na interpretação das missivas e peculiaridades da escrita epistolar,

articulando a isso estudos que perpassam a identificação do documento enquanto portador de um discurso. Nesse quadro, cabe destacar os estudos de Teresa Malatian: *Narrador, registro e arquivo* (2013); Angela de Castro Gomes: *A escrita de si, escrita da História* (2004); Geneviève Haroche-Bouzinac: *Escritas Epistolares* (2016); Christophe Prochasson: *Les correspondances: sources et lieux de mémoire de l'histoire intellectuelle* (1991); e Patrick Charaudeau: *Uma teoria dos Sujeitos da Linguagem* (2001) e *Discurso Político* (2017).

O estudo das cartas pressupõe a percepção de muitas camadas de significados, leituras do texto e do contexto, encenações do sujeito, pactos entre os interlocutores, etc. A escrita epistolar vem carregada de sentidos – seja como testemunho do indivíduo que escreve ou do grupo ao qual pertence, seja como representação contínua de uma ordem social ou coletividade. Visto dessa forma, as cartas permitem reconhecer as linguagens, o significado dos conceitos veiculados, os autores e personagens políticos que fizeram parte de determinado momento histórico, pois, como elucida Malatian (2013, p. 203), as cartas são “testemunhos de redes de comunicações entre indivíduos e grupos”.

Posto isso, sabe-se que fatores ligados ao contexto histórico se tornam inerentes à escrita epistolar. A estrutura hierárquica das relações sociais, as situações das vias de comunicação, o acesso à escrita e suas variações, entre outros fatores, influenciam no conteúdo e na forma da mensagem. Sendo assim, tais parâmetros

são decisivos para compreender como as comunidades ou os indivíduos constroem representações de seu mundo e emprestam significados plurais, contrastando, suas percepções e experiências [...]. Livre e codificada, íntima e pública, pressionada entre segredo e sociabilidade, a carta, melhor que qualquer outra forma de expressão, associa o vínculo social e a subjetividade. Cada grupo vive e formula a seu modo esse problemático equilíbrio entre mim e os outros. Reconhecer esses diversos modos de manejar a aptidão a corresponder é, sem dúvida, compreender melhor o que faz com que uma comunidade exista, cimentada pelo compartilhamento dos mesmos usos, das mesmas normas, dos mesmos sonhos [...] (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 30).

Portanto, entrar em contato com tais documentos pode permitir a reconstrução de ambientes e revelar hierarquias que estruturam determinada sociedade. As correspondências podem ainda servir para relatar as condições de desenvolvimento ou mesmo os modos de difusão de um pensamento (PROCHASSON, 1991, p. 3). Tornam-se, assim, uma via relevante para entender os mecanismos íntimos de construção de relações e vínculos, revelando aspectos sobre as peculiaridades da coletividade que a gerou, especialmente no que se refere às relações sociais e de poder. Vindo ao encontro com o que afirma Gomes,



a carta pessoal ‘diz’ que o segredo existe, explicando seus limites, ou faz crer que ele não existe e que a confissão é plena. Por essa razão, trata-se de um discurso geralmente marcado pelo cuidado no estabelecimento de relações sociais. Ele pode combinar com grande facilidade o que vem do cotidiano/ordinário com o que vem do maravilhoso/extraordinário. De toda forma, é um espaço preferencial para a construção de redes e vínculos que possibilitem a conquista e a manutenção de posições sociais, profissionais e afetiva (GOMES, 2004, p. 21).

No entanto, cabe ressaltar que a investigação com cartas pode esbarrar em alguns pontos que tornam complexo o trabalho do historiador. O primeiro ponto diz respeito à conservação dos documentos, pois sabe-se que as cartas são fragmentos de uma história, todavia, nada impede que parte das correspondências sejam destruídas se assim for a vontade do titular, nem que as condições de conservação e escrita tornem sua leitura um desafio. No caso de cartas produzidas ou endereçadas a pessoas com inserção pública e destacada, como é o caso das fontes utilizadas nessa pesquisa, esses aspectos devem ser levados em conta. Como salienta Malatian (2013, p. 202), correspondências de figuras públicas são conservadas com o conhecimento de sua importância enquanto fontes biográficas, sofrendo, nesse sentido, a seleção daquilo que deve ser preservado e divulgado para olhares futuros. Em outras palavras,

escrita para um destinatário do qual se torna inteira propriedade, a carta é submetida às vicissitudes da conservação. Entregue à vingança dos próprios epistológrafos, sempre prontos a destruir qualquer peça passível de trair-lhes a intimidade, a carta é ainda vítima de herdeiros empenhados em defender a reputação de um ente falecido. Assim, toda correspondência é uma espécie de sobrevivência milagrosa (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 22).

Entretanto, tais lacunas podem apresentar-se como obstáculo para a construção histórica. Por esse motivo, cabe ao pesquisador decidir o que irá buscar nesses documentos, levantando problemáticas que correspondam aos objetivos propostos do trabalho e levando em consideração que, dentro do “pacto epistolar”, é o receptor que provavelmente irá controlar a preservação ou não das missivas, “numa prática de memória implícita ou explícita” (MALATIAN, 2013, p. 203). Nesse sentido, concorda-se quando Prochasson (1991) afirma que uma correspondência é apenas a janela dos bastidores da vida intelectual, contudo, como bem ressalta o autor em suas reflexões, sem os bastidores o espetáculo é impossível de acontecer.

Já o segundo ponto que merece a atenção do pesquisador é a subjetividade que faz parte da produção desses documentos. No relato dos acontecimentos mencionados nas cartas, a imaginação daquele que escreve pode, muitas vezes, preencher a imprecisão de sua observação ou memória. Como aponta Haroche-Bouzinac (2016), ele mais reconstitui do que revela. Assim,

cabe ao pesquisador considerar com distanciamento o documento, pois o olhar de quem o escreveu nem sempre é fiel. Gomes considera que

uma documentação construída nessas bases exige deslocamentos nos procedimentos de crítica às fontes históricas, no que envolve questões relativas ao “erro” ou à “mentira”, digamos assim, do texto sob exame. Nesses casos, está descartada a priori qualquer possibilidade de se saber “o que realmente aconteceu” (a verdade dos fatos), pois não é essa a perspectiva do registro feito. O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento. Um tipo de discurso que produz uma espécie de “excesso de sentido do real pelo vivido”, pelos detalhes que pode registrar, pelos assuntos que pode revelar e pela linguagem intimista que mobiliza. Algo que pode enfeitiçar o leitor/pesquisador pelo sentimento de veracidade que lhe é constitutivo, e em face do qual certas reflexões se impõem. Nesse sentido, o trabalho de crítica exigido por essa documentação não é maior ou menor do que o necessário com qualquer outra, mas precisa levar em conta suas propriedades, para que o exercício de análise seja efetivamente produtivo (GOMES, 2004, p. 15).

Frente a isso, o historiador é levado ao exame de um leque de particularidades que fazem parte da produção epistolar, relacionadas ao contexto de produção, aos diversos papéis sociais, culturais e políticos dos atores históricos envolvidos, aos padrões de correspondência, ao trânsito de valorações, às estratégias e rituais, entre outros. Malatian (2013) assinala que as considerações feitas sobre esse tipo de escrita

remete à constatação que as informações nelas contidas serão sempre versões individuais ou coletivamente construídas sobre determinados acontecimentos vividos pelo narrador ou dos quais se inteirou de diversas formas como conversas, leituras, relatos (MALATIAN, 2013, p. 204).

Além disso, conforme afirma Haroche-Bouzinac (2016):

Como a carta é uma comunicação de indivíduo a indivíduo, seu autor é sempre o principal questionado; contudo, não se deve esquecer que, por trás dele, se desenha o conjunto de práticas em uso, de automatismos e códigos que depende estreitamente de fatores socioculturais e de normas enraizadas na história. Testemunho do indivíduo que escreve, testemunho do grupo ao qual pertence ou tenta se integrar bem como representação contínua de uma ordem social, a carta se encontra “na encruzilhada” dos caminhos individuais e coletivos (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 25).

Nessa perspectiva, as missivas apresentam várias peculiaridades e códigos a serem decifrados, visto que se constituem em documentos que permitem compreender o movimento no interior de determinado grupo, a troca de ideias, de projetos, opiniões e estratégias de atuação. Por todos os motivos apontados, o pesquisador precisa estar ciente dos procedimentos metodológicos para constituir uma análise consistente. Sendo assim, o trabalho com cartas

requer a atenção sobre uma série de questões, com ênfase nas evidências que se depreendem desse exame. Levando em consideração os apontamentos feitos por Gomes (2004, p. 21), uma série de perguntas devem fazer parte das análises, dando especial relevância aos fatores que implicam as relações estabelecidas entre quem as escreve e quem as lê, quais as condições e de que local parte a escrita, quais objetivos, assuntos ou temas as envolvem e como a linguagem e os termos de vocabulário são explorados.

Ainda, no que tange o quadro teórico-metodológico, identifica-se nos estudos de Patrick Charaudeau (2001) aportes conceituais relevantes para a compreensão das fontes analisadas. Previamente, cabe ressaltar que da reflexão do estudioso, utilizar-se-ão as noções acerca da “encenação do ato de linguagem”, visto que, como observado até aqui, a construção do texto em cartas não foge, na maioria das vezes, às estratégias retóricas da eloquência. Para o autor, o ato de linguagem é realizado por sujeitos que

são testemunhas, mais ou menos conscientes, das práticas sociais e das representações imaginárias da comunidade a qual pertencem. Isso nos leva a colocar que o ato de linguagem não é totalmente consciente e é submetido por um certo número de rituais socio-linguísticos (CHARAUDEAU, 2001, p. 29).

Sendo assim, a encenação do ato de linguagem permite pensar os componentes, as estratégias e as “expectativas de significação” que fazem parte da escrita. Ou seja, todo o ato de linguagem é parte de uma interação, pois decorre de um duplo processo: o de produção e o da interpretação. Nesse processo, durante a produção de um texto, oral ou escrito, busca-se nas expectativas de significação interpretá-lo como se sugere. Tais observações levam o autor a afirmar que o *dizer* depende de um conjunto de estratégias discursivas que considera as determinações do quadro situacional (CHARAUDEAU, 2001, p. 30). Como resalta o autor, a interação entre os indivíduos pressupõe duas questões contidas no componente intencional: “o que está sendo colocado em questão, com qual intenção de informação?” e “de que maneira isso está sendo veiculado, ou, qual será a intenção estratégica de convencimento?” (CHARAUDEAU, 2001, p. 31).

As ideias apresentadas por Charaudeau auxiliam a análise sobre as contradições e complexidades presentes nos textos integrantes das correspondências. Indo ao encontro do que foi discutido até então, se é provocado a pensar acerca dos perfis identitários dos sujeitos envolvidos e como os elementos que constroem as relações contratuais podem modificar-se conforme o destinatário. Ao remetente é colocado o desafio de manter a coerência de princípios de pensamento ao buscar os efeitos de agradar, comover e convencer, por exemplo. Logo, a

análise da escrita epistolar pode levar em consideração o uso de diferentes cálculos, estratégias e argumentações bem sustentadas, atendendo às “expectativas de significação” pretendidas em sua produção.

Desse modo, a correspondência selecionada para leitura é investigada a fim de procurar reconhecer quais eram as informações que circulavam entre determinados grupos, quais significações foram dadas por tais sujeitos produtores da escrita, quais vínculos de relações foram criados a partir disso e quais estratégias discursivas foram utilizadas. Assim, as cartas transfiguram-se em testemunhos relevantes para a compreensão da Revolução Federalista e seu reflexo nos três estados do Sul, bem como para entender o jogo político praticado pelos agentes históricos nos primeiros anos da República.

Ademais, considera-se que a História Regional oferece à pesquisa histórica importantes aportes para a análise, pois perpassa por diferentes escalas e, portanto, vem ao encontro dos objetivos propostos na presente pesquisa. Sobre a redução de escalas na observação histórica, Jacques Revel (1998, p. 20) elucida que “variá-la escala de observação não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e trama”. Por conseguinte, a escala de observação produz efeitos de conhecimento específicos, sem, no entanto, dissociar-se dos jogos de escalas mais amplos. Frente a isso, buscando abarcar escalas mais amplas, expande-se os exames sobre a documentação para além do Rio Grande do Sul, entendendo que a Revolução Federalista e seus influxos não ficaram circunscritos apenas a este estado, mas refletiram diretamente na política tanto regional quanto nacional.

Conforme Ana Luiza Setti Reckziegel (1999b, p. 20), a região faz parte de um sistema de relações, o que permite com que ela seja estudada dentro de um sistema nacional ou até mesmo internacional e, sendo assim, a região com suas características próprias não pode ser vista deslocada do todo em que se encontra inserida. Indo ao encontro do exposto, Bárbara Weinsteins (2003, p. 17) defende que “a história regional é somente significativa com referência a nacional, e as histórias nacionais são sempre informadas por uma perspectiva regional, ou competindo com perspectivas regionais”. Dessa maneira, entender o objeto de pesquisa dentro de uma perspectiva regional, possibilita observar e reconhecer as características internas próprias, nas suas dimensões pragmáticas, sem, contudo, desvincular-se do todo. Nesse sentido, a análise buscará evidenciar as diversas características encontradas na documentação com relação à região pesquisada fazendo o liame constante ao espaço maior a qual foi recortada, permitindo um diálogo composto por interconexões, diferenças e semelhanças ao que tange à conjuntura política local e nacional.

### III

Cabe aqui tecer breves considerações sobre o trajeto da pesquisa e as principais especificidades encontradas durante a análise das fontes. O Fundo Floriano Peixoto é constituído de documentos produzidos e acumulados pelo titular no período em que exerceu a presidência da República (1891-1894). Dentre os registros pode-se encontrar: correspondência pessoal, telegramas, correspondência diplomática, processos, mensagens, relatórios, memórias, manifestos, estudos, pareceres, protocolos, decretos, ofícios, petições, nomeações, entre outros.

O sistema de arranjo do acervo está organizado em diferentes seções reunidas em dossiês com numeração sequencial que vai de 1 a 1.493. Devido ao grande número de documentos que compõem o fundo, selecionou-se as fontes que contribuem especificamente com a proposta da pesquisa. Assim, como primeiro passo, debruça-se sobre a seção “Governo Legal”, a qual apresenta a seguinte estrutura de arranjo, conforme demonstrada no Quadro 1:

**Quadro 1 - Sistema de arranjo inventário Fundo Floriano Peixoto**

SEÇÃO	SÉRIE	SUBSÉRIE
Governo Legal	Correspondência	Telegramas
		Cartas
		Copiadores
	Administração	Executivo
		Ministério da Justiça
		Ministério da Fazenda
		Ministério da Marinha
		Ministério da Guerra
		Ministério da Indústria
		Ministério das Relações Exteriores
	Impressos	

Fonte: A autora (2019).

Em contato com a documentação existente na seção, elegeu-se, para fins desse estudo, trabalhar com a análise sobre a série “correspondência”, especificamente com as subséries “cartas” e “telegramas”, identificando aquelas que versavam sobre a Revolução Federalista nos três estados do sul do país. No total, 2.530 itens documentais, entre telegramas e cartas, foram identificados e desse conjunto foram selecionadas amostras que pudessem contribuir com os exames e objetivos propostos nesse estudo. Assim, foram selecionados 902 (35,65%) documentos correspondentes e distribuídos entre os estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná.

Para mais, nota-se que a quantidade de telegramas é bastante superior ao número de cartas. Isso se dá, principalmente, devido à demora do recebimento das cartas, o que tornava a conexão entre as pessoas muito mais vagarosa em comparação ao telegrama que poderia ser

recebido ainda no mesmo dia, tornando a comunicação mais rápida. É importante sublinhar que em um contexto em guerra, a velocidade das informações era algo indispensável, pois a notícia urgente deveria ser expressa da maneira mais direta e clara possível.

Como ressalta Venancio (2004, p. 119), “as cartas constituem um gênero fortemente tipificado que se apoiam um modelo universal e reconhecível”, ou seja, segundo os manuais epistolares, as cartas são reconhecidas pelo registro do local, da data, das saudações, das despedidas e da assinatura. Salienta-se que o modelo dos telégrafos e das cartas analisadas trazem tais aspectos. Ademais, sabe-se que esses registros geralmente eram classificados como urgente, urgentíssimo ou reservado, apresentando, em sua maioria, data, local do envio, nome do destinatário e seu remetente. Como eram remetidos a uma autoridade, a saudação inicial caracterizava-se pelo rigor da norma, poucos são aqueles que demonstram algum grau de intimidade entre o emissor e o titular, por outro lado, é notório na escrita que a maioria dos missivistas tentavam a todo momento dar provas de consideração e lealdade ao presidente, principalmente nas despedidas que vinham comumente acompanhadas de um “Viva a República”, algo usual para época.

Além disso, cabe destacar que durante a análise algumas dificuldades foram percebidas, como rasuras, papel danificado pelo tempo e a própria caligrafia do emissor, que por vezes tornava-se indecifrável. Também, um número reduzido de telegramas apresentou-se codificado, prática utilizada para dificultar sua leitura caso fossem capturados pelos inimigos.<sup>1</sup> Posto isso, salienta-se que a leitura das fontes resultou na criação de um sistema de arranjo próprio. Os documentos foram organizados em quadros e de maneira cronológica a fim de dinamizar o acesso a eles. Esse levantamento preliminar contribuiu para que fosse possível identificar diferentes pontos, como quais os autores destacaram-se entre os missivistas mais efetivos, qual a abrangência geográfica dessas correspondências, quais os principais assuntos que estavam na pauta das discussões, bem como quais eram os discursos recorrentes na documentação.

Entre os diferentes assuntos abordados dentro das cartas e telegramas, optou-se por criar categorias para compilar os conteúdos similares, possibilitando, dessa forma, identificar a frequência em que determinados temas foram abordados. As categorias foram assim classificadas: a) **auxílio financeiro**, quando o assunto detinha-se a solicitar ajuda pecuniária da União em detrimento das despesas causadas pela guerra; b) **consolidação da República**,

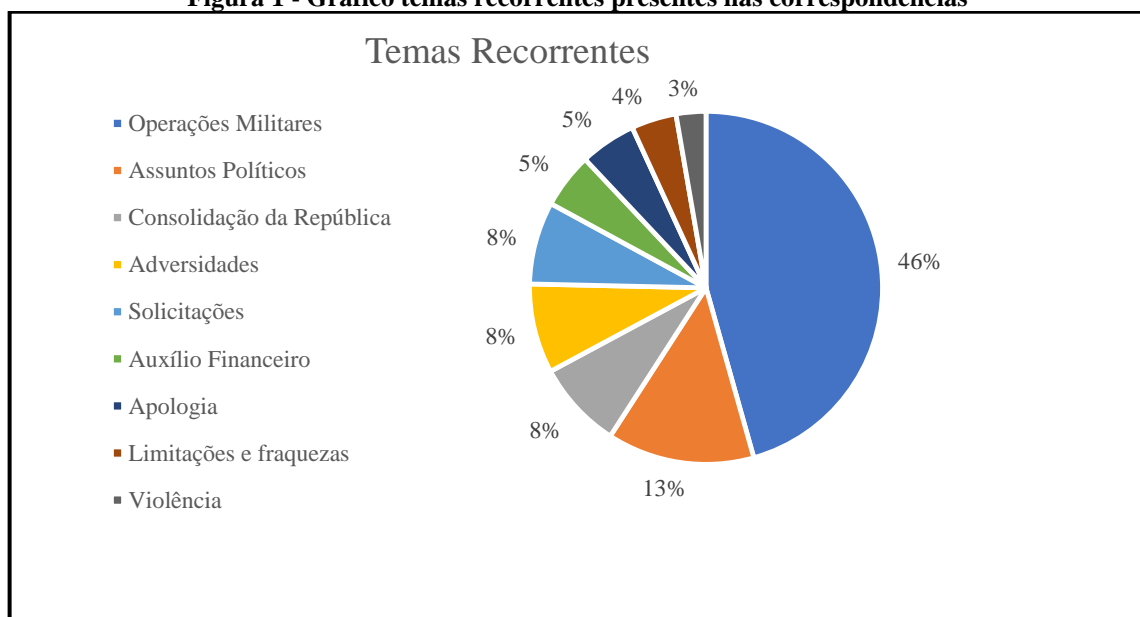
---

<sup>1</sup> Conforme Santos Jr. (2014): “É comum os telegramas serem cifrados para garantir a confidencialidade das informações. As cifras geralmente consistem em uma substituição de letras por números, porém, também são comuns as mensagens que alteram a correspondência dos caracteres. Em qualquer um dos casos, só é possível a leitura da documentação se as ‘chaves’ do código forem descobertas”.

referindo-se a temáticas que versavam sobre o regime e sua consolidação; c) **adversidades**, tratando sobre questões de problemas internos, divergências e conflitos dentro do grupo governista, bem como reclamações; d) **apologia**, relativo a assuntos atrelados a discursos patrióticos, exaltação, sinais de reconhecimento, apreço, glorificação e de prestígio, seja por Floriano Peixoto ou pelo governo; e) **limitações e fraquezas**, quando o tema tratado relatava situações precárias ou melindrosas enfrentadas pelas tropas legais; f) **operações de guerra**, quando o conteúdo explanado versava sobre estratégias militares, movimentação das tropas inimigas e/ou legalistas, compra de armamento bélico, cavalos, suprimento e indumentária, pedido de autorização ou conselhos sobre o rumo das operações, bem como detalhes sobre conflitos e combates diretos contra as tropas revolucionárias; g) **solicitações**, concernente à exoneração, transferência e promoção de cargos; h) **assuntos políticos**, abordando conteúdos sobre a política interna e os rumos desta no país e no estado, além de assuntos relacionados à política externa e à intervenção diplomática do governo federal nos países vizinhos; i) **violência**, temas relatando agressões cometidas, assassinatos, abusos, saques, degolamentos, etc.

Esse levantamento permitiu a visualização quantitativa da frequência com que tais temáticas foram abordadas nas correspondências. Sendo assim, o gráfico representado através da Figura 1 apresenta os resultados obtidos:

**Figura 1 - Gráfico temas recorrentes presentes nas correspondências**



Fonte: A autora (2019).

É mister ressaltar que o gráfico facilitou a visualização dos temas mais recorrentes na comunicação epistolar, elucidando quais percepções, projetos e preocupações faziam parte da enunciação que chegava ao governo central por meio das correspondências emitidas. Além disso, notou-se que se destacam os assuntos concernentes a “operações militares”, isso porque as missivas buscavam levar ao conhecimento de Floriano Peixoto todos os detalhes dos acontecimentos e também as estratégias de ação na guerra, principalmente por ser recorrente a necessidade que os emissários demonstravam em obter a aprovação do titular antes de qualquer tomada de decisão. A categoria “assuntos políticos” se sobressai assim como a anterior, denotando como a revolta influenciou os arranjos políticos frente à complexidade das relações de poder nas mediações e negociações estabelecidas durante o período estudado. As demais categorias equilibram-se entre si, sobretudo aquelas que se referem à “consolidação da República”, “adversidades” e “solicitações”. Para além, é interessante observar que a temática “violência” se apresenta pouco expressiva dentro do levantamento, demonstrando como esse assunto pouco figurava entre as discussões estabelecidas com o poder central, apesar de o conflito ser reconhecido pela historiografia como um dos mais violentos já ocorridos no país.

Conforme Prochasson (1991), essa “cartografia” das correspondências contribui para o reconhecimento das influências e das radiações exercidas no âmbito intelectual. Igualmente, a apuração de tais aspectos como a intensidade e o fluxo das trocas epistolares entre os indivíduos que figuram dentro de determinado conjunto documental em exame permite observar os espaços e arranjos estruturantes dos quadros de intercâmbio firmados. Nesse sentido, buscou-se efetivar um levantamento durante o manuseio da documentação que pudesse mapear as principais questões e aspectos relevantes à pesquisa.

Desse modo, esse levantamento preliminar contribuiu para o diagnóstico das fontes, tanto no que diz respeito às condições de sua produção, materialidade e estrutura, como também para o reconhecimento dos códigos epistolares, dos sujeitos e seus modos de expressão, dos temas regulares e os conteúdos informativos das correspondências, servindo como importante instrumento para organização e exame dos documentos. Destaca-se que tais aspectos serão discutidos e aprofundados no decorrer do trabalho.

#### IV

Esse trabalho transita por entre três conjuntos de discussão que se complementam e interpenetram. Os capítulos foram construídos de maneira a acompanhar a movimentação das tropas revolucionárias sobre os três estados do sul do país. Para melhor compreensão e



organização do estudo, segue-se a ordem cronológica dos eventos que marcaram o conflito. Contudo, não se está preso a isso, já que, por vezes, volta-se ou avança-se no tempo ao se realizar a contextualização político-administrativa referente aos estados aqui analisados, tendo como objetivo assimilar as especificidades de cada região.

No primeiro capítulo, tecer-se-ão breves considerações acerca do governo de Floriano Peixoto e da intervenção federal durante a Revolução Federalista. Em seguida, discorre-se sobre os eventos que levaram à eclosão do conflito no Rio Grande do Sul. Assim, é possível reconhecer quais os missivistas sul-rio-grandenses se destacaram dentro do conjunto documental e então efetuar a análise sobre a correspondência, identificando os agentes históricos envolvidos e o discurso presente relativo aos primeiros meses do conflito. Já no segundo capítulo, ultrapassar-se-ão as fronteiras do estado gaúcho, chegando a Santa Catarina. Nessa parte discute-se o conteúdo presente nas cartas enviadas ao Rio de Janeiro pelos sujeitos que se encontravam em solo catarinense, pretendendo assimilar a essa análise os reflexos da Revolução e a maneira na qual efetuou-se a intervenção do governo federal no quadro político da região. A seu turno, no terceiro capítulo avança-se para o estado do Paraná, levando em consideração as estratégias discursivas utilizadas na escrita epistolar endereçada ao presidente Floriano Peixoto e a consequência destas para as tomadas de ação dentro do cenário político paranaense. Sequencialmente, debruça-se sobre os eventos que levaram a debandada das forças revolucionárias do estado paranaense, e retorna-se ao local de origem, o Rio Grande do Sul, quando então faz-se a interpretação das missivas que marcaram os meses finais do governo de Floriano Peixoto e os últimos embates da guerra civil. Enfim, nas considerações finais, discute-se os resultados obtidos a partir da análise feita, buscando compreender os influxos da Revolução no que se refere ao cenário político regional, bem como nacional.

## **1 ECLODE A GUERRA NO RIO GRANDE DO SUL: INSTABILIDADE POLÍTICA E LUTA PELO PODER**

O presente capítulo está estruturado em três partes principais. Na primeira, busca-se compreender a atuação de Floriano Peixoto enquanto chefe de Estado e os motivos que o levaram a apoiar o governo de Júlio de Castilhos durante o conflito armado. A partir disso, tece-se um panorama sobre a historiografia produzida acerca da Revolução Federalista que serve para a reflexão e a problematização desse trabalho. Na segunda parte, apresenta-se o contexto histórico que envolveu a deflagração da guerra revolucionária. Nesse item, regressa-se um pouco no tempo para que se compreenda melhor a conjuntura sócio-política sul-rio-grandense que marcou os anos finais da monarquia e início da República a fim de interpretar os motivos que levaram o grupo federalista a rebelar-se contra o governo instituído. Feito isso, a terceira parte do capítulo abrange a análise das correspondências enviadas a Floriano no início da Revolução. Salienta-se que é nesse momento que são apresentados os principais missivistas que se destacaram no conjunto documental correspondente ao Rio Grande do Sul. Portanto, interessa compreender quem eram os sujeitos que se comunicavam diretamente com Floriano Peixoto, de onde partiam essas falas, qual posição estes ocupavam e como os eventos preambulares do conflito foram interpretados e reportados ao governo federal pelos missivistas que se encontravam em pleno teatro dos acontecimentos.

### **1.1 Para a crise, um salvador: Floriano Peixoto e a intervenção federal no conflito**

Era novembro de 1892 e o marechal Floriano Peixoto, então no cargo de chefe da Nação, recebia do seu enviado especial, general João Telles, um telegrama no qual relatava suas impressões sobre a situação observada por ele no Rio Grande do Sul. As notícias que chegavam ao Rio de Janeiro alertavam sobre o clima beligerante e a violência que arrasava o estado sulino. O general Telles também advertia que a revolução seria inevitável caso não fosse tomada as providências necessárias, as quais, ao seu ver, faziam referência à nomeação imediata de um governador militar “alheio as paixões políticas do Rio Grande”. Além do mais, denunciava os horrores praticados, os assassinatos e as degolas que abatiam homens, mulheres e crianças “como se fossem cordeiros”. Ainda, alertava ao presidente que este não conhecia “nem a terça parte dos horrores que se tem cometido, sendo infelizmente praticados por pessoas que

deveriam ser os mantenedores da Ordem”. Assim, aconselhava por medidas enérgicas para evitar uma “catástrofe que necessariamente refletirá em todo país”.<sup>2</sup>

Sublinha-se que João Telles não exagerava quando descrevia o cenário sul-riograndense e pedia medidas urgentes a Floriano. Como salienta Flores (1996, p. 168), a guerra deixaria um saldo de 10 a 12 mil mortos, numa população de quase um milhão de habitantes, além de uma série de atrocidades nos campos de batalha, como a execução de prisioneiros através da degola, ação empreendida por ambas as facções. A Revolução Federalista tornar-se-ia um dos maiores e mais dramáticos conflitos armados da história do país.

Não somente o general Telles alertava ao presidente sobre os acontecimentos no sul. Antes disso, em carta datada de 22 de fevereiro de 1892, o general Bernardo Vasques<sup>3</sup> escrevia:<sup>4</sup>

Não pode V. Ex. a distancia em que se acha d’este theatro de acontecimentos, fazer uma ideia mesmo aproximada do que se passou e do que se está passando n’este Estado. As noticias transmittidas ao Governo por interessados mais ou menos apaixonados n’esta politica de odios mais pessoais do que propriamente politicas, alteram os factos, deturpando a verdade, em seu proveito. Grande quantidade de armamento foi tirada do Arsenal de Guerra por ordem do commandante do districto, que era então o mesmo Governador, e distribuida a paisanos reunidos pelos chefes locais, a titulo de manter a ordem e bater os revoltosos contra o Governo. Resultou uma perseguição infame, não aos revoltosos, mas a todos os inimigos pessoais e políticos d’esses chefes, e desses apaziguados. Assassínatos, destruições de propriedades, desrespeito às famílias, enfim, todas depredações foram commettidas em nome da ordem, e com armamento distribuido pelo arsenal de guerra por ordem do commando do districto! Somente quem está no theatro dos acontecimentos observando o que se vai passando pode avaliar o estado deplorável, a falta de segurança individual e de propriedade a que chegou este Estado, invocando os seus autores irrisoria e syncicamente a legalidade.<sup>5</sup>

Nessa carta é nítida a denúncia pretendida pelo autor ao tentar aproximar o titular, distante do teatro dos acontecimentos, daquilo que se passava em terras gaúchas. O general Vasques buscava alertar Floriano sobre o uso indevido do poder e da legalidade pelas autoridades locais em prol de interesses próprios. Percebe-se, assim, o discurso utilizado como estratégia, visto que Bernardo Vasques foi um dos personagens articuladores da aproximação

---

<sup>2</sup> Telegrama de General João Telles a Floriano Peixoto em 2 de novembro de 1892. Ver: VILLALBA, 1897, p. 55.

<sup>3</sup> Bernardo Vasques nasceu em Magé, no Rio de Janeiro, em 1837. Foi militar e ativo propagandista dos ideais republicanos nas fileiras do Exército. Em janeiro de 1892, foi designado comandante superior da Guarda Nacional, e em fevereiro foi posto à disposição do Ministério da Guerra com o objetivo de comandar o 6º Distrito Militar, que abrangia o estado do Rio Grande do Sul. Foi promovido a general de divisão em 7 de abril de 1892 e nomeado comandante dos Corpos de 1ª e 2ª classe em 3 de março de 1893. Mais tarde, foi escolhido ministro do Supremo Tribunal Militar (STM), e no governo de Prudente de Moraes (1894-1898), assumiu como ministro da Guerra (VASCONCELOS, 2010, s/p).

<sup>4</sup> A transcrição dos trechos das cartas presentes no estudo será feita de acordo com a ortografia utilizada na feitura dos textos.

<sup>5</sup> Carta de Bernardo Vasques a Floriano Peixoto, 22/02/1892, São Gabriel - RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,CAR.918).

de Floriano Peixoto com os castilhistas, assim como a sua ação junto aos militares pró Castilhos foi fundamental para a tomada do poder pelo PRR na sublevação de 17 de junho de 1892, a qual contou com a neutralidade das tropas federais e evidenciou a cumplicidade do Governo Federal para com os republicanos gaúchos (FRANCO, 1996, p. 124).

O projeto de influência articulado por Vasques adquire certo poder de ação. Nenhum interventor foi enviado ao sul, o governo central declarou todo apoio a Júlio de Castilhos, enviou tropas do Exército para lutarem ao seu lado, prestou auxílio financeiro e adquiriu armamento atualizado para as tropas legais. Conforme Saes (2005, p. 97), Floriano tinha pelo menos duas razões para sustentar e apoiar o governo de Castilhos no sul. A primeira diz respeito a sua identificação com o autoritarismo progressista de Júlio de Castilhos e do PRR, já a segunda refere-se ao receio da volta dos liberais ao poder de comando em um estado de grande importância político-militar como era o Rio Grande, podendo, inclusive, significar uma ameaça ao sistema presidencialista ao qual Floriano abraçava.

Já para Lincoln Penna (1996), o apoio de Floriano a Castilhos se dava, sobretudo, pelo comprometimento inegável deste com a causa republicana. Mais do que uma identidade doutrinária, prevalecia a ação enérgica para a defesa do regime, uma vez que o radicalismo do conflito levou os federalistas gaúchos a um quase “autonomismo” frente à Federação unitária que se praticava. Sendo assim, o que havia era uma disputa pelo caráter a ser emprestado a República consolidada, isto é, era necessário a implicação na formulação de projetos e de novas alianças táticas para a concretização do êxito que pretendiam essas correntes. De acordo com Penna, essas posições estavam bem claras no caso sul-rio-grandense: de um lado os federalistas de formação liberal e constitucional, e de outro os partidários de uma República forte que “concebiam o federalismo como uma forma de organização administrativa do Estado, mas jamais com poderes capazes de contrariar a orientação do Estado nacional” (PENNA, 1996, p. 35). Indo ao encontro disso, Maria de Lourdes Janotti (1986) defende que havia três projetos políticos no país: o da cafeicultura paulista, o florianismo e o castilhismo, sendo que os rumos dos acontecimentos acabariam por transformar os dois últimos em parceiros.

Figura controversa, Floriano Peixoto poderia ser interpretado assim como fizera Lima Barreto em seu romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, com aparência “vulgar e desoladora” por aqueles que não viam o governante com bons olhos ou como “Marechal de Ferro”, consolidador da República, alcunhas que se deram justamente em razão da dureza com que reprimiu os adversários.<sup>6</sup> Sobretudo, o governo de Floriano Peixoto trouxe um novo

---

<sup>6</sup> Segundo Santos Jr. (2014, p. 15), durante o Estado Novo muitas obras foram publicadas sobre o governo de Floriano Peixoto, enaltecendo sua figura e lhe atribuindo os títulos de consolidador da República e “Marechal

ingrediente para a cena pública: o primeiro movimento político espontâneo da República centrado na figura de uma liderança, o florianismo.

Floriano Peixoto nasceu em 30 de abril de 1839, em Alagoas. Foi o quinto de uma prole de dez filhos em uma família com poucos recursos, portanto, foi entregue aos cuidados de seu tio, Manuel Vieira Peixoto, homem influente na política local. Concluiu seus estudos no Rio de Janeiro, e, em 1861, matriculou-se na Escola Militar, tornando-se abolicionista e defensor da ordem como princípio irremovível da profissão militar. Já em 1863, tornou-se oficial do Exército, depois combateu na Guerra do Paraguai (1864-1870) e destacou-se pela sua liderança. O prestígio de Floriano cresceu junto com o do Exército, não demorando para que ele se tornasse influente no meio político, identificando-se com a ideia de ordem na política e aversão à existência de autoridade sem força. Logo, a sensação de desgoverno, aliada ao desprezo pelas Forças Armadas, levaram Floriano a aderir ao movimento republicano. Assim, quando ocorre o golpe de 1889 ele assume o poder, como vice-presidente, junto a Deodoro da Fonseca, vindo a assumir a posição de chefe da Nação após a renúncia de Fonseca em 1891 (PENNA, 1997, p. 147-148).

Segundo Penna (1997, p. 153), Floriano ganhou politicamente a “batalha” pela República e assim a popularizou ao adotar uma série de medidas visando o amparo da população excluída. Tais medidas, aliadas à manutenção da ordem, criou uma proximidade entre os habitantes da capital e o novo regime implantado. Portanto, o novo presidente ocupou um vazio institucional que seu antecessor não conseguira. Também realizou importante esforço de guerra, sobretudo, pela derrota da Revolta da Armada no Rio de Janeiro e resistência à Revolução Federalista no sul do país. Frente a isso, a resposta de boa parte da população, principalmente a da capital, foi de abraçar a causa florianista

Ademais, a par da tarefa de eliminar seus opositores, Floriano conquistou o Estado por meio de uma operação que constituiu na sua ampliação e burocratização, conseguindo confiar a máquina governamental às pessoas de sua mais estrita confiança. Nesse contexto, a República adotou como princípio a lealdade ao presidente que, em troca, retribuía com favores a aqueles que se mostravam dignos “de figurarem na relação de leais amigos da República” (PENNA, 1997, 162). Outrossim, Penna defende que

a República sob Floriano e os florianistas desempenhou um papel decisivo para que promovesse o que aqui denominamos de *republicanização*, a despeito das inúmeras

---

de Ferro”. Conforme o autor, neste período houve uma releitura intencional sobre o governo de Floriano para exaltar as mesmas qualidades e atributos que o Estado Novo pretendia que fossem vistos em relação a Getúlio Vargas, a exemplo de Macedo (1938); Camargo (1939); Santos (1939); Peixoto (1940) e Luz (1941).

implicações que resultaram para as novas instituições a ordenação do poder e a relação deste com a sociedade. Nesta tarefa de assegurar a internalização da República, fez-se da Constituição de 1891 uma mera referência formal, já que ela parecera aos florianistas pouco eficaz para garantir de fato a legitimidade do regime. Assim, se a ordem constitucional não fora suficiente para firmar em definitivo o regime, tornara-se necessário fortalece-la mediante o concurso do poder executivo redimensionado e respaldado por segmentos sociais dispostos a efetivá-la. Foi esta ação conjugada que propiciou a consolidação do regime, e o florianismo o instrumento dinâmico da construção da ordem republicana (PENNA, 1997, p. 145).

Somado a isto, fica claro que os conflitos vivenciados durante o período em que Floriano esteve no poder e a maneira como este os combateu contribuíram para que se estabelecesse uma espécie de idolatria em torno de sua figura. Tais características vêm ao encontro daquilo que define Pierre Bourdieu como um incipiente e crescente capital heroico, ou seja, um capital profético que é identificado por um poder não explicado racionalmente, fruto de heroísmo, emergido a partir de uma situação de crise (BOURDIEU, 2009, p. 191). Centrado na figura de uma liderança capaz de galvanizar diferentes setores expressivos das camadas sociais, muitas foram as construções feitas em torno de Floriano Peixoto, as quais serviram de fundamento para sua condição de “salvador”, “herói da pátria” e “consolidador da República”.

Nessas condições, a posição assumida por Floriano como chefe de Estado o colocava como figura central na ação política idealizada pelo grupo castilhista e republicanos emergentes frente à ameaça revolucionária, e é por meio da correspondência passiva do presidente que pretende-se detectar o movimento no interior desses grupos, isto é, a troca de ideias, os projetos, as opiniões e as estratégias de atuação no contexto histórico que envolve a Revolução Federalista.

### 1.1.1 A Revolução Federalista e a historiografia: breves apontamentos

A Revolução Federalista tem resultado em um número expressivo de obras historiográficas. Sabe-se que boa parte desses estudos buscaram explicar os motivos da guerra civil tendo como base causas de ordem política, econômica e ideológica, além de proporem analisar as consequências do conflito. Frente a isso, passa-se a elencar os estudos clássicos e, também, as pesquisas mais recentes sobre a temática da Federalista.

Inicialmente, cabe citar um dos primeiros registros memorialísticos surgidos sobre a revolta, escrito pelo médico Ângelo Dourado, testemunha ocular do conflito. Tenente-coronel do exército federalista e membro da coluna de Gumercindo Saraiva, Dourado participou das hostilidades desde o início até a deposição de armas. Sua obra, *Voluntários do Martírio - Narrativa da Revolução de 1893*, foi publicada um ano após o término do conflito, em 1896,

tornando-se a referência necessária para qualquer estudo sobre o tema, sobretudo pela riqueza de seus registros que abordam para além da narrativa militar, aspectos relacionados ao cotidiano e a sociabilidade daquele contexto. Cabe ressaltar que *Voluntários do Martírio* foi produzido como registro. A obra, escrita durante a guerra por meio de cartas, descreve os acontecimentos sob o viés das impressões do autor. Para Dourado (1992, p. 13), a Revolução seria “um protesto do povo contra seu governo”. Dado que os federalistas lutariam pela liberdade das perseguições efetuadas pelo PRR, combatendo para salvar a República das mãos de Castilhos.

Sobre os fundamentos da guerra, Arthur Ferreira Filho, autor da obra clássica *História geral do Rio Grande do Sul*, de 1958, identifica que a “Revolução Federalista é um dos raros casos de guerra civil que não obedeceu a quaisquer motivos de natureza econômica”, seus motivos teriam sido exclusivamente políticos, fruto do “ressentimento entre homens que na disputa do poder, no Estado, haviam recebido recíprocos agravos” (FERREIRA FILHO, 1978, p. 181). Nessa conjuntura, Ferreira Filho delineia as posições antagônicas do conflito: de um lado Júlio de Castilhos, autor da Constituição Estadual de 14 de julho de 1891, concebida em termos autoritários objetivando fortalecer o partido; e do outro o líder do Partido Federalista, Gaspar Silveira Martins, que não admitia que o castilhismo não desse espaço político para a oposição liberal atuar.

Em estudo pioneiro, Sergio da Costa Franco, em 1962, escreve o artigo *O Sentido Histórico da Revolução de 1893*, dando ênfase a interpretações que levavam em conta as mudanças estruturais da sociedade sul-rio-grandense enquanto um dos motivadores da deflagração da guerra civil. Logo, as transformações sociais e econômicas após a Guerra do Paraguai, somadas ao desmonte da máquina política dos liberais pelos republicanos, teria levado a um quadro de instabilidades e ressentimentos que juntos culminaram com a Revolta de 1893. Conforme Franco (1962, p. 209), “a ideia central do pensamento federalista era a liquidação do castilhismo, representado sempre como encarnação de uma tirania opressiva, cruel e desligada da opinião pública”.

Mais tarde, em seu livro *Júlio de Castilhos e sua época*, publicado em 1967, Franco (1996) defende que a Revolta federalista seria fruto do “ressentimento do grupo gasparista apeado do poder em 1889, a quem Castilhos negou qualquer possibilidade de composição ou transação política” (FRANCO, 1996, p. 135). Conforme o autor, a luta pelo poder estava estruturada na retirada dos castilhistas do comando do Estado, os quais repeliam qualquer forma de acordo na formação do novo governo, alicerçado à intolerância dos líderes Gaspar da Silveira Martins e Júlio de Castilhos. O espírito faccioso de ambos os chefes políticos teria efetivamente contribuído para a eclosão da guerra civil em 1893.

Já a obra do brasilianista Joseph Love, *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 30* (1975), apresenta um panorama historiográfico para a reflexão do período em análise, pois retoma desde a estruturação da sociedade sul-rio-grandense, passa pela ascensão do castilhismo no quadro político do estado e chega à deflagração do conflito. Em contrapartida, Love ressalta que a Revolução Federalista teria sido motivada pelo perfil autoritário de Júlio de Castilhos que não pouparia esforços para manter a ordem e o progresso do Rio Grande. O líder do PRR não admitiria opositores nem que para isso fosse necessário a “aplicação severa de inexoráveis medidas repressivas” (LOVE, 1975, p. 65). Além do mais, Love defende que os federalistas, isolados do comando, não viram outra alternativa a não ser iniciar uma guerra civil na tentativa de retomar o poder político do Rio Grande do Sul. Sendo assim, para o autor, a Revolução teria sido provocada pelo autoritarismo de Castilhos e o antiliberalismo incorporado no sistema político gaúcho, impossibilitando qualquer forma de consenso com seus opositores.

A seu turno, Carlos Reverbel (1985) diz que um dos principais motivos para a deflagração da Revolução foi a posição assumida por Castilhos na presidência do Estado em um momento tão crítico da política sul-rio-grandense. Afinal, Júlio de Castilhos representava a personificação de tudo aquilo que os revoltosos rejeitavam. Por outro lado, os castilhistas acusavam que tal insurreição tinha como propósito a restauração da monarquia, algo inadmissível para os partidários do PRR, os quais consideravam-se únicos e legítimos republicanos (REVERBEL, 1985, p. 17). Além disso, Reverbel argumenta que, embora exacerbada intolerância, o presidente do Rio Grande do Sul seria peça fundamental para o jogo político da época: o apoio dado por Castilhos ao tumultuado e tempestuoso governo do presidente Floriano Peixoto foi fundamental para que este se mantivesse no poder e para que o quadro político do regime republicano fosse consolidado.

Para mais, o historiador norte-americano John Charles Chasteen, com o título do livro *Heroes on horseback: a life and times of the last gaúcho caudillos* (1995), fruto da sua tese de doutorado, faz um levantamento sobre a vida dos irmãos Saraiva, Gumercindo e Aparício, destacados líderes dos revolucionários. O trabalho de Chasteen perpassa questões relativas à fronteira do Rio Grande do Sul e Uruguai, compreendendo-a enquanto espaço privilegiado para a atuação de caudilhos. A trajetória dos irmãos vem ao encontro dos episódios políticos, militares e lutas armadas das quais fizeram parte, como a Revolução Federalista. A afinidade da família de Gumercindo com o partido *blanco* do Uruguai, a exemplo, garantia as relações entre os chefes do Partido Federalista com as lideranças políticas uruguaias. Ademais, o atributo de comando de Gumercindo transformá-lo-ia em um dos mais proeminentes generais do exército federalista durante a contenda. Para elaborar sua pesquisa, Chasteen utilizou-se de



diferentes fontes, como jornais, relatos da época e a literatura, resultando em uma produção relevante sobre a política e a constituição da sociedade fronteiriça, tal como a ação e influência dos caudilhos nesse espaço.

Por sua vez, a historiadora Ana Luiza Setti Reckziegel propôs em sua obra *A Diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)* (1999a), analisar o conflito sob o viés das relações internacionais. As constatações levantadas por Reckziegel permitem compreender de maneira mais profunda as vinculações estabelecidas entre federalistas e uruguaios durante a revolta, além das estratégias políticas estabelecidas pelo governo legal para conter a ação dos revoltosos no país vizinho. Conforme a autora, o exílio no Uruguai foi fundamental para o rumo dos acontecimentos, pois ali os federalistas puderam traçar suas estratégias de ação revolucionária e firmar alianças.<sup>7</sup> Nesse sentido, Reckziegel enfatiza que a Revolta de 1893 transformou-se praticamente em um acontecimento de caráter internacional, calcado historicamente no trânsito bilateral, “quando os federalistas perseguidos pelo governo do estado fizeram, por assim dizer, do Uruguai seu quartel-general e, mais ainda, cooptaram para a luta renomados caudilhos orientais” (RECKZIEGEL, 1999a, p. 21). Assim, tal conjuntura permitiu aos federalistas que os preparativos para a invasão do Rio Grande fossem feitos com relativa tranquilidade, “alheio, na prática, aos apelos do governo brasileiro para que coibisse as atividades dos revolucionários” (RECKZIEGEL, 1999a, p. 124).

Nessa conjuntura, Júlio de Castilhos agiria estrategicamente para conter a Revolução através de uma *diplomacia marginal*, termo cunhado por Reckziegel para definir a atividade de pressão do PRR sobre o governo uruguaio, configurando uma política externa deslocada das diretrizes do governo central, já que a gestão das autoridades brasileiras não atendia às expectativas do governo do estado. Assim, a autora defende que as medidas tomadas pelo governo sul-rio-grandense em relação à política com o Uruguai, naquele momento, reafirmaram a consolidação do domínio do PRR, dando lastro para o castilhismo fazer da *diplomacia marginal* um dos pilares na construção de sua hegemonia, reprimindo as possibilidades de reações opositoras. As constatações levantadas por Reckziegel permitem que se reconheça que a Revolução Federalista, mais do que um conflito pelo poder regional, tornou-se um

---

<sup>7</sup> Como salienta a Reckziegel, nessa região, a fronteira entre os territórios do Uruguai e Rio Grande foi extrapolada pela existência de uma área compartilhada desde os primórdios da ocupação lusitano-espanhola, moldada por uma história comum. As vinculações entre os dois países vizinhos podem assim ser interpretadas pelos elementos regionais, que além das condições geográficas e as movimentações demográficas, estão ligadas às características étnicas e culturais, bem como aos padrões econômicos comerciais e às alianças sociais e políticas, derivativos de uma história que se fez comum desde início do povoamento dessa região, determinando o caráter de uma mentalidade coletiva que, na prática, muitas vezes ignorou as marcas dos limites nacionais (1999a, p. 16).

problema de política interna e externa do Brasil, desenvolvendo, além das relações inter-regionais, vinculações internacionais.

Em uma abordagem diferenciada até então, Luciana Rossato, com o trabalho *Imagens Construídas: imaginário político e discurso federalista no Rio Grande do Sul (1889 – 1896)* (1999), deu ênfase à análise do discurso federalista e à construção do imaginário como forma de legitimar a oposição ao projeto político do PRR. A partir de sua pesquisa, a autora evidencia que o apelo a mitos e alegorias locais e universais, como o mito do gaúcho e o retorno a um passado de glórias como a Revolução Farroupilha, estiveram na base da construção discursiva dos federalistas. Além disso, a figura de Gaspar Silveira Martins passaria de monarquista para o representante da democracia sulina, defensor da liberdade. Assim, Rossato identifica um processo de *heroificação* do líder federalista defendida e legitimada, sobretudo, pela imprensa aliada.

Entre os estudos mais recentes, Rafael Augustos Sêga (2004) discute as consequências da implantação da República e a eclosão da Revolução Federalista na rearticulação da vida político-administrativa do Estado brasileiro. Em termos ideológicos, conforme o autor, “a peleja foi mais anti-florianista e anticastilhistista que monarquismo *versus* republicanismismo propriamente ditos” (SÊGA, 2004, p. 184). A acusação de restauradores pelos republicanos era uma das diversas ferramentas de desqualificação direcionadas aos adversários, da mesma forma, os federalistas acusaram os castilhistas e os florianistas de usurpadores do poder e tiranos. Ademais, Sêga traz à luz das discussões em seu texto um minucioso levantamento historiográfico sobre a revolta, buscando demonstrar as contribuições e os diferentes pontos de vista dos autores elencados.

Já Marcus Vinícius da Costa, com seu trabalho *A Revolução Federalista (1893-1895): o contexto platino, as redes, os discursos e os projetos políticos liberal-federalistas* (2009), busca repensar a história política da Região Platina tendo como objetivo compreender os fundamentos que embasaram o discurso da elite liberal-federalista que comandou a Revolução. O autor parte da hipótese de que os liberais-federalistas construíram seu discurso durante a Revolução reafirmando sua identidade política, fundamentados nas concepções do direito natural e no Iluminismo Liberalismo, que já circulavam pela Região Platina e colonial lusitana desde o final do século XIX. Conforme Costa (2009), os federalistas justificaram a revolta como uma guerra justa contra a opressão exercida pelo governo de Júlio de Castilhos e de Floriano Peixoto.

Ainda, Maria Medianeira Padoin e Monica Rossato (2016), escrevem sobre a trajetória e atuação política do líder federalista, Gaspar Silveira Martins, no fim do século XIX. O estudo

evidencia como o posicionamento e ideias defendidas por Silveira Martins estavam relacionados com a sua origem fronteiriça. Nesse quadro, dentre as diferentes relações sociais construídas e espaços que circulou, a Revolução Federalista fez parte de sua trajetória, ajudando a fundamentar a sua atuação e os seus projetos políticos, como o combate ao positivismo e a defesa de um regime parlamentar. Com viés semelhante, Gustavo Figueira Andrade (2017), analisa a trajetória de João Nunes da Silva Tavares, comandante em Chefe do Exército Libertador durante a Revolução. Joca Tavares, como era conhecido, foi um dos personagens mais relevantes no teatro da guerra, sendo, ao lado de Gumercindo Saraiva, um dos principais líderes militares no comando das forças revolucionárias. Como salienta o autor, seu trabalho proporciona entender o entorno do personagem e seu contexto, trazendo à tona indivíduos antes deixados nas entrelinhas dos eventos.

Para mais, Márcio Antônio Both da Silva, em seu artigo “*Quero ser senhor do meu fucinho*”: a face agrária da Revolução Federalista nas matas do Rio Grande do Sul (1893-1895) (2017), considera o modo como os diferentes grupos sociais que viviam na região norte do estado participaram da Revolução. Segundo Both, o conflito adotou uma polissemia de sentidos, os quais variavam de acordo com os grupos envolvidos. Em seu trabalho, abordando aspectos presentes na sociedade sul-rio-grandense, a Revolução acaba por ser representativa pelo modo como as camadas populares agiam e em razão a quais interesses estavam por trás da adesão ou não à guerra, demonstrando, assim, a complexidade característica das relações sociais, que, por vezes, acabaram sendo simplificadas pela historiografia sobre o tema.

Salienta-se que se procurou discutir nessa subseção as principais obras que contribuíram para a reflexão sobre a temática abordada, não descartando que outros autores serão explorados no decorrer do desenvolvimento desse trabalho. A partir das contribuições historiográficas apresentadas, acredita-se que alguns pontos ainda merecem serem explorados, trazendo novas discussões e perspectivas. Frente a isso, esse estudo justifica-se ao propor o exame de documentos ainda inexplorados sob o viés da análise do discurso. O estudo das correspondências instigou a pesquisa pela riqueza de informações que podem ser obtidas nesse tipo peculiar de fonte. Assim, considera-se que o tema dessa pesquisa seja de extrema relevância ao passo que busca contribuir com a compreensão sobre as relações políticas e de poder estabelecidas entre os sujeitos envolvidos e as regiões em análise.

## 1.2 Prelúdio de uma guerra iminente: do imbróglio político às armas

“Lutemos cidadãos! [...] a nossa causa é grande porque é a causa de um povo inteiro que tem sede de justiça e que clama pelo império da lei, hoje calcada aos pés pelos agentes do poder público. Às armas Compatriotas!!”<sup>8</sup> Com estas palavras, João Nunes da Silva Tavares, General em Chefe do Exército Libertador, conclamava a população sul-rio-grandense a pegar em armas em seu manifesto de 5 de fevereiro de 1893. A Revolução Federalista estava deflagrada, o Rio Grande do Sul entrava em guerra e por mais que muitos acreditassem que seria questão de pouco tempo para que a luta fosse arrematada, ela se arrastaria durante 30 meses, deixando o rastro da violência, dos assassinatos e do prejuízo material e humano.

A rivalidade entre as duas facções políticas que dominavam o Rio Grande do Sul chegou a tal ponto que tornou insustentável qualquer tipo de negociação, conseqüentemente, a guerra que era iminente, por fim, rompeu-se. A partir de fevereiro de 1893, o cotidiano dos sul-rio-grandenses com certeza não seria mais o mesmo. Os acontecimentos não ficaram restritos aos campos de batalha, alcançaram também os discursos políticos, as convicções e opiniões daqueles que, entrando na peleja ou não, resolveram abraçar a causa revolucionária ou governista. Sublinha-se que esse conflito deixaria marcas profundas na política e na sociedade sul-rio-grandense por muitos anos além do seu término. Mas afinal, quais foram os motivos que levaram ao fatídico evento que ficou conhecido como Revolução Federalista? Para entender esse quadro, precisa-se retornar alguns anos...

O contexto que envolve a deflagração do conflito faz parte de um processo de transformações desencadeadas com a instauração da República em 1889. Esse momento histórico expôs um conjunto de contradições que faziam parte da sociedade, as quais o Império não foi capaz de solucionar. Na esteira das discussões, o federalismo<sup>9</sup> fazia-se presente desde a independência e primeira Constituição (1824), entretanto, com a Carta outorgada, tal aspiração não se concretizou. Algumas reformas implantadas durante o período regencial (1831-1840) trouxeram uma tímida autonomia para as Províncias, contudo, a centralização política administrativa continuava (PADOIM, 2010, p. 51).

---

<sup>8</sup> Trecho do manifesto de Joca Tavares retirado do livro de Sejanos Dornelles (1988, p. 112). Bibliografia completa nas referências.

<sup>9</sup> Entende-se o termo “federalismo” como o apresenta Maria Medianeira Padoim, um processo de descentralização administrativa “no que se refere à relação de um centro com os demais membros pertencentes à mesma unidade/estado, ou seja, um estado descentralizado administrativamente.” Também, a exemplo da Carta Constitucional dos EUA, regiões com caráter de estados, reunidos em um único estado soberano (2010, p. 50).

O Segundo Reinado ofereceu a impressão de uma estabilidade institucional, porém, a sociedade brasileira tornava-se complexa e, conseqüentemente, clamava por mudanças. Nessa conjuntura, o sentimento de autonomia regional e o desejo por ampliação no espaço político crescia nas elites econômicas provinciais. Acirrar-se-iam os debates em torno dos modelos de república, de monarquia e de federalismo. O eixo econômico do país, deslocado para São Paulo, fomentou ainda mais os debates em torno da autonomia administrativa e legislativa das Províncias (CABEDA; AXT, 2004, p. 17). Esse embate pôde ser reconhecido no Manifesto Republicano de 1870. Então, frente a uma monarquia dita fragilizada e fracassada, o federalismo tornara-se princípio cardeal para os republicanos. Associado à ideia de democracia ou soberania popular, o sistema equivalia-se a um regime relativamente descentralizado, composto por unidades autônomas entre si e, nessas condições, somente a República poderia ser um regime federativo e democrático (VISCARDI, 2017, p. 35).<sup>10</sup>

Tais convicções, somadas a outros fatores como a abolição da escravidão e o descontentamento de parte das elites econômicas e do Exército, questões estas já muito bem discutidas pela historiografia, excitavam os ânimos e abalavam as estruturas do Império. No desenrolar dos eventos, o Partido Liberal no Rio Grande do Sul ganhava espaço frente ao Partido Conservador, ao passo que o debate acerca do republicanismo também crescia, o que levou, inclusive, à fundação do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) em 1882.

Com um discurso combativo contra a monarquia, o PRR ia ascendendo na cena política sul-rio-grandense. Nos últimos anos do Império, o partido começou a modificar-se no sentido de se tornar uma organização mais firme, tendo por base doutrinária o liberalismo-democrático, além de adotar uma linha conservadora e autoritária baseada no positivismo comtiano (LOVE, 1975, p. 35). Júlio de Castilhos, um dos fundadores e líderes do partido, a exemplo, defendia um estado moderno e progressista, forte e autoritário, algo que tornar-se-ia evidente na Constituição Estadual de 1891, a qual se destacou pelo “centralismo do poder do Executivo, que acumulava as funções legislativas e de administração, enquanto que a Assembleia Legislativa tinha a função exclusivamente orçamentária” (PADOIM, 2010, p. 52).

Sobre a composição dos partidos nesse contexto, o estudo desenvolvido por Jonas Moreira Vargas (2007) é pertinente. Conforme o autor, os partidos constituíam-se por um

---

<sup>10</sup> Contudo, a solução republicana centrada no federalismo se mostrou inoperante nos primeiros anos do regime. Como salienta Penna, ao invés de convergirem para um pacto federal, as unidades federativas eram movidas pelo poder central. Nas palavras do autor, a República era “federalista na concepção formal, mas centralizadora na sua existência real”. Esta situação se intensificou durante o governo de Floriano Peixoto, o qual “criou uma série de instrumentos a partir dos quais pudesse fazer valer sua autoridade, contando para isso com concurso de aliados, cujo eixo era a sobrevivência do regime” (PENNA, 1997, p. 101-102).

aglomerado de redes de relações sociais formadas a partir de diversos fatores, como as relações de parentesco e o convívio nas academias ou campos de batalha, onde as ideias em comum poderiam ser um fator adicional. Vargas ainda relativiza algumas questões apontadas pela historiografia política tradicional, que considera os republicanos sul-rio-grandenses um grupo intelectualmente superior, vindos de uma “classe média” em ascensão que estava localizada em sua maioria no planalto serrano do estado, em oposição aos ricos estancieiros da campanha, os liberais monarquistas. De acordo com o autor, tais afirmações não possuem sustentação empírica para tanto, logo, defende que ambos os grupos provinham, em grande parte, de famílias de estancieiros médios e abastados com bases em todos os municípios da província, levando em consideração variações e peculiaridades de acordo com as localidades em que se encontravam suas famílias (VARGAS, 2007, p. 21).<sup>11</sup>

Para mais, de acordo com Cabeda e Axt (2004, p. 19), mesmo prestigiados por setores da opinião pública, os republicanos permaneceriam minoria na Província, contudo, esse cenário tomaria outros rumos quando o golpe de 1889 realizou-se e pegou a todos de sobressalto.<sup>12</sup> Sublinha-se que foi essa situação que propiciou ao PRR galgar ao comando do Estado. Logo subiram ao poder, trataram de afastar o principal líder do Partido Liberal, Gaspar Silveira Martins, da cena política. Por suas ligações políticas com o Império, Silveira Martins representava para os opositores a ameaça de reação ao golpe republicano, sendo assim, o governo provisório determinou sua deportação para a Europa, em dezembro de 1889. Os liberais sul-rio-grandenses, por mais arregimentados que fossem, perdiam sua principal liderança. (LOVE, 1975, p. 42).

Agindo estrategicamente, os líderes republicanos Júlio de Castilhos e Ramiro Barcellos indicam para o Governo Provisório do estado o Visconde de Pelotas, militar prestigiado e Senador pelo Partido Liberal. Os republicanos compreendiam que era necessário agir com

---

<sup>11</sup> Para mais informações sobre a elite política do Rio Grande do Sul e a composição dos partidos, ver a dissertação *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política no Rio Grande do Sul (1868-1889)*, de Jonas Moreira Vargas, na qual o autor utiliza-se da prosopografia e da microanálise para estudar as redes de relações estabelecidas e construídas no cenário político do estado nas últimas décadas do Império.

<sup>12</sup> O regime republicano sobreviveria sob a tutela militar até 1894, primeiro sob o comando de Deodoro da Fonseca e depois por Floriano Peixoto. Conforme Penna (1997, p. 95), “a tutela militar durante os primeiros anos da República foi, em parte, neutralizada pela habilidade de certos líderes civis, que compreenderam a excepcionalidade da transição, e sobretudo a necessidade de evitar a atomização do poder político, em face a tendência à automatização das unidades federativas. A República não podia dar vazão aos impulsos reprimidos pela centralização monárquica, sob pena de fragmentar-se de modo irremediável. Neste instante, uma espécie de partido da ordem aglutinou-se em torno dos militares, delegando a estes a missão de ordenar o funcionamento do regime”. Contudo, essa tutela não ocorreu de maneira uniforme, a coesão entre militares e civis era um processo difícil de ocorrer sem crises e confrontos. Foi, portanto, que no governo de Floriano Peixoto, criou-se um consenso mínimo que trouxe o diálogo entre os poderes, podendo se falar, nesse sentido, numa espécie de pacto entre o presidente e os republicanos históricos, protagonizados pela oligarquia paulista (PENNA, 1997, p. 85).

cautela. Numericamente inferiores, os líderes civis sabiam que a proclamação da República decorria de um golpe militar e “militarmente deveria ser sustentada” (FRANCO, 1996, p. 62). Nessa manobra hábil, coube a gema republicana ocupar o comando dos postos-chaves da administração. Júlio de Castilhos assume posição como Secretário do Governo, o que lhe permitiu a nomeação de funcionários públicos, bem como possibilitou a demissão em massa de liberais – empreendendo a derrubada de seus opositores dos cargos públicos e de todas as posições de liderança e prestígio eleitoral nos municípios (FRANCO, 1962, p. 198).

Logo no início de fevereiro de 1890, pressionado pelos republicanos, Visconde de Pelotas transfere o poder a Castilhos, que mais uma vez age habilmente colocando em seu lugar outro militar, General Júlio Anacleto Falcão da Frota. No comando da máquina administrativa, os republicanos criaram a Superintendência dos Negócios do Interior, “dando mais organicidade ao estado e enfeixando definitivamente a pasta política em mãos castilhistas” (CABEDA; AXT, 2004, p. 21). Contudo, torna-se perceptível que a conjuntura política desde a proclamação da República evidenciava o desequilíbrio, no caso sul-rio-grandense, em razão das sucessões de governos até 1891, quando Júlio de Castilhos torna-se o primeiro presidente constitucional do Rio Grande do Sul, o sétimo desde então. Segundo Franco, as eleições teriam sido marcadas pela fraude, “um instrumento rotineiro de conquista e garantia de poder” (FRANCO, 1996, p. 204). Fraude ou não, tornou-se evidente que a disciplina partidária dos membros do PRR, baseada na doutrina positivista junto à criação da estrutura da Brigada Militar e à promulgação da Constituição Estadual de 14 de julho de 1891, transformou o partido na maior máquina política do estado sob a liderança de Castilhos.<sup>13</sup>

Entretanto, Júlio de Castilhos não ocuparia o governo do Rio Grande do Sul por muito tempo. Em 3 de novembro de 1891, o presidente Deodoro da Fonseca suspendeu as atividades do Congresso Nacional e Castilhos, por sua vez, estampou nas páginas do jornal *A Federação* (porta-voz oficial do PRR) o manifesto de Deodoro. O apoio ao golpe custou a deposição do governador em seguida da posse do vice-presidente, marechal Floriano Peixoto, quando então Deodoro renunciou ao cargo de presidente da nação. Assim, o governo sul-rio-grandense foi ocupado por um triunvirato formado por Assis Brasil, Barros Cassal e Luís Osório e alcunhado, pejorativamente por Castilhos, como “governicho”. Tal conjuntura agravava ainda mais o quadro de desestabilização política nas sucessões de renúncias e posses, o Governo Provisório,

---

<sup>13</sup> Enquanto predominava no cenário nacional a Constituição de 24 de fevereiro de 1891, com princípios liberais inspirados na Constituição Americana, no Rio Grande do Sul, vigorava a Constituição Estadual de 14 de julho de 1891, com diretrizes extraídas e inspiradas no positivismo de Augusto Comte, servindo para legitimar o poder republicano no estado, porém, vista pela oposição como ditatorial e autoritária.

instalado em decorrência do movimento de novembro, mostrar-se-ia necessariamente fraco (RECKZIEGEL, 1999a, p. 124).

Nesse ínterim, reagrupavam-se as velhas forças apeadas do poder em 1889. Silveira Martins voltara do exílio e, junto a outros liberais e dissidentes do PRR, fundou, em março de 1892, o Partido Federalista. Como pauta principal, os membros do partido empenhavam-se para que a Constituição Federal e seus princípios chegassem até o Rio Grande do Sul visto que era inadmissível para eles aceitarem a Constituição Estadual de 14 de julho. Além disso, defendiam uma República Federal Parlamentar em contraste com o sistema presidencialista em vigor, sendo o chefe de Estado eleito pelo Parlamento e, mais importante, reivindicavam sua participação no poder em vista da força social, econômica e política histórica que os liberais representavam no estado em detrimento ao PRR (LOVE, 1972, p. 54). Nesse quadro, as polarizações políticas no Rio Grande aumentaram de tal maneira que colocaram em posições antagônicas os dois partidos, mesmo que princípios como república e federalismo estivessem presentes na ideologia de ambos.

O “governicho” via-se em uma situação cada vez mais difícil. De um lado os castilhistas exacerbavam sua oposição, de outro, os federalistas também disputavam as primícias do poder. Conseqüentemente, a insegurança e a apreensão tomam conta do cenário no estado sob a tutela de uma administração sem autoridade e representada por um grupo inexpressivo. Com a falta de uma base política, Visconde Pelotas reassume o poder em 8 de junho de 1892. Não obstante, o levante dos republicanos não tardaria. Em 17 de junho, oficiais castilhistas da milícia estadual criaram condições para a “marcha triunfal” até o Palácio do Governo na capital Porto Alegre. Reposto no poder, Júlio de Castilhos resignou seu cargo para seu Vice-Presidente, Vitorino Monteiro, que governou por sete meses até que Castilhos assumisse seu posto definitivamente em janeiro de 1893. Nessa conjuntura, o presidente Floriano Peixoto adotava uma postura favorável aos castilhistas, visto que o “governicho” não se mostrou capaz de assegurar a ordem legal no estado. Além do mais, Floriano não admitiria que o partido de Silveira Martins assumisse o poder, frente a suspeita que envolvia a figura do político com a restauração monárquica e a repulsa do marechal Floriano à bandeira parlamentarista defendida por Martins (CABEDA e AXT, 2004; LOVE, 1972; RECKZIEGEL, 1999; SAES, 2005).

Sem recursos para oferecer resistência, Visconde de Pelotas transfere o poder para a cidade de Bagé, sob a liderança de João Nunes Silva Tavares. A duplicidade de governos gerou uma situação de guerra civil iminente. Esse conjunto de fatores consubstanciou a instabilidade política, período em que a situação no estado, principalmente nas regiões da campanha e fronteira, passou a ser de insegurança e de disputa partidária marcada pela radicalização e



violência das perseguições políticas num prelúdio de guerra civil que culminaria na Revolução de 1893 (FLORES, 2003, p. 73). As forças do PRR e as tropas federais de Uruguai e Quaraí começaram a dirigir-se para Bagé. Então, cedendo à pressão das forças castilhistas, provavelmente por estar ainda militarmente despreparado, Silva Tavares se rendeu a um contingente do exército comandado por Arthur Oscar, mas logo o líder federalista e outros imigrariam para o Uruguai, de onde traçariam os planos para a guerra (LOVE, 1975, p. 57).

Esgueirando-se do enalço empreendido pelo governo de Castilhos, os federalistas organizaram em território uruguaio a invasão ao estado. Muitos dos estancieiros que investiam seu capital em terras uruguaias eram simpatizantes ou membros do Partido Federalista. Silveira Martins, a exemplo, tinha relações sociopolíticas e familiares consolidadas na região. E, ao longo da sua trajetória, sempre manteve vínculos com os dois principais grupos políticos uruguaios (*blancos* e *colorados*), condição essa que fazia parte da sua estratégia política.<sup>14</sup> Portanto, destaca-se que o exílio no país vizinho permitiu aos federalistas traçarem suas estratégias de ação revolucionária e firmar alianças. Nesse sentido, Reckziegel enfatiza que a Revolta de 1893 transformou-se praticamente em um acontecimento de caráter internacional, calcado historicamente no trânsito bilateral, “quando os federalistas perseguidos pelo governo do estado fizeram, por assim dizer, do Uruguai seu quartel-general e, mais ainda, cooptaram para a luta renomados caudilhos orientais” (RECKZIEGEL, 1999a, p. 16). Tal conjuntura permitiu aos federalistas que os preparativos para a invasão do Rio Grande fossem feitos com relativa tranquilidade, “alheio, na prática, aos apelos do governo brasileiro para que coibisse as atividades dos revolucionários” (RECKZIEGEL, 1999a, p. 125).

Organizados no Uruguai e com o apoio de próceres uruguaios, os federalistas transpõem a fronteira e invadem o Rio Grande do Sul em fevereiro de 1893, tendo como principais líderes militares João Nunes da Silva Tavares e o caudilho oriental Gumercindo Saraiva. O governo sul-rio-grandense não foi pego de surpresa, visto que já organizava suas tropas para o conflito. Com o auxílio do governo federal e o apoio integral do Exército, posto à disposição do governo gaúcho por Floriano Peixoto, as tropas legalistas eram claramente superiores em número e recursos, contudo, os revolucionários não seriam derrotados tão facilmente como se esperava. Prolongar-se-ia, assim, a Revolução Federalista, alcançando proporções talvez nunca

---

<sup>14</sup> Esse fenômeno pode ser compreendido no estudo desenvolvido pela autora Ana Luiza Setti Reckziegel. De acordo com a autora, as vinculações estabelecidas na fronteira entre os territórios do Uruguai e Rio Grande do Sul podem ser interpretadas pelos elementos regionais, que além das condições geográficas e as movimentações demográficas, estão ligadas às características étnicas e culturais, bem como aos padrões econômicos comerciais e às alianças sociais e políticas, derivativos de uma história que se fez comum desde início da ocupação lusitano-espanhola, determinando o caráter de uma mentalidade coletiva que, na prática, ignorou as marcas dos limites nacionais muitas vezes (RECKZIEGEL, 1999a, p. 16).

imaginadas pelos seus contemporâneos. Nesse cenário, a troca de correspondências entre os líderes das forças legais e o governo central foi intensa, afinal, para os republicanos castilhistas, uma derrota representaria a perda do poder político e do domínio do partido sobre o estado e, por isso, seria fundamental para o rumo dos acontecimentos o apoio e a atitude enérgica de um homem: marechal Floriano Peixoto.

### 1.3 A correspondência sul-rio-grandense chega ao Rio de Janeiro

Era 1893, um novo ano iniciava e no gabinete presidencial muitos telegramas chegavam a Floriano Peixoto lhe desejando, além de prosperidade e um feliz ano novo, que o seu governo consolidasse definitivamente a República. Em meio às correspondências, o novo governador sul-rio-grandense, Júlio de Castilhos, também enviava seus cumprimentos ao presidente e aproveitava para lhe expor suas percepções sobre a situação no Rio Grande do Sul:

[...] situação interna é satisfactoria no tocante aos fortes elementos de que dispões governo para reprimir qualquer perturbação ordem publica e manter principais autoridades todos municipios, cuja paz está garantida. Todavia, cumpre reconhecer existem inquietações produzidas pelos constantes ameaças invasão favorecidas ou toleradas pelas autoridades orientaes, bem como devo assignar dificuldades que resultam da existencia numerosas reuniões armadas na fronteira, accarretarem consideravel despendio para cofres publicos. Para attenuar este inconveniente Dr. Abbott mandou dissolver reuniões e organizar corpos provisorios como auxiliares força federal, localizado nos pontos mais expostos da fronteira, com grande redução despesas, maior simplicidade e efficacia serviço de defesa geral. Outrossim, cumpre consignar que natural exaltação paixões locaes tem dado origem alguns excessos consideraveis que, embora inferiores, aos crimes commettidos pelos inimigos, paz publica são activamente cohibidos pelo governo e seus agentes mediante severas providencias. Em resumo, posso asseverar vos população em geral está confiante acção governamental. Quanto aos regenerados patricios alliciam mercenarios com intuito vilipendiar território, estou convencido sua annunciada invasão não passará de ameaças, cujo objetivo é manter alarme no Estado, obrigar aumento de despesas e produzir cansaço ao governo.<sup>15</sup>

Conforme relatou no telegrama, Castilhos demonstrava estar confiante sobre o rumo dos acontecimentos e na atuação do governo na manutenção da ordem pública. Sua mensagem apresentou a Floriano que a situação estava sob controle em suas mãos e, conseqüentemente, nas de seu governo. Ao mesmo tempo, aproveitou para denunciar a atitude sustentada pelas autoridades uruguaias em favor dos revolucionários federalistas. Esse posicionamento seguiria por grande parte das correspondências de Castilhos, ele sabia que a convivência e o apoio das autoridades orientais representavam um grande obstáculo para dissolução da atividade

<sup>15</sup> Telegrama de Júlio de Castilhos a Floriano Peixoto, 05/01/1893, Porto Alegre – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.77).

revolucionária que fazia do estado vizinho seu “quartel-general” (RECKZIEGEL, 1999, p. 21), tornando-se fundamental que o governo federal intervisse nesse sentido.

Além de Castilhos, identifica-se no conjunto documental correspondente ao Rio Grande do Sul os nomes que se destacaram entre o grupo de missivistas, tanto pela periodicidade nas correspondências quanto pela posição assumida por estes no contexto histórico em exame (Apêndice A). Majoritariamente, correspondiam-se com o Floriano Peixoto um segmento social que representava a elite tanto governamental como militar, composta por cargos políticos e administrativos relevantes e oficiais de alta patente. Especificamente, dentre os correspondentes sul-rio-grandenses, destacam-se os nomes de Francisco Antônio de Moura<sup>16</sup>, Antônio Joaquim Bacellar<sup>17</sup>, Antônio Pêgo Júnior<sup>18</sup>, João Telles<sup>19</sup>, Júlio Prates de Castilhos<sup>20</sup>, Pinheiro Machado<sup>21</sup>, João César Sampaio<sup>22</sup> e Vitorino Monteiro<sup>23</sup> na produção das correspondências. Conforme Gomes (2004), a observação do “lugar social” ocupado pelos emissores é um importante recurso analítico para compreender a troca de cartas e/ou telegramas, isso porque o ofício “pode estar voltado para um certo objetivo específico, embora não exclusivo, ou combinar de forma mais equilibrada algumas intenções” (GOMES, 2004, p. 54).

---

<sup>16</sup> General Francisco Antônio de Moura (1839-1911) foi ministro da Guerra de 1892 a 1894, durante o governo de Floriano Peixoto. Em meados de 1893 transfere seu gabinete para Porto Alegre assumindo dali as operações Militares contra a Revolução Federalista (BARBOSA, 1952).

<sup>17</sup> General Antônio Joaquim Bacellar (1832-1899) foi comandante da 3ª Região Militar durante maio 1893 a setembro 1894. Durante a revolta, desempenhou importante papel na defesa da cidade de Rio Grande, comandando a vitória sobre o Almirante Custódio de Mello, que ali tentou desembarcar (BENTO; GIORGIS, 1995).

<sup>18</sup> General Antônio Joaquim Pêgo Júnior (1842-1907) comandou a 3ª Região Militar de agosto de 1892 a maio de 1893. Durante a Revolta da Armada no Rio de Janeiro, comandou o Arsenal de Guerra, posteriormente assumindo o comando da 5ª Região Militar, quando então foi acusado de deixar Gomes Carneiro sem amparo durante o Cerco da Lapa. Destituído do seu comando, Pêgo Júnior foi julgado e condenado à morte em Conselho de Guerra, contudo, acabou sendo absolvido mais tarde pelo Supremo Tribunal Militar (BENTO; GIORGIS, 1995).

<sup>19</sup> General João Telles (1844-1893) foi comandante da 3ª Região Militar de julho a novembro 1893. Também, comandou como general da Brigada as Forças em Operações no Rio Grande do Sul durante o ano de 1893, atuando, principalmente na região de Bagé, libertando a cidade sitiada pelos federalistas em sua 1ª invasão (SENNÁ, 1981).

<sup>20</sup> Júlio de Castilhos (1859 - 1903) fundador do jornal A Federação e líder do PRR. Governou o estado do Rio Grande do Sul de 15 de julho de 1891 a 11 de novembro de 1891 e, depois, de 25 de janeiro de 1893 a 24 de janeiro de 1898 (SILVA, 2010).

<sup>21</sup> Pinheiro Machado (1851-1915) foi influente político republicano no Rio Grande do Sul, fundador do PRR junto com Júlio de Castilhos. Eleito Senador, licenciou-se do cargo para entrar no combate contra os federalistas. Organizou a Divisão do Norte, uma das mais importantes forças combatentes da Revolução, a qual passou o comando ao general Rodrigues Lima, acompanhando-o durante todo conflito desempenhando seu papel tanto em decisões militares como políticas (REVERBEL, 1985).

<sup>22</sup> João César Sampaio (1874-1924) foi nomeado comandante da Divisão do Sul, após a derrota legalista em Rio Negro, seguido do sítio federalista de Bagé. Foi responsável pelo comando das tropas que libertaram Bagé, sitiada pelos federalistas em novembro de 1893, ao comando de Joca Tavares (BENTO; GIORGIS, 1995).

<sup>23</sup> Vitorino Monteiro (1859-1920), era advogado e proeminente político republicano. Assumiu brevemente o governo do estado do Rio Grande do Sul (17 de junho de 1892 a 27 de setembro de 1892). Exerceu o cargo de deputado federal de 1891 a 1907. Durante a Revolução Federalista, Vitorino foi nomeado ministro plenipotenciário no Uruguai pelo governo de Floriano Peixoto (LOPES, 2015).

Assim, verifica-se que o grupo que se comunicava com o governo federal fazia parte de um segmento social de *status* elevado e que era responsável pela tomada de decisões tanto políticas como militares no estado. Sobre o local de envio, as correspondências condizem às principais regiões onde se encontravam as guarnições militares estabelecidas durante a guerra, destacando-se as cidades de Bagé, Uruguaiana, Rio Grande e Santa Maria, além, é claro, do centro político: a capital Porto Alegre.

No início de 1893, além do governador do estado, outro correligionário sul-riograndense, Vitorino Monteiro, figurava entre os missivistas assíduos. Em tom de resposta, o emissor escrevia ao presidente dizendo cumprir a missão que lhe foi encarregada, esta referia-se à análise das consequências da posse de Júlio de Castilhos frente à situação crítica dominante. Em sua carta, o autor relatou ter estudado à luz dos fatos e com precisa maturidade e preocupação de espírito, chegando às conclusões que descrevera a Floriano:

[...] Considerados os fatos, pois, e depois delles, ou antes, concomitantemente com elles, os effeitos da atuação daquelle aqui (Júlio de Castilhos), reconheci ser de urgência necessidade que elle assumisse o governo. Considerado os fatos, que são uniformemente indicativos de que os adversários, no momento actual, não fazem questão da individualidade de Júlio. O seu norte é exclusivamente outro: a realização de sonhos ambiciosos; a posse do poder, pelo poder; a effectividade de vinganças pessoais; a fortuna fácil construída sobre promettidas indenizações de reais ou imaginários prejuizos. De modo que se procurassemos assoberbar a crise com a retirada do Júlio do governo, seria de nullo effeito esse acto, que não se aliviaria a sucessão das difficuldades do momento e, certo, não conduziria, portanto, o Estado á almejada paz definitiva. O prestígio do partido, por outra face, e aqui encaro as consequencias, soffreria golpe de morte, annullada de modo pernicioso a governação genuinamente republicana do Estado.<sup>24</sup>

Em defesa do governo castilhista, Vitorino é claro ao argumentar que a posse e manutenção de Júlio no poder era a melhor solução para a conjuntura penosa pela qual passava o Rio Grande do Sul. A carta descrevia para o titular que o estado das coisas não se dava devido à figura de Castilhos particularmente, mas por desejos ambiciosos, vinganças pessoais e a aspiração pelo poder e, visto dessa forma, a oposição estaria pronta para pôr seus planos em prática independente de quem estivesse à frente do governo legal. Além disso, para o autor, a retirada de Castilhos apenas traria mais desordem em um momento em que era necessário a concretização das bases republicanas, algo que somente seria possível se o único e legítimo partido estivesse no poder, ou seja, o PRR, do qual Castilhos era o seu representante máximo. Continuando, Vitorino ainda sugere que Floriano mande para o sul o general João Telles, “filho

---

<sup>24</sup> Carta de Vitorino Monteiro a Floriano Peixoto, 19/01/1893, Porto Alegre – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN, RIO Q6.LEG.COR, CAR.645).

do Estado, conhecedor de sua campanha e fronteira”, e finaliza a correspondência reafirmado ao titular o seu apoio ao governo de Júlio de Castilhos, estando disposto a auxiliar pela paz e tranquilidade do estado e na definitiva consolidação da República.

A mensagem de Vitorino endereçada a Floriano parece ter algum efeito. Júlio de Castilhos permaneceria no poder e João Telles seria enviado ao sul para lutar nas campanhas gaúchas. É possível por meio dessas correspondências preambulares ora apresentadas adentrar inicialmente no campo político que, segundo Augé (1997), é o “governo da palavra”. A ação política se constrói nos espaços de discussão e persuasão, e a palavra intervém diretamente nesses campos, pois é a partir da discussão que se define os meios de ação, e é por meio da persuasão que se pode convencer o outro sobre os fundamentos de determinada opinião em seu favor.

Ver-se-á no decorrer da análise que tais mecanismos são recorrentes no discurso das missivas visto que, como aponta Charaudeau (2001), o texto é um produto gerado dentro de uma “encenação do ato de linguagem” no qual as palavras são selecionadas (consciente ou inconscientemente) pelas escolhas daquilo que se quer falar (o que dizer? como dizer? quais reações vai causar?). Nesse contexto, deve-se levar em consideração que as cartas e os telegramas não estavam sendo escritos para qualquer pessoa, tratam-se de correspondências endereçadas ao chefe máximo da nação e, por esse motivo, atitudes e regras de comportamento são impostas devido ao peso do destinatário. Logo, isso acaba por influenciar diretamente na maneira como o remetente buscava se expressar, pois, como visto anteriormente, as relações em um “contrato de comunicação” podem modificar-se conforme o interlocutor. Assim, pensando no campo das cartas, ao remetente cabe manter uma linha coerente de pensamento, pois quanto mais contraditório elas se apresentarem, mais divergente serão as “expectativas de significação” sobre determinado assunto.

Em carta datada de 27 de janeiro de 1893, quando o contexto revelou que a guerra civil era inevitável, Júlio de Castilhos escreveu a Floriano expondo seus esforços ao mesmo passo que buscava imprimir a confiança e o apoio do presidente:

[...] Fazendo extremo sacrifício, que é talvez o maior de todos quantos me tem imposto o Supremo dever republicano, asseguro-vos que tudo envidarei pela estabilidade da paz e felicidade do Rio Grande do Sul cujos destinos interessam vivamente a Republica. Conto com o activo apoio dos republicanos rio-grandenses, espero confiantemente receber sempre o vosso, que é imprescindível ao desempenho regular da minha ordem e melindrosa tarefa.<sup>25</sup>

<sup>25</sup> Telegrama de Júlio de Castilhos a Floriano Peixoto, 27/01/1893, Porto Alegre – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.77).

Dias depois, voltou a escrever falando que Vitorino transmitiu as impressões e intuítos de Floriano e prossegue dizendo: “Vossa confiança será correspondida. Assumirei governo por necessidade momento esperando em breve obter estabilidade e paz geral”.<sup>26</sup> Indo ao encontro da fala sustentada por Castilhos, Vitorino também telegrafou ao presidente reiterando:

[...] asseguro a V. Ex. que, honrando vossa benévola confiança, jamais consentirei que banditismo campeie. Castilhos empenhado cumprir lei, impondo-se assim confiança sobre governados. [...] garanto V. Ex. que não mais teremos a lamentar violências, que só produzem efeitos negativos e que a segmentam dificuldades para o governo. Criminosos, políticos ou não, serão punidos e, assim governo se imporá consideração pública. Pode ficar tranquillo confiando em minha actividade e critério e ao mesmo tempo na capacidade do Dr. Castilhos com quem estou de accordo.<sup>27</sup>

Nessas correspondências é possível observar a influência desempenhada por Vitorino Monteiro sobre as questões políticas e acerca a manutenção de Júlio de Castilhos no poder. Além disso, cabe observar que o texto também busca transmitir uma ideia de equilíbrio e confiança frente à grave crise a qual se encontrava o estado. Esse posicionamento se repete em outro telegrama enviado por Vitorino, logo após o manifesto do líder revolucionário Silva Tavares, quando descreve ao titular que tal manifesto havia sido publicado incitando o povo a pegar em armas contra a República, mas que, contudo, o governo estava tranquilo, pois sabia que havia tomado as melhores providências. Assim relatava: “Podemos ficar tranquilos que mais uma vez inimigos da Pátria serão duramente castigados. Governo do Estado tem desenvolvido reffectida energia ao lado da necessária calma.”<sup>28</sup>

O autor evidencia a existência de uma desordem em potencial, mas logo demonstra-se crível que tal ameaça não poderia ser maior que o governo, ou seja, há a tendência de construir uma imagem de comando forte, suficientemente capaz de eliminar seu adversário. Essa construção é importante para o discurso político. Para os republicanos sul-rio-grandenses era extremamente necessário que Floriano apostasse sua confiança e convicção no grupo que estava no poder, visto que isso significaria o apoio e o auxílio que estes tanto necessitavam para alcançar com maiores chances a vitória final.

<sup>26</sup> Telegrama de Júlio de Castilhos a Floriano Peixoto, 27/01/1893, Porto Alegre – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.77).

<sup>27</sup> Telegrama de Vitorino Monteiro de Floriano Peixoto, 30/01/1893, Porto Alegre – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.77).

<sup>28</sup> Telegrama de Vitorino Monteiro de Floriano Peixoto, 16/02/1893, Porto Alegre – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.77).

Por isso, questões relativas ao auxílio financeiro seriam recorrentes nas missivas, principalmente nas remetidas por Castilhos, dessa maneira o governador buscava lembrar constantemente o compromisso do presidente em apoiar os “verdadeiros republicanos” do Rio Grande. Afinal, era fato que as despesas no estado haviam crescido consideravelmente nos últimos anos devido aos investimentos nos quadros militares utilizados no trabalho de consolidar o domínio do PRR. A Brigada Militar, que tinha as proporções do exército estadual, apresentava o maior orçamento do ano de 1892. O número de homens que fazia parte dessa força subiu de 718, no último ano do Império, para 1.265, visando à manutenção da “ordem pública” (LOVE, 1975, p. 63). Em telegrama, Castilhos era claro ao lembrar os compromissos do governo federal com o estado sulino:

[...] Relembro vossa promessa relativa auxilio pecuniario da União para minorar sacrificios Estado e fazer face grandes despesas realizadas com serviço vigilancia e defesa fronteiras, onde forças civis tem auxiliado exército duramente tres mezes conforme combinação entre Dr. Abbot e General Pêgo. Reconhecestes insufficiencia auxilio cinquenta contos prestado em novembro e promettestes entrega maior quantia durante mez corrente. Sou forçado a insistir sobre assumpto, frente carencia recursos thesouro Estado, que por si só não pode attender compromissos da manutenção serviço de caracter federal, que incumbe ao governo União. É rigorosa justiça partilha despesas.<sup>29</sup>

Assim, as despesas com a defesa das fronteiras e manutenção das forças civis seria um compromisso do governo federal, no qual insistiria Castilhos em sua correspondência:

[...] Recebi hontem inspector thesouraria cinquenta contos quantia muito insufficiente para socorrer enormes despesas que o Estado está fazendo agora nas fronteiras e Interior com manutenção e mobilização numerosas força civis conforme expuz. Nosso thesouro, não pode, absolutamente, comportar tão grande ônus. Accrescem ainda despesas feitas Estado oriental com serviço telegraphico muito caro e serviço espionagem diversos pontos daquella República. Bem sabeis tais despesas são todas de caracter Federal.<sup>30</sup>

Como discutido anteriormente, Floriano Peixoto auxiliaria o governo de Castilhos regularmente com recursos do tesouro nacional, então acabava cumprindo com suas “promessas”. Entretanto, a atitude do presidente gerou debates e posições controversas, parte da imprensa posicionava-se a favor de tal medida, já outra atacava ferozmente o procedimento adotado pelo governo central que entrava no conflito assumindo um dos lados. Por fim, quem

<sup>29</sup> Telegrama de Júlio de Castilhos a Floriano Peixoto, 29/01/1893, Porto Alegre – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.77).

<sup>30</sup> Telegrama de Júlio de Castilhos a Floriano Peixoto, s/d, Porto Alegre – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.77).

demonstrou estar satisfeito e jubiloso com as circunstâncias foi Castilhos, como observa-se através do seguinte fragmento:

[...] Agradecendo vossa boa vontade, mediante a qual tudo conseguiremos no sentido da pacificação definitiva do Rio Grande, onde poderei contar sempre illimitada dedicação de republicanos que vos applaudem e admiram. Agradeço também vosso auxílio pecuniário que prestaes thesouro do Estado, assegurando-vos applicação d'ele será feita com maior escrúpulo e proveito da causa pública. [...] fico sciente vossas sabias recommendações que serão fielmente executadas. Podeis ter certeza tudo envidaremos para corresponder vosso Auto apoio e generosa confiança.<sup>31</sup>

A essa altura, as forças revolucionárias já marchavam em solo gaúcho, chegando a tomar a cidade de Dom Pedrito no fim de fevereiro de 1893. Nesse ínterim, provavelmente antes de saber do ataque à cidade, Júlio de Castilhos telegrafou a Floriano transparecendo total confiança nos rumos dos acontecimentos. Dizia que as forças comandadas por Arthur Oscar encontravam-se em marcha rumo a Dom Pedrito, demonstrava total certeza de que seriam capazes de “destróçar o inimigo” e, assim, passava a assegurar que em breve estaria tudo “terminado com a pacificação Rio Grande do Sul”.<sup>32</sup> No entanto, contrastando com clima de confiança e “vitória infalível”, o telegrama do Tenente-coronel Sampaio relatava a situação ao descrever que Dom Pedrito havia sido tomado por forças federalistas, que acabaram por prender toda guarnição legalista, além de apresentar que não possuía elementos suficientes para resistir. Em outra correspondência, o subintendente Cassiano Nascimento informava:

Generalizou se toda linha invasão norte sul estado com forças presumiveis cinco seis mil primeiras forças invasoras [...] é nosso dever transmittir occurencias visto não poder fazer Dr. Castilhos, falta telegrapho cortado quasi todo estado. D. Pedrito sitiado atacado mais tres mil homens após dois dias resistencia foi tomada, massacre horrorozo sendo bandido Gomercindo desarmado despido officiaes soldados, fardando sua gente [...] faltam communicações, nossas forças dispersas não podem operar isoladas e mal armadas, mal montadas, tornam se fracas [...] Partido federal levanta se varios pontos arvorando bandeira restauradora monarchia. Republicanos lutam desesperada heroicamente promptos para morrer ou vencer pela Republica. Estamos pouco armados quasi a pé, entretanto luctaremos cumprimento dever.<sup>33</sup>

Algumas questões podem ser aprofundadas a partir desse telegrama. Como relatado por Nascimento, as tropas do governo legal conseguiram resistir por algum tempo, porém, não dispunham de elementos suficientes para expulsar os inimigos, acabando por serem derrotadas.

<sup>31</sup> Telegrama de Júlio de Castilhos a Floriano Peixoto, s/d, Porto Alegre – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.77).

<sup>32</sup> Telegrama de Júlio de Castilhos a Floriano Peixoto, s/d, Porto Alegre – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.77).

<sup>33</sup> Telegrama de Cassiano Nascimento a Floriano Peixoto, 25/02/1893, Pelotas – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.77).



Portanto, percebe-se como o discurso da “vitória implacável” presente nos telegramas anteriores acaba sendo abalado, ou seja, a “expectativa de significação” é rompida ao demonstrar que a linha coerente de princípios de pensamento defendida até então torna-se contraditória (CHARAUDEAU, 2001, p. 30). Contudo, Castilhos não demoraria para pronunciar-se, buscando justificar o ocorrido e reafirmando o controle sobre a situação:

A ser exacto esse insucesso local, não me cabe culpa nenhuma, porque dentro minha competencia legal não descuidei me daquela localidade, que devia estar mais guarnecida, conforme propuz aqui á autoridade competente. Pelos meus telegramas anteriores e, especialmente, pelas cartas e informações que levou capitão Chachá bem podeis avaliar quanto esforço tenho feito no sentido de acantellar segurança fronteiras. Em face occorrencias, considerando que inimigo auxiliado escandalozamente pelas autoridades orientaes, intenteo desenvolver toda sua acção na zona compreendida entre Bagé e Livramento, combinei com general Pego adoptar um conjuncto de medidas que consistem em concentrar forças em Bagé, S. Gabriel e Cacequy, para, reforçando pontos actualmente principais, moverem se tres fortes columnas convergentes, que apertará inimigo em um circulo invensível ou o obrigarão o regresso estado oriental onde haverá ser definitivamente desermado. [...] formando vosso juizo exacto em faclido exposto, podeis ficar certo que, mais dia, menos dia, tudo estará terminado coma pacificação definitiva Rio Grande e felicidade da Republica.<sup>34</sup>

Conforme Lemos (2004, p. 18), as cartas como fonte interessam pelo que contêm de indicativo sobre a pessoa, na posição de remetente ou de destinatário, e suas circunstâncias. Na correspondência de Castilhos percebe-se as implicações concernentes à sua posição e ao contexto que o circundavam, portanto ela se constrói na perspectiva dinâmica de uma melhoria contínua e no receio de uma avaliação negativa por parte do destinatário. Dentre esses mecanismos, a construção de uma imagem de líder capaz de comandar é crucial para o político que quer chegar ao poder e nele se manter. E isso fica evidente na leitura das missivas, visto que primeiro ele tenta justificar de que a culpa da derrota não pode ser atribuída ao emissor, depois coloca todas as opções e caminhos para a solução do problema demonstrando a sua capacidade de comando e articulação e, por fim, garante a vitória e com ela a realização de um projeto político, nesse caso, a consolidação da República.

Como de hábito, o caráter lisonjeador era sempre firmado nas missivas. Nunca se pedia algo sem antes expressar considerações ao titular, isso fazia parte da necessidade de reconhecer um protocolo de hierarquias na busca da proximidade cordial. Assim, sinais de reconhecimento, de apreço e de prestígio sempre ocuparam espaço na escrita. Esses traços são percebidos no seguinte telegrama de Castilhos:

---

<sup>34</sup> Telegrama de Júlio de Castilhos a Floriano Peixoto, 27/02/1893, Porto Alegre – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.77).

Acabo de receber vossas sabias palavras. Eu e todos vossos bons amigos, incluindo Victorino que está presente, não sabemos o que mais admirar: se a vossa capacidade de estadista chefe supremo da Republica, se a vossa extraordinária aptidão de militar. Recolho vossas sabias palavras em um escrínio precioso, onde de momento a momento, buscarei inspirações, conselhos nas condições excepcionais do Rio Grande. Para mim, como para todos amigos republicanos, as palavras que acabais de dirigir constitui uma especie de lemma inviolavel. Tudo faremos de harmonia com vossa opinião e dezejos. General Telles encontrará legiões republicanas promptas a obedecerem suas ordens. Em summa, peço confieis sem restrições na dedicação ilimitada dos riograndenses na atividade energia e prudencia de quem neste momento suporta o enorme fardo do governo nesta terra, que pairesse destinada a promover deffinitivamente estabilidade da Republica em vós a quem abraço em nome dos Republicanos do Rio Grande do Sul.<sup>35</sup>

A ideia de que os conselhos e as instruções de Floriano seriam seguidos é outro fator bem reconhecível nas correspondências, não apenas nas enviadas por Castilhos, mas por grande parte dos emissores que declaravam seguir suas orientações ou somente agir a partir destas. Isso demonstra como Floriano Peixoto estava ligado às ações tanto políticas, quanto àquelas envolvendo operações militares no Estado. Afinal, sua posição lhe dava autonomia para influenciar no rumo das decisões se assim fosse necessário. Dessa forma, nota-se que a interferência do governo federal ia além do auxílio financeiro, material e bélico, fazendo-se presente inclusive no movimento interior do grupo e em suas estratégias de atuação.

### 1.3.1 A desqualificação do adversário e as adversidades internas

Outro elemento exposto de maneira periódica no discurso das missivas era a desqualificação dos federalistas. Tratados como inimigos da República, bandidos invasores, mercenários, assassinos, entre outros, o que mais pesava nas acusações era o estigma de monarquistas ou restauradores, um dos termos mais utilizados pelos chefes republicanos sul-riograndenses ao descrever o grupo revolucionário em suas cartas e telegramas. Sobre o caráter restaurador do movimento, Sêga (2004, p. 184) ressalta que dentre as diferentes análises sobre a Revolução Federalista, esse aspecto ainda necessita de maiores esclarecimentos, contudo, em termos ideológicos, a historiografia sobre a temática considera que a luta foi mais anti-castilhista e anti-florianista do que propriamente monarquistas em oposição a republicanos, as próprias declarações de chefes federalistas, como Silva Tavares, muitas vezes dirigiam-se em

---

<sup>35</sup> Telegrama de Júlio de Castilhos a Floriano Peixoto, s/d, Porto Alegre – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.77).

defesa da República.<sup>36</sup> Ademais, Janotti (1986, p. 65) defende que as contradições das notícias assoalhadas no Rio de Janeiro, acrescidas dos diferentes manifestos dos chefes revolucionários, não permitiam que se vislumbrasse claramente os objetivos reais dos federalistas. Já para Reckziegel,

apesar de Silveira Martins e de outros nomes do federalismo terem pertencido ao antigo Partido Liberal e de ainda persistir entre eles certa nostalgia em relação ao passado monárquico, não houve um só documento que proclamasse intuítos de restaurar o trono assumido pelo Partido Federalista gaúcho. É certo que, em São Paulo e no Rio de Janeiro, os monarquistas organizavam-se partidariamente a fim de pleitear novamente o poder, considerando que a República não havia passado de um golpe militar e que a situação poderia ser revertida, para isso, animavam-se por meio de artigos na imprensa e de contatos com a família real na Europa. Entretanto, os monarquistas somente conseguiram fundar seu primeiro partido político em 1895, em São Paulo, e, no ano seguinte, no Rio de Janeiro. Nessa época, apesar de o Rio Grande já estar pacificado e de os federalistas terem sido submetidos às condições da paz, o PRR continuou insinuando a ligação dos líderes federalistas com as pretensões restauradoras os monarquistas (RECKZIEGEL, 1999a, p. 198).

De toda forma, a associação dos revolucionários a intuítos restauradores por parte dos governistas republicanos serviu como importante dispositivo para atacar e desvirtuar os propósitos da revolta. Conforme Charaudeau (2017), a estratégia de desqualificação do adversário é um dos polos constitutivos do discurso político, como pode-se observar no seguinte trecho, no qual Castilhos descreve algumas das atitudes tomadas por general João Telles após a chegada deste ao Rio Grande e assim aproveita para atacar os inimigos:

[...] tudo isso constitue acertado e efficaz plano general Telles cuja presença bastou para imprimir unidade de acção as operações que muito careciam della conforme vos ponderei insistentemente, bem vedes portanto que em breve estarão exterminadas hordas invasores constituídas de mercenários estrangeiros pelos partidários da restauração monarchica. Desde ja congratulo me convosco pelo feliz desenlace da crise que degenerados brasileiros planejaram contra a Republica da qual sois incomparavel director supremo. [...] podés continuar confiante na nossa infallivel victoria pela qual Eu e todos republicanos não poupamos nenhum esforço. Manifesta se por toda parte grande entusiasmo pela defesa Republica que todos bons riograndenses veem brilhantemente representada e defendida por vos a quem saúdo affectuosamente. Viva a Republica!<sup>37</sup>

O discurso assumido na missiva é representativo dos propósitos aos quais o grupo governista no poder estava engajado. Em outro momento, Castilhos escreveu:

<sup>36</sup> Ver trabalho de Gustavo Ferreira Andrade intitulado *A trajetória política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): família, comunicação e fronteira* (2017)

<sup>37</sup> Telegrama de Júlio de Castilhos a Floriano Peixoto, 08/03/1893, Porto Alegre – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.78).

Gaspar e seus saquazes tem recebido muito dinheiro, ainda hontem receberam 80 mil pesos ouro Montevideo. Isto faz crer que, além das cerebrinas esmoladas para os feridos remetidas do Rio e S. Paulo, Gaspar tem obtido dinheiro da Europa, isto é, dos Orleans, porque os sebastianistas do Rio por si sós não podiam fornecer tão grossas quantias recebidas Montevideo. Julgo cada vez mais indubitável estamos em face de um movimento combinado contra Republica.<sup>38</sup>

É possível identificar no trecho como o remetente procurava, por meio de fatos, comprovar o envolvimento dos federalistas aos intuitos restauradores, supondo que o movimento estava sendo financiado pela família Orléans. Por fim, em outro telegrama enviado por Castilhos, verifica-se a insistência em associar os revoltosos a Gastão de Orléans (Conde d'Eu), o qual representava o antigo regime monárquico:

[...] cumpre me communicar vos que recebendo no seu palecete saudações solennes do General Pego acompanhado de diversos officiaes a proposito anniversario Aquidaban, Visconde de Pelotas declarou que "a principal gloria dessa immortal jornada coube a sua alteza o senhor conde d'Eu" taes são textualmente as expressões de que uzou Visconde conforme me informa coronel Sebastiano e outros officiaes que estiveram presentes. Assim, pois bem vedes que Visconde elogiando especialmente Gaston de Orleans revelou sua solidariedade com criminoza acção que está exercendo Gaspar Martins, cuja palavra de ordens estas obedecendo as hordas vandalicas de bandidos orientaes capitaneados por Joca Tavares, Gomercindo e outros caudilhos de igual natureza.<sup>39</sup>

O enunciado utilizado nos telegramas apresentados vem ao encontro das colocações de Charaudeau (2017) ao defender que o sujeito político, ao combater o adversário, necessita de uma boa argumentação que questione a integridade do inimigo e exponha suas alianças nefastas. Sendo assim, associar a causa dos federalistas a intuitos restauradores corroborava com a imagem negativa que o movimento revolucionário deveria assumir, lembrando a real “ameaça” que representavam para a consolidação das bases republicanas ainda frágeis. Isso está em consonância, inclusive, com o que elucida Reckziegel (1999a), quando defende que tal mecanismo de desqualificação foi a fórmula encontrada pelo PRR para fazer de uma luta entre facções políticas locais uma questão nacional para que o restante do país, de certa forma, ignorasse a violência em que a situação se atirara, a fim de sufocar a oposição beligerante.

Em outro telegrama enviado no início de março de 1893, fica evidente a preocupação de Castilhos sobre a atividade do grupo federalista em território estrangeiro, estando imune às repressões. Ao mesmo tempo, exhibe um certo tipo de receio sobre as interpretações que

<sup>38</sup> Telegrama de Júlio de Castilhos a Floriano Peixoto, 28/07/1893, Porto Alegre – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.85).

<sup>39</sup> Telegrama de Júlio de Castilhos a Floriano Peixoto, s/d, Porto Alegre – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.78).

poderiam ser feitas acerca da Revolução Federalista, caso Floriano enviasse mais tropas para auxiliar as forças legais:

[...] tudo indica que só devemos nutrir este receio: a fuga dos criminosos invasores sebastianistas para territorio Oriental. N'este caso será muito de lamentar se ficarem elles impunes depois d'estes e outros crimes commettidos depois haverem ultrajado Patria enchuvalhado bandeira nacional que foi espedaçada e injuriada pelos bandidos de Tavares e Gomercindo, quando arrebataram o estandarte do heroico 6º Regimento para servir de objecto da mostruosa bacchanal dos mercenarios orientaes. Peço vossa atilada e patriotica meditação para esse caso. [...] Applaudindo e agradecendo vossa incomparavel solicitude e alta previdencia inspiradas pelo vosso proficuo devotamento a Republica, bem comprehendendo vossa elevada preocupação de enviar mais reforços de tropas, todavia peço licença ponderar que forças ora existentes no Estado são sufficientes para assegurar victorias inconcurso; o que lhes faltava era direcção intelligente e efficaz e esta agora existe personificada no General Telles, cuja chegada foi bastante para modificar tudo no melhor sentido e imprimir a mais habil unidade de acção. Parece-me que impressionará o Paiz a remessa de mais forças porque a muitos poderia isso significar que inimigos da Patria tem mais elementos do que realmente possuem. Submetto ao vosso conhecimento criterio e atilamento esta ponderação, sendo escusado accrescentar que acatarei em todo caso as vossas refletidas resoluções. [...] tudo quanto tenho exposto neste e anteriores telegrammas bem podeis concluir que Estado tem realisado despesas muito superiores as forças do seu thezouro, não lhe sendo possivel solver por si só inumeros e avultados compromissos que hão sido contrahidos. Para este fim não basta auxilio pecuniario que sollicitamente enviaste. Agora mesmo estão marchando como partes componentes das columnas expedicionarias, numerosas forças civis mantidas pelo Estado. Não posso exhibir-vos demonstração mais incontestavel significativa para provar justa procedencia minhas allegações. Espero portanto que na primeira occasião opportuna me presteis novos auxilios pecuniarios. Congratulo-me convosco pela expontaneidade dos eloquentes pronunciamentos havidos nos Estados pro Republica, contra a qual fazem ultima tentativa do despero seus tradicionaes inimigos. Attentas essas manifestações não podem haver duvida sobre definitiva victoria republicana principalmente quando está a testa dos destinos do Paiz um cidadão da vossa estatura um chefe de governo como vós a quem não podem deixar de prestar caloroso apoio todos bons republicanos que commigo vos saúdam d'aqui com enthusiasmo e dedicação.<sup>40</sup>

Conforme o exposto, para o governador a necessidade maior era o auxílio financeiro da União para custear as despesas do estado sul-rio-grandense, algo, inclusive, repetido constantemente. Ressaltava, porém, que o número de civis e militares era suficiente para derrotar o inimigo, sendo imperativo apenas recursos pecuniários suficientes para melhor equipá-los. Verifica-se que tal colocação fazia parte de uma preocupação maior, a da impressão que os outros estados da federação fariam sobre o poder da revolta. Isso demonstra como Castilhos empenhava-se para transmitir a imagem de um governo seguro e forte frente às ameaças. Outro ponto que pode ser aprofundado na leitura do trecho é o elogio ao comando de organização do general Telles. Imprime-se dessa colocação que Castilhos não estava satisfeito

---

<sup>40</sup> Telegrama de Júlio de Castilhos a Floriano Peixoto, 09/03/1893, Porto Alegre – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.78).

com o modo que vinha operando o general Pêgo Jr. no comando do 3º Regimento Militar, visto que reclamações sobre este eram recorrentes em outras missivas. Percebeu-se isso, quando, após a tomada de Dom Pedrito pelas forças revolucionários, as tropas federalistas comandadas por Marcelo Pina, Juca Tigre e Rafael Cabeda retrocederam, acabando por tomar a cidade de Alegrete em 19 de março de 1893, Castilhos telegrafou a Floriano sugerindo que parte da Brigada Militar que estava em Porto Alegre partisse em auxílio das forças legais naquela região, procedimento que general Pêgo Jr. não demonstrava estar de acordo:

[...] Não me animo a insistir com General Pego sobre essa medida por julgar de antemão inutil qualquer insistencia visto que se recusa sempre a retirar contingente desta guarnição, allegando que tem o dever de garantir grandes interesses existentes nesta Capital e assegurar vida e tranquillidade dos adversarios do governo, como se a força da Brigada, que aqui está, não fosse uma garantia effectiva da familia, da propriedade de todos os direitos, enfim da enorme massa de interesses respeitaveis que aqui existem. Salvo melhor juiso, penso que deveis dirigir a Pêgo neste sentido vossa conspicua palavra reinvidincando, aconselhando ou declarando necessario providencia a que me refiro.<sup>41</sup>

Identifica-se, a partir do exposto, que além de demonstrar a discordância do general com o procedimento proposto, Castilhos sugere que o presidente intervenha em sua causa solicitando que Pêgo Jr. adote tal medida, interpretada pelo remetente como a melhor a ser tomada no momento. Mais uma vez se reconhece como a participação de Floriano era muito viva nas decisões e estratégias que imbricavam as tomadas de decisões e rumos dos acontecimentos, assumindo nesse caso o papel de interventor acerca de uma decisão e, pela posição que ocupava, certamente a sua opinião, favorável sobre determinada questão, favoreceria aquele que a defendia.

As mesmas reclamações ocorriam por parte de general Pêgo Jr., visto que em seus telegramas o emissor revelava não estar em acordo com atitudes e resoluções assumidas pelo governador do estado. Tal era o clima de discordância entre os dois que o general solicita sua demissão dizendo que nenhuma ordem mais seria acatada por intermédio de Castilhos e assim afirmava “pois neste Quartel General só se cumprirão ordens vossas que forem dadas diretamente por voz a mim”, e aproveitou para lançar duras palavras contra o governador:

[...] Castilho não passa de um importuno intruso, pois nada tem que ver com minhas ordens; depois vendo que não me impunha, que não conseguia como não tem conseguido muita cousa, que não pode obter que eu ande de rasto com meus soldados a seu acceno mandou Victorino como Nossa Senhora paz para conseguir de mim; não cedi. [...] Castilho como todos os homens de seu grupo palaciano são de um exagerado

---

<sup>41</sup> Telegrama de Júlio de Castilhos a Floriano Peixoto, 28/03/1893, Porto Alegre – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.80).

exclusivismo, de uma insuportável intransigência, todo a seu fim é a única e exclusivamente dar uma bofetada nos officiaes e os demais que são federalistas, mostrar que elle põe e dispõe de tudo, e castigar a mim por ter a ousadia, o topete de contrariá-lo algumas vezes, embora com bom senso e com razão, mais de duas vezes até com applauso vosso. Assim pois, bom camarada e meu amigo estarás agora mais que convencido que este meu pedido demissão é necessário e imprescindível e irrevogável, pois não posso me sujeitar a estar aqui servindo de mero testa de ferro da chanellaria de Castilho; [...] depois eu que supponho ser o 1º responsável pelas cousas militares daqui, agora, porém, estou vendo que me illudo, que é o Dr. Castilhos [...] sei que com meu pedido demissão dou a Castilho e General Frota o prazer maior que eles podem ter depois do domínio da invasão, porém não olho a isso; nunca fui homem de despeito, quero sim ser leal e passar vida tranquilla, com sacrifício lealdade dever e dignidade não devo viver aqui.<sup>42</sup>

A correspondência demonstra o propósito do autor em pedir seu afastamento do posto de comando em que estava. Ao mesmo tempo é representativa pelas relações de poder que circundavam aquele contexto ao revelar que nessa conjuntura o emissário estava sentindo-se diminuído pelas atitudes do então governador do Estado. Verifica-se que para o general a instância política não deveria intervir nos assuntos militares nos quais ele era o principal responsável.<sup>43</sup> Ao sentir-se desautorizado por Castilhos e seu grupo, general Pêgo Jr. tratou de recriminar tais comportamentos àquele que considerava seu principal superior.

A partir disso, percebe-se como as desavenças também se mostravam presentes entre as autoridades legais e como tais problemas eram reportados para o presidente da República a fim de influenciá-lo sobre as mais diversas situações. Durante a análise é possível identificar protestos acerca de desentendimentos, discordâncias ou impasses entre as lideranças políticas, assim como militares, com relação aos rumos e decisões a serem tomados no teatro da guerra.

O pedido de afastamento feito por general Pêgo Jr. (influenciado por Castilhos) foi atendido e em maio de 1893 o comandante retornava ao Rio de Janeiro. Nesse ínterim, o ministro da Guerra, Francisco Antônio de Moura, transfere-se para o Rio Grande do Sul para coordenar as operações militares de perto. A partir disso, o ministro passa a estabelecer uma intensa troca de correspondências com Floriano Peixoto, relatando pormenores sobre as condições da guerra. Salienta-se que a convivência entre este e Júlio de Castilhos representava

---

<sup>42</sup> Telegrama de Antonio Pêgo Júnior a Floriano Peixoto, 12/04/1893, Porto Alegre – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.82).

<sup>43</sup> Esse posicionamento também pode ser conferido em telegramas circulares de autoria do referido general publicados em 1892, o qual expõe suas considerações sobre o dever militar e sobre a posição da 3ª RM, face à invasão federalista iminente: “Considerando-se o perigo em que se encontra a ordem pública neste Estado, posso afiançar que está em perigo a nossa Pátria, se a invasão triunfar. Seguir-se-ão revoluções em outros Estados e o Brasil se esfacelará e com ele, ai das instituições republicanas. Diante deste quadro nenhum militar federal tem o direito de ser Castilhista, Federalista ou Cassalista. Isto ou nada, são circunstâncias mínimas diante da imagem do Brasil” e, também, “[...] não fui e não sou político. E, em Deus, espero morrer sem ser político! Respeito vossas opiniões políticas, porém a força federal só poderá operar dentro dos limites da lei. Ela não pode mover-se por simpatia e crenças políticas. Só assim desempenharemos a missão da União federal. - Instituição militar quer dizer instituição essencial e imprescindivelmente conservadora” (BENTO; GIORGIS, 1995).

ser mais harmoniosa, dado que em recorrentes missivas Moura e Castilhos mostravam estarem de acordo com as decisões e estratégias adotadas para combater o inimigo, em uma espécie de apoio mútuo.

Depois das dificuldades iniciais enfrentadas pelas tropas legalistas frente às derrotas que sofreram, a vitória foi por fim alcançada no combate de Inhanduí, considerado o primeiro confronto de vulto da Revolução e uma das maiores batalhas da história do Rio Grande do Sul (SÊGA, 2004, p. 191). Nessa altura, as forças legais contavam com a Divisão do Norte, organizada e dirigida por Pinheiro Machado sob o comando do experiente general Francisco Rodrigues Lima, e que seria a mais importante força investida contra os federalistas até o fim do conflito. A batalha ocorrida em Alegrete, nas proximidades do arroio Inhanduí, no início de maio de 1893, contou com a participação de praticamente todos os chefes de ambas as facções, envolvendo, no total, cerca de 12 mil homens na batalha (REVERBEL, 1985). Constata-se que por estar melhor armada, as tropas legais conseguiram repelir os revoltosos que acabaram por retirar-se rumo à fronteira com o Uruguai. Sobre o acontecimento, assim escreveu Castilhos:

Ministro Guerra e eu estamos convencidos de que fuga inimigos está sendo eficazmente embaraçada. Penso mesmo que, quando muito, elles conseguirão escapar-se em debandada e desordenadamente para territorio oriental, onde devem ser desarmados pelas autoridades visinhas se governo de Herrera y Obes quizer cumprir seu dever. Todos nos julgamos que em breves dias estará definitivamente debellada invasão tendo em vista fuga inimigos e posição forças republicanas que os perseguem. Podeis estar tranquillo neste sentido, confiando em prompta victoria.<sup>44</sup>

A vitória legalista excitou os ânimos do governo, “pela minha parte julgo terminada abominavel revolução dos inimigos da Patria”, afirmou Castilhos a Floriano. Em outro telegrama, Pinheiro Machado disse ter cumprido sua missão e propunha dissolver as forças que reunira, “fazendo as regressar seus longiquos lares”<sup>45</sup>. Arthur Oscar encaminhou vivas felicitações relatando: “Forças inimigas destroçadas, dissolvem-se. Revolução batida. Congratulo-me convosco pela gloriosa terminação lucta”<sup>46</sup>. A vitória final parecia algo indubitável para o grupo castilhista, contudo, em território vizinho os federalistas se reorganizavam e logo mostrariam que a Revolução estava longe de acabar.

---

<sup>44</sup> Telegrama de Júlio de Castilhos a Floriano Peixoto, 13/05/1893, Porto Alegre – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.82).

<sup>45</sup> Telegrama de Pinheiro Machado a Floriano Peixoto, 19/05/1893, Dom Pedrito – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.82).

<sup>46</sup> Telegrama de Arthur Oscar a Floriano Peixoto, 16/05/1893, Dom Pedrito – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.Cml /OR,TEL.82).



## **2 PARA ALÉM DO RIO GRANDE DO SUL: A REVOLUÇÃO AMPLIA SEU CAMPO DE AÇÃO**

As forças legais encontrariam muito mais dificuldades em combater a Revolução Federalista do que poderiam imaginar. A revolta que iniciara com cunho local, não ficaria restrita ao estado do Rio Grande do Sul e logo ampliaria seu campo de ação ao alcançar seus estados vizinhos. Somado a isso, a situação agravar-se-ia frente a eclosão da Revolta Armada no Rio de Janeiro, a qual não tardaria em unir forças com os revolucionários do sul. Esse capítulo versa sobre tais eventos. Chega-se, assim, ao estado de Santa Catarina quando a Revolução ultrapassa suas fronteiras. Na primeira parte do capítulo, busca-se elucidar como as correspondências enviadas a Floriano Peixoto aludiam tais questões e quais as adversidades enfrentadas pelas forças legais no período. Ao mesmo tempo, apresentam-se aspectos referentes aos missivistas catarinenses entendendo os seus papéis dentro do contexto histórico em análise. A segunda parte do capítulo apresenta um retrospecto dos acontecimentos para que se compreenda a configuração do quadro político republicano catarinense que antecedeu a Revolução Federalista, pretendendo, dessa forma, identificar como a revolta influenciou para a crise política e cisões instauradas pelo novo regime quando passar-se-á a analisar a documentação verificando as estratégias discursivas utilizadas. No último item do capítulo, debate-se a tomada de Desterro e a consequente instalação do governo provisório revolucionário, bem como a retomada da capital pelas forças florianistas e as consequências da Revolução para a reorganização política dentro do estado catarinense.

### **2.1 “Um insucesso será o sacrifício de nossa causa”: adversidades dentro e fora do campo de batalhas**

Em meados de 1893, num inverno marcado por muitas chuvas, Gumercindo Saraiva seguia com aproximadamente 600 homens praticando ataques nas cidades da campanha sul-rio-grandense. Mal armado, sabia que o combate direto deveria ser evitado e por isso adotava a mobilidade como tática de guerra, surgindo e desaparecendo em diversos pontos no sul do estado. No Uruguai, os chefes federalistas, Salgado e Silva Tavares reorganizavam militarmente suas tropas para uma nova invasão, pois entendiam que em solo estrangeiro gozavam de liberdade para operarem. Já em Porto Alegre, o ministro da Guerra e Júlio de Castilhos, passada a euforia da vitória em Inhanduí, buscavam traçar novas estratégias para acabar de uma vez com o inimigo. É nesse período que os telegramas enviados para o presidente

Florianos versavam constantemente sobre a importância do auxílio pecuniário, necessário para bem equipar as tropas, principalmente para a compra de cavalos, visto que este elemento se mostrava crucial para perseguir e conseguir acompanhar a movimentação do contingente adversário como alertou o ministro:

Julgo que hoje o unico meio de operar com vantagem sobre os inimigos da Patria é este: Por-lhes ao encalço columnas ligeiras compostas de homens decididos tendo a frente chefes resolutos e patriotas como salvador. Para isto é preciso obter cavallos; estamos nos esforçando n'este sentido; torna-se porem necessário dinheiro, pois nenhum existe já do que veio.<sup>47</sup>

No plano internacional, Floriano dava mais um sinal de apoio a Castilhos ao nomear dois “ardentes castilhistas” para os cargos de embaixadores na Argentina e Uruguai, Fernando Abbott e Vitorino Monteiro, respectivamente (LOVE, 1975, p. 70). Como elucida Reckziegel (1999, p. 141), no caso uruguaio, a atividade do PRR dar-se-ia na pressão do partido sobre a nomeação de pessoas de confiança vinculadas aos interesses sul-rio-grandenses para atuarem junto às Legações brasileiras no Uruguai, o que a autora caracterizou como a exacerbação da autonomia regional naquele período. Igualmente, as medidas tomadas pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, naquele momento, em relação à política com o Uruguai, reafirmaram a consolidação do domínio do PRR, dando lastro para o castilhismo fazer da *diplomacia marginal* um dos pilares na construção de sua hegemonia, reprimindo as possibilidades de reações oposicionistas. As articulações do governo estadual nesse sentido marcam presença também nas missivas. Castilhos, periodicamente, tocava no assunto ao sugerir que alguém de confiança fosse posto à frente das negociações diplomáticas:

[...] Parece imprescindível collocar em Montevideo Ministro que seja verdadeiro amigo Republica, inteligente, activo, criterioso e enérgico. Neste caso penso achar-se amigo Victorino Monteiro, a quem aliás ainda não fallei sobre tal hypothese, e ignorando elle o que agora vos lembro.<sup>48</sup>

Logo, nota-se que mais uma vez os desejos do governador sul-rio-grandense triunfaram. É perceptível como nos jogos dos bastidores políticos, Castilhos estava posicionado no centro de uma rede verdadeiramente articulada, possuía assim um ponto de vista estratégico e sabia utilizar-se dessa vantagem. Suas qualidades enquanto bom estadista e articulador, assim como

<sup>47</sup> Telegrama de Francisco Antônio de Moura a Floriano Peixoto, 27/07/1893, Porto Alegre – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.85).

<sup>48</sup> Telegrama de Júlio de Castilhos a Floriano Peixoto, 01/04/1893, Porto Alegre – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.82).

seu poder persuasão fizeram da relação entre seu governo e o de Floriano Peixoto um vínculo extremamente benéfico para a consolidação do seu poder e do seu partido.

Enquanto isso, no cenário da guerra as operações revolucionárias prosseguiram. A Divisão do Norte seguia o encalço de Gumerindo na campanha e Salgado retornava ao Rio Grande do Sul transpondo a fronteira do Uruguai em agosto de 1893. Com suas tropas reorganizadas e unindo forças às de Gumerindo, o contingente federalista seguia agora rumo ao norte do estado. Por sua vez, na capital do Brasil, a jovem República sofria mais um abalo, eclodia a segunda Revolta da Armada em setembro de 1893, algo que acabou expondo ainda mais o clima de tensão dos problemas políticos brasileiros e instaurou a crise de legitimidade do governo instituído. À frente da rebelião estava o ex-ministro da Marinha, Custódio de Mello, que esperava – assim como ocorrera na primeira Revolta da Armada comandada por ele em 1891, que resultou na saída de Deodoro da Fonseca do poder –, a renúncia de Floriano Peixoto. Contudo, o presidente manifestou sua intenção de resistir até as últimas consequências.

Diante disso, chegavam ao Rio correspondências de apoio ao governo de Floriano pelos chefes republicanos sul-rio-grandenses: “immensamente pesaroso por não estar agora ahi ao vosso lado” escrevia o general João Telles. Em *meeting* popular organizado na cidade de Porto Alegre, a aclamação era levada textualmente ao conhecimento de Floriano por intermédio de Castilhos, ressaltando que o povo porto-alegrense se colocava à disposição para defender o presidente da República e ajudá-lo “a consolidar as instituições, fazer respeitada a constituição e vingar a dignidade da Patria dos ultrajes dos anarchistas e reaccionarios conspiradores”. Castilhos também expressava sua opinião sobre a revolta no Rio:

Não surprende attitude almirante Custodio, de cuja conducta desleal para convosco tive occasião de vos prevenir verbalmente quando elle ainda era vosso Ministro. Supponho não esquecestes minha prevenção amistosa e confidencial, plenamente confirmada desde sua retirada do Ministerio. É superfluo assegurar vos que eu e todos republicanos Rio Grandenses estamos identificados convosco e saberemos sobvossa benemerita direcção defender e salvar Republica, hostilizada pela colligação de todos interesses illegitimos e bastardos.<sup>49</sup>

O emissor relembra o titular sobre o alerta que já havia feito acerca da ameaça que representava o ex-ministro Custódio de Mello, também aproveita para explicitar todo o seu apoio, o qual representaria o dos verdadeiros republicanos sul-rio-grandenses alinhados com o bem maior, ou seja, a salvação da República, em contraponto a um inimigo comum que é por ele desqualificado. A escrita se mostra como um sistema de mão dupla, assim como Floriano

---

<sup>49</sup> Telegrama de Júlio de Castilhos a Floriano Peixoto, 09/09/1893, Porto Alegre – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.86).

apoiava Castilhos, igualmente este buscava demonstrar sua solidariedade para com aquele em um momento tão crítico. A troca era consciente, em um regime com bases ainda precárias, o estreitamento dos laços políticos com ideais comuns fazia parte do jogo de reforços mútuos das posições de poder.<sup>50</sup>

Todavia, nem somente no campo de batalha as forças legais enfrentavam embaraços. Como salientado anteriormente, relatos de desentendimentos e problemas internos eram recorrentes nas correspondências. Um bom exemplo disso está em um telegrama enviado pelo general João Telles quando este pede para ser afastado e retornar ao Rio de Janeiro. Assim descreveu suas insatisfações:

Realisaram-se por completo as minhas previsões. O plano ha muito concebido e por muitas vezes tentado de alijar-me do commando das forças acaba de ser realizado em boa fé talvez pelo Sr. Ministro da Guerra sem duvida alguma influenciado pelas suggestões de alguém a quem não tem agradado a minha conducta exigindo das forças civis a observancia da mais severa moralidade sem o que nunca porião merecer o respeito publico. A minha nomeação para o commando do districto foi a primeira tentativa para me tirarem o commando. A segunda foi a formação da columna do Coronel Mena Barreto meu subordinado para operar livremente na zona que commando sem nada ter que ver comigo columna esta que procuraram formar com forças que se achavam sob meu commando sem que ao menos me consultassem a respeito [...] tudo isso se dava porque dois chefes de forças civis Pedroso e Motta impunham ao Presidente do Estado não servirem mais sob minhas ordens. E por que? Porque eu não consentia nos roubos escandalosos e defloramentos que praticavam desmoralizando as forças legaes que se batem pela Republica, mandei tambem dizer vos que comquanto fizesse justiça aos sentimentos patrioticos e as boas intenções do Sr. Ministro achava inconveniente a sua permanencia Porto Alegre fora do theatro das operações num Estado que não conhece e que o forçava a deliberar mais de accordo com as suggestões dos que o cercam do que mesmo com as necessidades das operações que não me illudo pensando que esta revolução não se acabou em tempo por falta de uma direcção capaz inteiramente responsavel pelos actos e pelos erros praticados.

E continuava ao apontar Castilhos como um dos responsáveis pelas derrotas que as tropas legais vinham sofrendo:

Não me illudo tambem pensando que quasi só se tem feito o que parece acertado ao Presidente do Estado sim, porque, eu não attribuirei ao Sr. Ministro da Guerra esses constantes desastres que tem soffrido estas insignificantes collunnas mal organizadas

---

<sup>50</sup> Foge ao objetivo desse trabalho se debruçar sobre a Revolta da Armada, por isso elencamos as seguintes obras que tratam do tema: SANTOS JR., *“O mais esquisito dos espetáculos”: a crise do asilo diplomático entre Brasil e Portugal em 1894* (2014); CORRÊA, *Militares e civis num governo sem rumo: o governo provisório revolucionário de Desterro, 1893-1894* (1990); FREIRE, *História da Revolta de 6 de setembro de 1893* (1982); ARIAS NETO, *A Revolta da Armada de 1893: um ‘fato’ construído* (2006); HEINSFELD, *A ruptura diplomática Brasil-Portugal: um aspecto do americanismo do início da República brasileira* (2007); ALVES, *A ruptura Brasil-Portugal à época da Revolta da Armada* (1998); TOPIK, *Comércio e canhoneiras: Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-1897)* (2009); JESUS, *Memórias da repressão política na Primeira República: relatos jornalísticos, memorialísticos e literários da repressão florianista durante a Revolta da Armada (1893-1894)* (2018).

e mal aparelhadas que só tem servido para levar o nosso armamento e os nossos recursos as forças inimigas já fortemente armadas em virtude das derrotas que nos tem infligindo em varios combates, felizmente posso dizer vos com satisfação que não concorri para isso e que até agora nenhum revez soffreram as forças que operam no sul do Estado sob meu commando.

Por fim, sentindo-se desrespeitado, e justamente por esse motivo, o general Telles anunciou a Floriano que passou o comando de suas forças para general Isidoro Dias Lopes:

Devo porem dizer vos por melhor que seja a minha boa vontade por maior que seja a minha gratidão pessoal á V. Ex. e a dedicação com que desejaria sempre prestar o concurso insignificante dos meus serviços á vossa pessoa e ao vosso benemerito governo não posso ser indifferente as constantes desconsiderações com que procuram desgostar me. [...] Reduzindo assim a simples commandante da guarnição de Bagé sem acção sem meios de agir entendi ser dever de dignidade pedir ao Ministro que me dignasse um substituto accendendo promptamente fez vir General Isidoro a quem hontem passei o commando das forças retirando me amanhã para Porto Alegre alli aguardo vossas ordens certo de ser desnecessario assegurar vos mais uma vez que estarei sempre e sempre convosco e com a Republica, prompto a morrer por ella a vosso lado.<sup>51</sup>

Destaca-se, portanto, que a correspondência atesta os problemas internos entre os chefes republicanos. Da mesma forma que o general Pêgo Jr., João Telles acusava sentir-se desrespeitado por não ser consultado sobre decisões tomadas, o que acabava por ferir diretamente a hierarquia respeitada dentro da estrutura militar. Ademais, denunciava em seu telegrama atitudes de violência e barbárie cometido por oficiais legais, algo bem incomum nas correspondências, visto que essa temática não é identificada no decorrer da análise como algo recorrente.

A violência desencadeada parecia não ser uma pauta muito discutida na cúpula de comando, salvo aquelas que relatavam a Floriano os abusos cometidos apenas pelos inimigos federalistas. Também, no telegrama exposto, não só Castilhos, como também o ministro da Guerra são alvos das acusações do general que não mede palavras ao identificar estes como os principais responsáveis pelos erros e reveses que as forças legalistas estavam sofrendo. Contudo, o inverso também ocorria. Em missivas de autoria de Castilhos e do ministro Moura, foi possível verificar reclamações sobre tomadas de decisões do general Telles. Ambos chegavam a utilizarem-se das mesmas expressões e pontos de vista para escrever ao presidente suas reclamações. De qualquer forma, alguns dias após o envio deste telegrama, o general João Telles deixava o sul do país e retornava ao Rio de Janeiro, onde viria a falecer em dezembro do mesmo ano, após ferimento adquirido em batalha contra os revoltosos da Armada.

---

<sup>51</sup> Telegrama de João Telles a Floriano Peixoto, 29/10/1893, Bagé – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.87).

Em outra missiva, parecendo responder às acusações de João Telles, o ministro da Guerra justificou-se, perante Floriano, pelos motivos de não ter entrado no campo de batalha:

[...] se ainda não me puz a frente de alguma das columnas em operações é porque tenho nos chefes que a dirigem muito mais confiança do que em mim, digo vos isto com maior franqueza principalmente tratando se de guerra tão especial e demais operando essas columnas a grandes distancias umas das outras o chefe de nenhuma dellas poderá attender as necessidades das outras, é indispensavel haja um director de operações despreendido do commando directo de qualquer das columnas possa colocado em situação conveniente possa corresponder se com todas, satisfazer as suas necessidades, combinar operações etc. [...] os republicanos riograndenses estão dispostos a tudo sacrificar pela consolidação das nossas instituições. Viva a Republica!<sup>52</sup>

Infere-se, através do trecho, como o ministro tenta esclarecer ao presidente a sua decisão de não participar da guerra no comando das tropas em campo de batalha. Sua justificativa fundamenta-se primeiro na confiança que este diz ter nos chefes que operam as colunas legalistas, e segundo por estar ele em posição estratégica dirigindo da capital as operações, servindo, dessa forma, como um elo entre as colunas que se encontravam a longas distâncias. Como de praxe, ainda aproveita para elevar as qualidades dos republicanos sul-rio-grandenses, os quais estariam dispostos a todos os sacrifícios em prol da República.

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, o presidente Floriano concentrava seus esforços para aniquilar de vez os revoltosos da Armada. Após vários ataques frustrados ameaçando bombardear a capital, parte da esquadra rebelada, agindo habilmente, retira-se rumo a Desterro, atual Florianópolis. Ampliava-se, assim, o campo de atuação da revolta ao mesmo tempo em que avançavam os revolucionários federalistas no Rio Grande do Sul. Em carta escrita em Montevideú, Vitorino Monteiro evidenciava suas impressões:

[...] Em meu conceito os poderosos elementos com que contam nossos inimigos são seus navios e a columna commandada por Salgado e Gumercindo, actualmente demandando Santa Catharina um visivel intuito de apoiar o movimento da esquadra. Qualquer golpe, pois, vibrado nesses fortes elementos seria de esplendidos e proficuos resultados. O meu esforço sobre-humano e dedicada actividade não tem encontrado nos amigos do Rio Grande correspondente acção, pois deixando os adversários adquirir elementos pela inactividade e indiferença alvitres proficuos que tenho indicado. [...] Tenho impugnado com vehemencia o facto de existir guarnições esparsas em diversas cidades completamente inuteis e arriscadas a serem batidas em detalhe. [...] como V. Ex. bem comprehende um insucesso será o sacrificio de nossa causa, que é a causa da República.<sup>53</sup>

<sup>52</sup> Telegrama de ministro da Guerra a Floriano Peixoto, 06/12/1893, Porto Alegre – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.87).

<sup>53</sup> Carta de Vitorino Monteiro a Floriano Peixoto, 29/10/1893, Montevideú. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,CAR.645).

Compreende-se, pois, que os republicanos tinham consciência do intuito dos federalistas em juntar forças à revolta da esquadra, sendo substancial que tal plano fosse interrompido. Contudo, Vitorino também expõe as dificuldades encontradas sobre as estratégias adotadas pelas forças do governo legal em se organizarem, ao mesmo tempo em que tenta eximir-se de qualquer responsabilidade pelos reveses sofridos. Esse problema também fica claro em telegramas enviados pelo ministro da Guerra, neles expressam-se contradições sobre as notícias de movimentação das tropas e perseguição dos inimigos. Inclusive, pelo tom da resposta em alguns destes telegramas, é possível identificar que Floriano questionava por qual motivo as tropas do governo não conseguiam atingir ou até mesmo surpreender os revolucionários, tendo como explicação que todas as medidas nesse sentido estavam sendo tomadas.

A suspeita dos governistas viria a se confirmar. Muito em breve, as duas revoltas uniriam forças em terras catarinenses. Assim, nos meses finais do ano de 1893, a Revolução Federalista, que passara a falsa impressão de que logo seria derrotada, ultrapassava suas fronteiras, demonstrando que muito ainda causaria no rumo dos acontecimentos.

### 2.1.1 A Revolução ultrapassa suas fronteiras

Era início de novembro de 1893, as tropas comandadas por Salgado e Gumercindo cruzavam a fronteira do Rio Grande Sul, chegando ao estado de Santa Catarina. Nesse meio tempo, o general Silva Tavares também obtinha êxito na campanha, vencendo importante batalha nas margens do rio Negro, atacando, logo após isso, a cidade de Bagé, sede de uma das mais importantes guarnições militares do estado (LOVE, 1975, p. 72). Do lado das forças legais, o comandante de Bagé, coronel Carlos Telles, resistiu ao cerco que duraria mais de trinta dias. Nesse período, a correspondência enviada para Floriano tem como remetente predominante o ministro da Guerra que relata sobre as operações e pede reforços para a região. Somente em 8 de janeiro de 1894 o sítio em Bagé seria findado, dado que a coluna comandada por coronel Sampaio chegava ao local, forçando o exército federalista a partir, novamente tomando rumo para o interior do Uruguai. Assim relatava Sampaio:

O prejuizo do inimigo é superior a quatrocentos homens tendo havido muitas deserções depois que tiveram certeza nossa marcha. Cidade muito danificada tendo inimigo saqueado e atrozmente incendiado muitas casas, degollado homens indefezos e até queimado vivos dois soldados. População horrorizada. Viva a República!<sup>54</sup>

---

<sup>54</sup> Telegrama de José Cezar Sampaio a Floriano Peixoto, 15/01/1894, Bagé – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.131).

Nesse ponto, é preciso fazer algumas considerações. A correspondência equivalente ao ano de 1894 conta com número muito reduzido de missivas tendo como remetente Júlio de Castilhos, algo bem diferente do ano de 1893, em que o autor é o maior correspondente com Floriano. Não se identifica um motivo específico para tanto, apenas, em um dos pouquíssimos telegramas enviados ao presidente no ano, Castilhos escreveu: “Não vos tenho telegraphado porque meus telegrammas ao Dr. Nascimento vos são implicitamente dirigidos. Saudações cordeaes”.<sup>55</sup> Assim, presume-se que a ausência de sua correspondência se deu pelo fato de ele estar comunicando-se diretamente com o ministro da Fazenda, Alexandre Cassiano Nascimento. Desse modo, a correspondência sul-rio-grandense nesse período é dominada por telegramas do ministro da Guerra, seguida de alguns chefes militares. Também se salienta que, em sua maioria, elas versavam sobre operações de guerra, movimentação das tropas, notícias sobre algumas batalhas e compras de armamento e de cavalos.

No que se refere às correspondências procedentes de Santa Catarina, estas começam a apontar no conjunto documental antes mesmo de os revolucionários sul-rio-grandenses alcançarem o estado. A partir do levantamento preliminar, identificam-se os missivistas que mais se destacaram (Apêndice B), cabendo aqui citar os mais assíduos. Um deles é Aristides Augusto Vilas Boas, alferes enviado para Santa Catarina como ajudante de ordens. Vilas Boas era responsável por manter o presidente da República informado sobre os acontecimentos ocorridos no estado catarinense, e por esse motivo os seus telegramas e cartas eram recorrentes. Manuel Joaquim Machado também figura entre os autores com número expressivo de correspondências. Machado foi nomeado interventor em Santa Catarina por Floriano Peixoto em março de 1892, substituindo a Junta Governativa Provisória que estava no poder do Estado desde a renúncia de Lauro Muller, em 1891. O interventor iria governar Santa Catarina até setembro de 1893, quando então é afastado do seu cargo por processo e denúncia sobre a prisão de um funcionário público. A partir disso, a administração estadual foi assumida pelo vice-governador Elyseu Guilherme da Silva, o qual também se destaca pelo número de correspondências enviadas a Floriano.

Contudo, o correspondente mais assíduo é o coronel Julião Serra Martins, este assumiu, por delegação de Floriano Peixoto, o comando do 5º Distrito Militar durante a Revolução Federalista, tendo papel proeminente frente às operações de guerra em solo catarinense. Cabe destacar ainda, entre os emissores, Hercílio Luz e o coronel Oliveira Valadão. O primeiro

---

<sup>55</sup> Telegrama de Júlio de Castilhos a Floriano Peixoto, 24/07/1894, Porto Alegre – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.132).



sobressaiu na política republicana catarinense, liderando o movimento de oposição ao governo de Manuel Joaquim Machado, chegando a ser proclamado governador provisório do estado de Santa Catarina, voltando mais tarde à liderança do Executivo estadual quando eleito governador no pleito eleitoral de 1894. O segundo, coronel Valadão, além de militar era político republicano atuante no estado de Sergipe, ocupava o cargo de deputado federal quando se deslocou para Santa Catarina para combater os revolucionários do sul.

Por fim, outro personagem que se destaca na correspondência analisada é o coronel Antônio Moreira César, que ocupou o governo do estado por delegação federal, após abril de 1894, com a retomada da ilha catarinense – que havia sido apoderada pelos revoltosos da Armada – pela esquadra legalista de Floriano. De tal modo, a Moreira César ficou incumbida a pacificação de Santa Catarina, bem como a garantia do resultado das eleições que acabariam por eleger Hercílio Luz para o comando do Executivo estadual.

A análise da lista desses interlocutores demonstra que, assim como na correspondência sul-rio-grandense, o grupo que se comunicava com Floriano Peixoto era constituído majoritariamente por homens que estavam à frente de importantes cargos políticos e militares, desempenhando papel-chave na organização e articulação da política interna estadual durante a Revolução Federalista.

No caso catarinense, assim como no resto do país, os acontecimentos do início do período republicano foram marcados pelos conflitos políticos que fizeram parte desse momento conturbado da história brasileira. Agitada pela série de transformações inerentes do novo regime, a Revolução Federalista evidenciaria ainda mais o cenário de disputas envolvendo as facções políticas que reivindicavam o poder interno como poder-se-á atestar a partir das correspondências que aqui serão citadas e analisadas.

No entanto, qual foi o cenário político encontrado pelos federalistas sul-rio-grandenses quando se dá a invasão ao território catarinense? Para que se compreenda esse quadro, novamente é necessário regressar aos eventos de um passado não tão distante: a instauração da República e seus efeitos nesse estado.

## **2.2 A instauração da República em Santa Catarina e o tensionamento político**

A notícia da proclamação da República chegou em Santa Catarina através de um telegrama, redigido em inglês e endereçado ao escritório da firma Hoepcke, que dizia: “*No government - no change*”, “Sem governo - sem câmbio”. O autor do telegrama, responsável por manter informada a empresa sobre a cotação monetária, acabava de informar à capital

catarinense sobre a queda da monarquia ao transmitir a notícia do não funcionamento do mercado cambial naquele 15 de novembro de 1889. Na Assembleia provincial, a sessão foi suspensa. Somente horas mais tarde, o presidente do estado, Oliveiro Belo, recebia a notícia concreta de que a República havia sido instaurada (MEIRINHO, 1997, p. 50).

O advento da República trouxe tensionamento entre os representantes do novo regime, expoentes do Partido Republicano Catarinense (PRC), e os políticos que atuavam no Império, ligados ao partido Liberal e Conservador. Estes últimos, mesmo quando adesistas, acabariam por ser excluídos sistematicamente do exercício de funções políticas e administrativas dentro do Estado, bem como da representação catarinense no Congresso Nacional. Como resposta a tal exclusão, antigos liberais e conservadores articularam-se em torno do Partido União Federalista (PUF) formando, assim, o principal bloco de oposição ao PRC. A autora, Emy Francielli Lunardi (2009) salienta que, por muito tempo, a historiografia tradicional catarinense considerou o grupo ligado ao PRC como os “republicanos verdadeiros”, enquanto os membros do PUF seriam caracterizados como “restauradores disfarçados de federalistas”.<sup>56</sup> Contudo, novas pesquisas, como a tese elaborada pela historiadora Miranda Rosangela Cherem (1998), acabariam por demonstrar que ambos os partidos defendiam a causa republicana, ressaltando que as divergências estariam nos programas partidários e no projeto de república que almejavam.

Como uma crítica à abordagem reconhecida como tradicional, Lunardi (2009, p. 25) defende que ao definir essas identidades de modo tão fixo e delimitado, tais estudos não percebem “as nuances dentro de cada facção, nem as constantes alterações, ajustamentos e reconstruções identitárias típicas daquele momento”, e ainda:

[...] a historiografia tradicional acaba reproduzindo uma identificação criada na época, sem perceber que ela foi fruto de uma disputa acirrada entre os dois grupos e que só se constituiu nesses parâmetros ao fim de um processo de exclusão, ao mesmo tempo histórico (através das mortes, prisões e afastamentos políticos) e historiográfico (na memória e no seu registro) (LUNARDI, 2009, p. 25).

A seu turno, a autora Roselene Neckel, salienta que

os conflitos vividos na capital catarinense apontam não para o retorno à Monarquia, mas para um realinhamento das forças e rumos no interior do próprio regime republicano. A definição da nova elite política ocorreu principalmente através dos embates travados em torno de interesses e personagens particulares, mais em função de objetivos eleitorais do que de convicções ideológicas (NECKEL, 2003, p. 24).

---

<sup>56</sup> A autora identifica esse posicionamento em autores como Lucas Boiteux (1912), Jali Meirinho (1997), Humberto Corrêa (1990) e Carlos da Costa Pereira (1976).

Frente a isso, compreende-se que a oposição entre os dois partidos estava mais ligada à questão de definição e controle do Estado do que à divisão entre “republicanos verdadeiros” de um lado e “restauradores” do outro. Como aponta Cherem (1998), as diferenças entre os dois partidos foram mais construídas do que reais. Os grupos eram heterogêneos, havendo tanto políticos ex-monarquistas no PRC, quanto republicanos dissidentes no PUF.<sup>57</sup> Assim sendo, adotar-se-á a terminologia proposta por Cherem para identificar os integrantes e simpatizantes de cada facção, reconhecendo como *republicanistas* àqueles ligados ao PRC e *federalistas* os sujeitos associados ao PUF, visto que ambos podem ser considerados republicanos num sentido mais geral.

Posto isso, cabe agora entender o quadro político catarinense após o início do novo regime. O Executivo estadual foi assumido, por delegação de Deodoro da Fonseca, pelo republicano Lauro Muller.<sup>58</sup> Com o pleito eleitoral de 1890, Muller foi eleito deputado federal, cargo que assumiu passando o poder do Estado para seu vice, Gustavo Richard. Em 1891, com o fechamento do Congresso por Deodoro, Lauro Muller reassume como governador, encontrando nesse período maiores sinais de resistência pelos opositores. A consequente queda de Deodoro agravou o clima de agitação na esfera política nacional, culminando no afastamento de muitos governadores estaduais. Entretanto, em Santa Catarina, Muller se manteve no poder graças ao apoio da bancada federal prestado a Floriano Peixoto, contudo, a tensão interna frente a uma oposição cada vez mais articulada tornou-se insustentável, levando o governador a renunciar (MEIRINHO, 1979, p. 51).

Em seu lugar assumiu a Junta Governativa Provisória, composta pelo comandante do 25º batalhão de infantaria, coronel Luiz dos Reis Falcão, pelo tenente da marinha, Arthur

---

<sup>57</sup> Sobre os programas partidários defendidos por cada partido, o caso catarinense vem ao encontro do que afirma Rosa Maria Godoy Silveira (1978, p. 120), ao salientar que, com exceção de São Paulo e Rio Grande do Sul, os partidos republicanos estaduais, em sua maioria, eram destituídos de programas partidário bem definidos, servindo mais como uma forma de ascensão política. Para Lunardi, a reconfiguração do campo político catarinense não se deu por uma oposição claramente definida entre as doutrinas, os princípios ou o programa administrativo defendidos por cada partido político, mas sim “por dois agrupamentos que atraíam seus seguidores por simpatias ou ódios pessoais, pela defesa de interesses comuns, pela ambição por favores ou empregos públicos prometidos. Logo, os conflitos entre os dois partidos não se davam por discordâncias de cunho ideológico ou programático [...]” (LUNARDI, 2009, p. 84). Entretanto, algumas diferenças podem ser identificadas entre as duas facções: enquanto o PRC defendia o apoio incondicional a forma republicana e o sistema federativo em prol da autonomia estadual, o PUF considerava a ampla e completa autonomia municipal como a base do verdadeiro sistema federativo. Além disso, propunha a mudança no sistema de impostos, a divisão do estado em distritos eleitorais e a municipalização da polícia (MEIRINHO, 1997; LUNARDI, 2009).

<sup>58</sup> Por delegação de Deodoro da Fonseca, o jovem engenheiro do Exército, Lauro Muller, assume a chefia do Estado em 1889, contando com 26 anos na época. Adepto dos ideais republicanos, o catarinense mantinha importantes ligações com políticos republicanos de projeção nacional, devido ao fato de ele ter concluído seus estudos na capital. Muller marcava a política catarinense, dividindo com Hercílio Luz, a liderança republicana no estado (CHEREM, 1998, p. 307).

Deocleciano de Oliveira, e pelo representante federalista, Cristóvão Nunes Pires. No dia seguinte à posse, a Junta dissolveu o Congresso Representativo do Estado e destituiu Lauro Muller e seus substitutos legais. De Blumenau, o republicano Hercílio Luz declarou que não reconheceria a Junta, posição que foi replicada em cidades como Tijucas, Tubarão, Laguna e São Bento. Do Rio de Janeiro, indiferente, Floriano Peixoto não desautorizava a Junta, mas tampouco lhe dava a sua explícita aprovação (LUNARDI, 2009, p. 103).

Enquanto isso, Lauro Muller, que se encontrava na capital nacional, buscou articular, junto ao governo federal, a vinda de um interventor para Santa Catarina. Para tanto, o ex-governador indicou o nome do tenente Manoel Joaquim Machado, mineiro, militar e ex-colega, o qual assumiu o posto em março de 1892. Porém, como aponta Lunardi (2009, p. 104), apesar de esperado como salvação pelo grupo laurista, Machado acabou por voltar-se para o grupo federalista, “glorificando o patriotismo e a virtude da revolução que depusera o ex-governador e enaltecendo a Junta Governativa que a seguiu”.

Já no início de 1893, um grave conflito em Blumenau culminou na prisão de líderes do PRC, entre eles Hercílio Luz. Frente ao ocorrido, o Tribunal de Justiça decidiu por julgar improcedente a denúncia contra os réus presos. Em contrapartida, o tenente Machado decide dissolver aquele foro e inaugura o Tribunal de Relações. Tal atitude criou um clima de tensão que é reportado a Floriano por seu ajudante de ordens, Aristides Vilas Boas, o qual relatou que semelhante ato, contrário à Constituição, teria causado geral indignação, começando a haver certa agitação popular e possíveis sérios distúrbios.<sup>59</sup> Machado, por sua vez, escreveu para o presidente aludindo que o inquérito apurado sobre o conflito em Blumenau evidenciava o plano com ramificações em todos os estados para deposição dos respectivos governos assim que ocorresse a invasão do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, agindo prontamente, mandou prender os agitadores, restringindo o movimento sedicioso a Blumenau. Entretanto, ao mesmo tempo indignava-se devido os juízes do Tribunal de Justiça impronunciarem os réus, declarando que lamentava que Floriano ainda desse crédito a “verdadeiros inimigos da ordem e da paz pública”.<sup>60</sup>

A essa altura, a Revolução Federalista já havia eclodido no Rio Grande. Em Santa Catarina, conforme Meirinho (1979, p. 59), o PUF não se manifestou e o governador Machado declarou-se solidário com governo central. Porém, os embates políticos não ficaram restritos às

<sup>59</sup> Telegrama de Aristides Augusto Vilas Boas a Floriano Peixoto, 08/02/1893, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.88).

<sup>60</sup> Telegrama de Manuel Joaquim Machado a Floriano Peixoto, 06/03/1893, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.88).

facções rivais do estado. Em telegrama enviado a Floriano, o tenente acusava Júlio de Castilhos de intervir nos assuntos de Santa Catarina, tendo como objetivo repor Lauro Muller no poder, o que para ele era algo inadmissível.<sup>61</sup>

Ao cruzar a acusação de Machado às correspondências analisadas, é possível identificar telegramas de Júlio de Castilhos a Floriano Peixoto, nos quais deixa-se transparecer a sua preocupação com as autoridades catarinenses, identificadas por Castilhos como “íntimos amigos de Gaspar”<sup>62</sup>, servindo como intermediários e complacentes dos revolucionários. À vista disso, sugere que a guarnição da fronteira com Santa Catarina seja reforçada, recurso que é atendido quando o então governo federal envia as tropas lideradas por Major Firmino para a região, atitude reconhecida por Castilhos como acertada, visto que a comissão “sem duvida não consentirá que vão buscar abrigo no estado visinho caudilhos criminosos forragidos do territorio riograndense”.<sup>63</sup>

Além dos protestos contra o governador sul-rio-grandense, Machado igualmente criticava o próprio titular, demonstrando a sua insatisfação com as atitudes de Floriano, dizendo que este estava cercado-se de inimigos e, desse modo, não conseguiria governar o país. Assim, construía um discurso que levava a intensificação das oposições e exageros: “em mim encontrareis um camarada sacrificado e resignado, em outros encontrareis inimigos e os falsos amigos que vos rodeam e vos conduzirão ao caminho de Deodoro”. Era sua maneira de dizer que Floriano não conseguiria permanecer no poder se continuasse a solidarizar-se com o grupo oposicionista, e conclui pronunciando que a verdade precisava ser dita, pois acima de tudo, era ele um “soldado da República”, demonstrando com tal expressão que não estava subserviente ao então presidente.<sup>64</sup>

Cerca de um mês depois, em abril de 1893, tenente Machado rompeu oficialmente com Floriano Peixoto (MEIRINHO, 1979, p. 61). É que nessa altura Machado ocupava o Executivo estadual não mais como interventor designado pelo governo central, mas sim fora eleito como governador pela Assembleia Legislativa estadual, majoritariamente federalista. Enquanto isso, o ajudante de ordens, alferes Vilas Boas, denunciava em seus telegramas que funcionários estaduais estariam dificultando as medidas tomadas para a guarnição da fronteira contra os

---

<sup>61</sup> Telegrama de Manuel Joaquim Machado a Floriano Peixoto, 11/03/1893, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.88).

<sup>62</sup> Telegrama de Júlio de Castilhos a Floriano Peixoto, 21/03/1893, Porto Alegre – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.80).

<sup>63</sup> Telegrama de Júlio de Castilhos a Floriano Peixoto, 27/03/1893, Porto Alegre – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.80).

<sup>64</sup> Telegrama de Manuel Joaquim Machado a Floriano Peixoto, 23/03/1893, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.88).

revoltosos sul-rio-grandenses, bem como as intervenções políticas do governo estadual prejudicavam o levantamento das forças civis que serviriam como auxílios para a defesa de Santa Catarina. Por outro lado, Vilas Boas declarava que o PCR, adepto de Lauro Muller, vinha prestando verdadeiro auxílio, seja moral ou material, sem deixar de frisar, contudo, que sua comissão era francamente militar.<sup>65</sup> É interessante observar como o alferes busca ressaltar a “neutralidade” de sua comitiva. Esse posicionamento, como sendo um “elemento neutro” frente aos embates políticos que surgiam, seguirá boa parte de sua correspondência, embora seu discurso acabe por demonstrar o contrário.

Salienta-se que nos primeiros meses de 1893 acusações e denúncias tomam a retórica das correspondências enviadas ao Rio de Janeiro. Novamente, alferes Vilas Boas telegrama acusando o tenente Machado de envolvimento com os revolucionários do sul, como observa-se no seguinte trecho:

[...] convem esclarecer vos que procedimento Machado vai alem ressentimentos factos politicos; tenho base para suppor entrar elle plano revolucionario auxiliando movimento sul para assim fazer ingrata trahidora opposição vosso governo.

Passa então, a expor os fatos que o levaram a crer nisso, relatando perseguições, empecilhos postos pelo governo estadual para a defesa de Santa Catarina e até um plano revolucionário que seria efetuado por meio de uma guerra de extermínio tendo por base o assassinato de chefes republicanos na capital e nos municípios. Por fim, ressalta que

apezar te termos caprichado desempenho nossa commissão puramente militar com dificuldades embaraços creados tão somente governo estadoal e seus diminutos adeptos localidades, julgo me particularmente dever chamar vossa atenção factos politicos que ocorrem com tendencias muito serias e difficultão vossos esforços para a conclusão movimento revolucionário no Rio Grande.<sup>66</sup>

Como se pode perceber, o autor busca justificar sua acusação por meio dos fatos que constroem sua narrativa ao passo que procura relacionar os atos do governador com a Revolução Federalista, fazendo disso parte de sua estratégia de convencimento. Mais uma vez, sublinha o caráter puramente militar de sua missão, mas não deixa de chamar a atenção de Floriano para o que se passa no plano político, quando “autoridades iniciam encarniçada

<sup>65</sup> Telegrama de Aristides Augusto Vilas Boas a Floriano Peixoto, 17/04/1893, Tubarão – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.88).

<sup>66</sup> Telegrama de Aristides Augusto Vilas Boas a Floriano Peixoto, 03/05/1893, Tubarão – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.88).

perseguição dos bons republicanos”<sup>67</sup>, convertendo a um certo papel de vítimas os republicanistas que sofreriam com as atitudes arbitrárias do tenente Machado.

Além de Vilas Boas, outros acusavam o governador de conluio com os revolucionários federalistas sul-rio-grandenses, bem como observa-se nas palavras de major Firmino, quando este afirma que as autoridades estaduais desconhecem a direção suprema do chefe da nação, protegendo e aliciando “bandidos do sul” ao aderirem a revolução de “bandidos estrangeiros” que guiam “brasileiros desnaturados” para “ensanguentar a Patria”.<sup>68</sup> Análogo às correspondências do Rio Grande do Sul, adjetivos de desqualificação dos adversários, como os presentes no discurso de major Firmino, eram recorrentes.

Para mais, destaca-se que desde o seu rompimento com o governo federal, não encontra-se, no conjunto documental, telegramas de autoria do tenente Machado que pudessem servir como contraponto às denúncias feitas sobre seu governo. Enquanto isso, na capital do país articulações entre os membros PRC e o governo federal vinham sendo feitas para o afastamento de Machado, lembrando que Lauro Muller ainda ocupava a cadeira de deputado federal na época, estando próximo do centro de decisões nacionais (MEIRINHO, 1979, p. 54).

Enfim, em junho de 1893, o juiz federal de Santa Catarina julgou o tenente Machado como culpado pela deportação arbitrária do delegado de terras e colonização, Paulo Ramos. Condenado, o governador foi obrigado a afastar-se do cargo, assumindo o Executivo estadual o seu vice, Elyseu Guilherme da Silva, ex-líder liberal e um dos fundadores do PUF. Nesse contexto, em meio à instabilidade política que se configurava na troca de governos e com a Revolução Federalista em curso, Floriano substituiu o comando do 5º Distrito Militar, ocupado pelo coronel Luiz dos Reis Falcão, ligado aos federalistas catarinenses, colocando em seu lugar o coronel Julião Serra Martins, reconhecido florianista (MEIRINHO, 1979, p. 61). Assim, modificava-se o componente das forças políticas locais, revigorando os ânimos dos republicanos ligados ao PRC apeados do poder.

### 2.2.1 Estratégias e articulações políticas no decorrer do conflito

O coronel Serra Martins contava com uma experiente carreira militar quando assumiu o 5º Distrito Militar em Santa Catarina. Ressalta-se que nessa investigação, Serra Martins é

---

<sup>67</sup> Telegrama de Aristides Augusto Vilas Boas a Floriano Peixoto, 10/05/1893, Tubarão – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.88).

<sup>68</sup> Telegrama de Major Firmino a Floriano Peixoto, 05/05/1893, Araranguá – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.88).

apontado como um dos correspondentes mais assíduos. Em seus telegramas, identifica-se assuntos que vão desde procedimentos militares frente às operações de guerra, pedidos de auxílio financeiro e bélico ao governo central, bem como relatos das contendas políticas envolvendo os líderes locais. Assim como Vilas Boas, o coronel Serra Martins utilizava o espaço de suas correspondências para levantar acusações contra a oposição federalista catarinense, como observa-se no telegrama datado de 9 de julho de 1893, quando afirmava que “com relação ao governo estadual, como sabeis, está de mãos dadas com os revolucionários do sul e emigrados aqui”.<sup>69</sup>

Cabe ressaltar que, mesmo com a mudança na chefia do estado, Elyseu Guilherme, que assume após o afastamento do tenente Machado, ainda representava para os republicanistas catarinenses uma oposição que deveria ser derrubada. Meirinho (1997, p. 67) destaca que em julho um contingente do 25º Batalhão foi enviado a Blumenau sob o pretexto de organizar um batalhão civil voluntário para impedir o avanço dos revoltosos federalistas do Rio Grande sobre Santa Catarina, quando, na realidade, articulava-se a derrubada do governo de Elyseu Guilherme. Frente a isso, a tensão aumentou quando o governo estadual intensificou significativamente o contingente de policiais na capital, fato que Serra Martins reportou a Floriano:

Entrando governo estado avultado número de policiaes nesta capital sem nada justificar essa medida, tomei providencias reunir civis que me tem offerecido chefes republicanos garantir ordem, pois tudo indica que opposição com accordo revolucionário sul, prepara qualquer golpe. [...] creio ter assim cumprido ordens de V. Exa. sentido reprimir qualquer revolta ou impedir que ella se manifeste creando maiores embaraços governo federal.<sup>70</sup>

Também, Elyseu Guilherme telegrafou ao presidente, mas nesse caso para denunciar Hercílio Luz, que no comando de um grupo armado, se apoderou da Câmara Municipal de Tijucas, solicitando, dessa maneira, enérgica providência contra o fato.<sup>71</sup> Após a tomada de Itajaí, o grupo herciliista teve que recuar, retornando a Blumenau, ante a ação do governo estadual. Ao mesmo tempo, grupos republicanos ligados ao PRC pressionavam Floriano sobre o fato de o Executivo estadual estar sob o poder dos federalistas catarinenses, tidos por aqueles

<sup>69</sup> Telegrama de Julião de Serra Martins a Floriano Peixoto, 09/07/1893, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.89).

<sup>70</sup> Telegrama de Julião de Serra Martins a Floriano Peixoto, 09/07/1893, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.89).

<sup>71</sup> Telegrama de Elyseu Guilherme da Silva a Floriano Peixoto, 14/07/1893, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.89).



como adeptos e simpatizantes da revolta sul-rio-grandense. O telegrama enviado por Dr. Cunha, representante do diretório republicano de Blumenau, é elucidativo:

Este municipio não devendo por mais tempo consentir attitude criminosa governo estado attentando contra Republica e protegendo revolucionarios sul depois de ter rasgado Constituição e ferido direitos garantidos por ella, acaba unanime de protestar contra sua permanencia e das autoridades que a apoião. É tempo de fazer terminar estado anarchia Rio Grande inutilizando elementos revolucionarios que a alimentação fazendo perigar a Republica. Esperamos que respeitareis a vontade popular e nos auxiliareis como bons republicanos a trabalhar pela consolidação da Republica.<sup>72</sup>

A partir desse trecho inferem-se aspectos relevantes, visto que segundo o discurso dos partidários republicanos, os federalistas catarinenses, ao compactuarem com os revolucionários sul-rio-grandenses, representariam uma ameaça à consolidação da República. Portanto, percebe-se como tal associação segue a mesma expectativa de significação utilizada na correspondência referente ao Rio Grande do Sul, na qual os emissários buscavam constantemente desqualificar os adversários ao passo que o movimento era interpretado não como uma disputa pelo poder local, mas sim como uma revolta que colocava em risco o novo regime instaurado no país. Assim, correlacionar os federalistas catarinenses ao grupo que se rebelara no Rio Grande do Sul foi um dos artifícios utilizados pelo grupo republicano para deslegitimar os federalistas que agora ocupavam o poder.

Prontamente, é perceptível como a Revolução Federalista em Santa Catarina deu margem para que retóricas fossem construídas em prol de um projeto de governo, especificamente, o projeto político do PRC. Contudo, é necessário compreender que no campo das forças políticas que se configurava, no qual os discursos eram tramados e disputados, cada lado procurava legitimar-se como autêntico e verdadeiro protagonista do novo regime, daí a necessidade de estratégias para fins de persuasão e apresentação de valores de um determinado projeto político.

Em meio à contenda política, Floriano Peixoto parecia estar inquieto com a intervenção de seus agentes nos assuntos políticos do estado catarinense, o que pode ser percebido no telegrama de autoria de Serra Martins, no qual o coronel enfatiza a neutralidade de suas ações:

Respondo vosso telegramma politico. Já vos disse que nunca intervim nem interverei deposição governo estadual nem politica d'este estado, sempre fui cumpridor cego vossas instruções. Aqui sempre estive e estou de promptidão para defender poderes da União quando atacados pelos inimigos da Republica [...]. Toda minha actividade

---

<sup>72</sup> Telegrama de Dr. Cunha a Floriano Peixoto, 15/07/1893, Blumenau – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.89).

tem sido n'estes dias puramente absolvida nos factos da revolução do sul, diante ameaça bombardeio esta cidade e desembarque forças revolucionárias procurando dar cabal desempenho vossas ordens. Mas se caluniadores me denunciam perante vós e para evitar calunnias devo supportar calado provocações politicas preparadas pelo Governador e seus agentes que se traduzem em desmoralização a mim, força federal, governo Republica, peço para solicitar se julgardes conveniente a nomeação de outro que melhor possa corresponder vossa expectativa.<sup>73</sup>

Torna-se evidente, pelo tom da resposta, que Serra Martins replicava algum questionamento ou represália feita por Floriano acerca do seu posicionamento e intervenção nas questões políticas estaduais. O chefe das operações militares fez questão de ressaltar que o seu papel era unicamente defender a União de seus inimigos como havia feito contra os revolucionários federalistas, porém, aproveita a ocasião para também criticar o governador catarinense e seus correligionários, os quais seriam responsáveis por desmoralizar não somente ele, mas a força federal e a República. É interessante observar que as acusações feitas geralmente não tratavam apenas de algo pessoal, mas sim estavam a todo momento atreladas à violação de um bem maior: a República.

A correspondência também revela qual a postura adotada por Floriano Peixoto frente às hostilidades entre as duas facções rivais. Se no Rio Grande do Sul o presidente justificou não intervir no governo Júlio de Castilhos, quando o conflito em iminência clamava por sua deposição, justificando que este fora legalmente eleito, seria agora pouco coerente que ele agisse diferente em Santa Catarina. As correspondências dos agentes federais evidenciam isso, pois buscavam recorrentemente defender a neutralidade e a não intervenção política das forças federais que atuavam no estado catarinense.

Enquanto isso, a oposição articulava-se e a liderança de Hercílio Luz crescia ao ponto de, em julho de 1893, a Câmara Municipal de Blumenau o proclamar governador, decretando a cidade como capital provisória do estado (PIAZZA, 1983, p. 104). Serra Martins transmite a notícia ao presidente escrevendo que “em todos os pontos este governo tem recebido entusiastico apoio”, contudo, ressaltava não ter respondido para “mostrar completa neutralidade das forças federaes”.<sup>74</sup>

Ao mesmo tempo, o governador Elyseu Guilherme emitiu um telegrama no qual denunciava que remessas de armas e dinheiro da União estavam sendo utilizados com más intenções pelos agentes federais que agiam sob o pretexto de angariar voluntários para o Exército. Também manifestava sua indignação quanto à aclamação de Hercílio Luz como

<sup>73</sup> Telegrama de Julião de Serra Martins a Floriano Peixoto, 16/07/1893, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.89).

<sup>74</sup> Telegrama de Julião de Serra Martins a Floriano Peixoto, 20/07/1893, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.89).

governador em Blumenau, fato que caracterizou como criminoso ao atentar contra a “paz do estado e sua forma federativa”. Assim, solicitava que Floriano tomasse atitude contra tal ato e fizesse recolher as armas distribuídas aos paisanos sob alegação de recrutamento de voluntários.<sup>75</sup> O clima se alterou quando Elyseu afirmava, em outro telegrama, que boletins alarmantes do jornal *República* haviam sido distribuídos pelo ajudante do 25º Batalhão, acompanhado de ordenança. Indignado, o governador escreve em linguagem áspera: “não há mais duvida sobre a responsabilidade da força federal no plano deposição. Estou firme e armado para resistir”.<sup>76</sup> Provavelmente advertido, Serra Martins voltou a telegrafar para ao Rio a fim de defender a neutralidade das forças sob seu comando:

Governador deste estado não tem menor escrúpulo em transmittir calunias de suas autoridades ou mesmo forjá-las. [...] Acreditai que não obstante ter este Governo estadual calunniado diariamente e agindo com requintada má fé, maximo são os obstaculos oppostos a realisação vossas ordens sobre repressão movimento sul. Me tenho conservado e conservarei no meu posto observando escrupolosamente a Constituição, mantendo maxima e absoluta neutralidade, cumprindo assim vossas reiteradas determinações [...]<sup>77</sup>

A dualidade de governos colocou a situação no auge de sua gravidade. Serra Martins relatava que em todo o estado a ordem pública estava manifestamente ameaçada. Assim, conforme o emissor, a polícia não conseguia oferecer garantias no intuito de restabelecer a ordem, armas contrabandeadas desembarcavam em diferentes pontos, e reclamava que todas as dificuldades estavam sendo criadas e postas às suas ordens para a captura de chefes revolucionários sul-rio-grandenses que diziam estar em Santa Catarina ocultos.<sup>78</sup> Da mesma forma, Vilas Boas buscava chamar a atenção de Floriano para o momento, o qual considerava “assaz critico”, e ainda dizia que o governo de Elyseu Guilherme só não havia ainda caído devido à “atitude das forças federaes que tem levado sua neutralidade a ponto de impedir movimento revolucionário na capital”. Também, aproveitava Vilas Boas para questionar o presidente: “devemos porventura intervir sentido manter autonomia actual Governo que tanto

<sup>75</sup> Telegrama de Elyseu Guilherme da Silva a Floriano Peixoto, 21/07/1893, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.89).

<sup>76</sup> Telegrama de Elyseu Guilherme da Silva a Floriano Peixoto, 22/07/1893, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.89).

<sup>77</sup> Telegrama de Julião de Serra Martins a Floriano Peixoto, 23/07/1893, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.89).

<sup>78</sup> Telegrama de Julião de Serra Martins a Floriano Peixoto, 22/07/1893, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.89).

nos guerreia?”,<sup>79</sup> sugerindo claramente a interferência das forças federais sem deixar de investir contra o governo estadual.

Nessa conjuntura, Hercílio Luz demonstrava estar determinado a seguir o plano sobre a tomada do poder em Santa Catarina. Escrevia ao Rio de Janeiro enunciando que assumia o governo devido às exigências dos municípios e à atitude antipatriótica, revolucionária e criminosa do governo de Elyseu Guilherme. Em seu telegrama, não faltavam recriminações contra os adversários, pois estes, segundo ele, propagavam a anarquia em todos os municípios do estado dissolvendo magistraturas, desrespeitando o funcionalismo público e, sobretudo, atentando contra a República e a Pátria ao sustentar e auxiliar os “sediciosos do sul”. Após depreciar o inimigo, Hercílio reivindicava o reconhecimento da legalidade do seu governo que, ao contrário, “levantou os brios calcados do povo catarinense” e que esperava, ao lado de Floriano Peixoto, “defender a Republica contra os sediciosos do sul e todos seus cúmplices”.<sup>80</sup>

No jogo das palavras, o governador proclamado mostrava eloquência em sua estratégia retórica. Visto que primeiro apresenta as deficiências do governo instituído ao passo que aponta todos os distúrbios causados pela incapacidade administrativa e política deste, para tão somente depois descortinar uma solução, ou seja, seu próprio governo, aquele que estaria alinhado e apto a participar do novo campo político reconfigurado pela República. Observa-se, assim, mais uma vez, as expectativas de significação na retórica empregada na qual as estratégias discursivas utilizadas buscam o interpretar como se sugere. Nesse caso, a disputa pelo poder acaba por criar representações sobre a legitimidade de governança, o que pode ser verificado quando o autor procura associar a vontade popular ao seu governo – no domínio político a legitimidade procede de um movimento de sustentação ou de adesão popular que independe do ato eletivo (CHARAUDEAU, 2017, p. 75) – enquanto a associação do adversário à Revolução Federalista o deslegitima.

Sabe-se, ademais, que a correspondência catarinense que chegava a Floriano nesse período dividia-se entre apoiadores do governo provisório e protestos contra ele, demonstrando que a adesão ao governo proclamado em Blumenau estava longe de ser unânime. O juiz federal Candido Freire solicitava que Floriano imediatamente interviesse e reconhecesse um dos lados frente à crise que se instaurava, sem deixar de agir por meio dos princípios democráticos que

---

<sup>79</sup> Telegrama de Aristides Augusto Vilas Boas a Floriano Peixoto, 22/07/1893, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.89).

<sup>80</sup> Telegrama de Hercílio Luz a Floriano Peixoto, 22/07/1893, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.89).

agora os regiam.<sup>81</sup> A intervenção, porém, não viria de imediato, antes disso, Hercílio Luz e seus apoiadores marchariam rumo a Desterro para depor o governo estadual. Conforme as palavras de Hercílio Luz, existia uma boa justificativa para a tomada dessa decisão:

Consta me que alguns chefes sediciosos no sul evadidos de bordo do Jupiter desembarcaram em Tijucas disfarçados em polícias ao serviço do Sr. Elyseu Guilher fazendo parte da força que pretende atacar me. Sigo ao encontro delles com uma forte columna de bons amigos e envidarei todos os esforços para prendel-os. Em seguida attendendo altas conveniencias de serviço publico e a intereses da Republica irei para Desterro fixar ali a sede do Governo.<sup>82</sup>

Acontece que a embarcação *Júpiter* havia sido capturada pelos revoltosos federalistas sul-rio-grandenses no porto de Rio Grande e, sem conseguir investir contra aquela localidade, acabou rumando para o norte, quando então foi aprisionada pelo vapor *República* em Santa Catarina. A partir disso, correspondências são remetidas ao presidente alertando sobre a possível fuga de tripulantes da embarcação aprisionada, os quais estariam ocultos em solo catarinense, acobertados e protegidos pelo governo estadual. Essas denúncias são identificadas em telegramas de autoria de coronel Serra Martins, alferes Vilas Boas e Hercílio Luz, como o destacado anteriormente. Entretanto, além dessas delações, não se encontra no conjunto documental analisado evidências concretas que ligassem o governo catarinense com os fugitivos revolucionários.

De toda forma, Hercílio Luz deu seguimento à sua marcha rumo à capital junto à “guarda cívica” que o acompanhava. Em finais de julho, os hercilstas adentravam Desterro investindo contra o Palácio, onde o governo estadual manteve resistência. Na madrugada do dia 30, houve acirrado tiroteio resultando em feridos e mortos. Elyseu Guilherme telegrafou a Floriano dando conta do ocorrido, ressaltando que o Palácio não havia sido tomado e que somente depois do atentado o comandante do distrito, coronel Serra Martins, mandava dizer que manteria a ordem.<sup>83</sup> Após o confronto, alferes Vilas Boas também escreveu ao presidente para informar que Serra Martins estava intervindo no sentido da pacificação, ressaltando que o papel das forças federais era único e exclusivamente manter a ordem pública até que o governo resolvesse o conflito.<sup>84</sup>

<sup>81</sup> Telegrama de Candido Freire a Floriano Peixoto, 27/07/1893, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.89).

<sup>82</sup> Telegrama de Hercílio Luz a Floriano Peixoto, 25/07/1893, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.89).

<sup>83</sup> Telegrama de Elyseu Guilherme da Silva a Floriano Peixoto, 31/07/1893, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.89).

<sup>84</sup> Telegrama de Aristides Augusto Vilas Boas a Floriano Peixoto, 31/07/1893, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.89).

Logo, é possível observar na documentação examinada que a posição assumida por Floriano diante da contenda buscava a conciliação das partes, assim como escrevia Serra Martins quando, dizendo seguir as ordens do presidente, tentou um encontro “sem quebra da equidade” entre Hercílio e Elyseu para que ambos entrassem em um acordo. Porém, admitia que apenas Hercílio Luz compareceu mostrando-se solícito a uma solução que atendesse à ordem, à liberdade e ao progresso, ideais dos “verdadeiros amigos da Republica”, enquanto Elyseu não havia concedido ao convite.<sup>85</sup> Dessa forma, percebe-se que, apesar de defender um discurso de imparcialidade, as próprias palavras de Serra Martins demonstravam como suas simpatias estavam ao lado dos hercilitas, algo facilmente identificável em sua correspondência, a qual trata recorrentemente o governo estadual como traidor e despótico em contraposição à política do grupo oposicionista que atenderia, na sua percepção, aos propósitos republicanos.

Nesse intervalo, os hercilitas ocuparam o Tesouro do estado e Câmara Municipal. Frente ao ocorrido e sem garantias, Elyseu Guilherme foi obrigado a deixar o Palácio, instalando-se na Capitania dos Portos, enquanto Hercílio Luz tratou de ocupar o governo (MEIRINHO, 1997, p. 62). Em face às circunstâncias, Elyseu Guilherme requisitava ao presidente que o artigo 6º, parágrafo 3º da Constituição de 1891, o qual defendia que o governo federal poderia intervir nos estados para estabelecer a ordem e a tranquilidade à requisição dos governos, fosse efetivado.<sup>86</sup>

Nesse ponto, é importante dar atenção ao telegrama enviado por coronel Serra Martins em 31 de agosto de 1893, pois nele releva-se a política adota por Floriano frente aos embates e como o remetente respondeu às suas ordens. Na correspondência é possível entender que o presidente havia ordenado que as forças federais prestassem auxílio ao governador Elyseu Guilherme, determinação que foi rebatida por Serra Martins, o qual se mostrou resistente ao apresentar uma série de argumentos que buscavam elencar a incompatibilidade de tal ato. Dentre eles, escrevia que o corpo policial que servia ao governo estadual contava com força igual à que dispunha as forças federais e, na tentativa de recolocar Elyseu no Palácio, tornar-se-ia inevitável a luta contra estes e populares, sendo impossível prever as consequências desse ato, visto que os ânimos estavam ainda muito exaltados. Além disso, continuava o emissor declarando que se Elyseu queria manter seu governo, não deveria ele tê-lo abandonado, e sim

---

<sup>85</sup> Telegrama de Julião de Serra Martins a Floriano Peixoto, 31/07/1893, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.89).

<sup>86</sup> Telegrama de Elyseu Guilherme da Silva a Floriano Peixoto, s/d, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.89).

ter solicitado auxílio antes dos acontecimentos, sendo, nesse sentido, inconveniente e prejudicial à ordem pública que as forças federais agissem conforme ordenava Floriano.<sup>87</sup>

A resposta de Serra Martins às ordens de Floriano parece ter surtido em uma reação. Ao contrário do que era esperado, saindo da impassibilidade frente à situação, o presidente não reconheceu o governo de Hercílio Luz e ainda o exonerou do seu cargo federal na comissão de terras de Blumenau, ao mesmo tempo em que recomendou a total neutralidade às forças federais (LUNARDI, 2009, p. 115). A atitude de Floriano foi amplamente comemorada pelos apoiadores do governo de Elyseu Guilherme, o qual declarava em sua correspondência “contentamento e aplauso pela correcta decisão”.<sup>88</sup> Jubilou-se o governador ao retomar o seu cargo: “vossas ordens e ponderações me dão novas provas da capacidade e espirito conciliador que presidem vossos actos. Procurarei imitar vos e obedecer vos”.<sup>89</sup> Ainda, pedia permissão a Floriano para ir ao Rio de Janeiro agradecê-lo e receber suas ordens pessoalmente, defendendo que a “política se faz no centro e a administração nos Estados”, sendo esta, a “indole do systema”.<sup>90</sup> Assim, sem o apoio do governo central, retiraram-se da capital os hercilistas no início de agosto de 1893. Contudo, isso não significou que eles deixariam de articular focos de resistência, sendo constantes as cartas e telegramas que denunciavam as perseguições, demissões e represálias feitas pelo governo estadual mesmo após o retorno ao poder, demonstrando como o clima de instabilidade e revanchismo tornara-se ainda maior nesse período.

Cabe ressaltar que deter-se a esse evento é importante porque acredita-se ter sido ele significativo em que pese as proporções desencadeadas pela crise política instaurada no estado de Santa Catarina após o advento da República e o seu agravamento com a eclosão da Revolução Federalista, conflito que abriu precedentes para que os grupos políticos atuassem e buscassem se legitimar frente às divergências e acusações pelo monopólio do poder do Estado.

A política dúbia empregada por Floriano também é algo a ser considerada. Se por um lado era esperado que o governo federal apoiasse a deposição dos federalistas catarinenses em prol do grupo republicano – uma administração aliada ao estado vizinho que se encontrava em pleno conflito armado –, o presidente optava pela neutralidade das forças federais e pela política de conciliação. Se a decisão foi tomada buscando evitar angariar ainda mais adversários ou

<sup>87</sup> Telegrama de Julião de Serra Martins a Floriano Peixoto, 31/07/1893, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.89).

<sup>88</sup> Telegrama de Elyseu Guilherme da Silva a Floriano Peixoto, 03/08/1893, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.90).

<sup>89</sup> Telegrama de Elyseu Guilherme da Silva a Floriano Peixoto, 04/08/1893, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.90).

<sup>90</sup> Telegrama de Elyseu Guilherme da Silva a Floriano Peixoto, 04/08/1893, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.90).

fundamentada no princípio da coerência, devido à autonomia estadual, em que parte, no entanto, pode-se considerar tal coerência na política adotada no caso sul-rio-grandense, onde tropas do Exército federal, bem como auxílio material e pecuniário, foram postos à serviço de Júlio de Castilhos e seus correligionários contra o Partido Federalista do estado sulino?

Esse panorama vem ao encontro das dimensões teórico-conceituais articuladas em torno da história regional, que parte da conexão entre o particular e o geral para compreender o processo de formação de identidades específicas. Para Reckziegel (1999b), o regional pode ser interpretado enquanto uma estrutura por possuir uma identidade que permite diferenciá-lo de seu entorno, ao mesmo tempo em que suas características internas são determinadas e determinantes de sua interação com o todo. Entretanto, apesar de suas relações com o sistema maior, entender os fenômenos históricos a partir da história regional, possibilita assimilar que as regiões possuem relações internas autônomas que lhe conferem caráter próprio e diferenciado, sem, no entanto, desvincular-se da realidade total, constituindo-se como uma parte específica desta. Assim, confirma-se, a partir do estudo, a complexibilidade das articulações entre as regiões aqui investigadas e o sistema que as contém, oferecendo, dessa maneira, subsídio para um exame comparativo, capaz de relevar aspectos que não foram previamente observados em análises mais amplas.

Enfim, enquanto no Rio Grande do Sul a Revolução seguia operante, em Santa Catarina, após a retomada do poder pelos federalistas catarinenses, os telegramas acerca das divergências internas diminuem significativamente, dando a impressão de que se passava por um momento de paz e tranquilidade. Entretanto, é mister lembrar-se que outro evento estava rompendo no país, a Revolta da Armada que, sem demora, alcançaria Desterro, fazendo da ilha-capital ponto estratégico para a ligação dos movimentos revolucionários.

### **2.3 A tomada de Desterro e a legitimação do poder em Santa Catarina**

Com o advento da Revolta da Armada, em setembro de 1893, Santa Catarina inevitavelmente entra no conflito. Inicialmente sem conexão, a Revolução Federalista e o movimento da Armada uniriam forças na capital Desterro, local escolhido como sede para a instalação do governo provisório revolucionário em outubro de 1893.<sup>91</sup> À frente das operações

---

<sup>91</sup> Conforme elucida Santos Jr. (2014, p. 234): “O Governo Provisório instaurado na cidade de Desterro (atual Florianópolis) foi uma tentativa que a Revolução Federalista e a Revolta da Armada fizeram para obter o reconhecimento internacional de beligerantes, que garantiria aos inimigos do governo de Floriano Peixoto os direitos da guerra. Caso obtivessem esse reconhecimento, eles poderiam negociar alianças internacionais, por



estava o Capitão de Mar e Guerra, Frederico Guilherme de Lorena, responsável pela investida contra o estado. Na ocasião, o Executivo estadual estava sendo ocupado pelo vice-governador em exercício, Cristovão Nunes Pires, visto que Elyseu Guilherme encontrava-se no Rio de Janeiro (MEIRINHO, 1997, p. 64).

Com a aproximação dos revoltosos da Marinha ao estado de Santa Catarina, coronel Serra Martins propôs que fosse solicitado auxílio de voluntários recrutados para a defesa do porto de Itajaí. Prontamente, o vice-governador Cristovão Nunes Pires telegrafou a Floriano para alertá-lo sobre os perigos de armar a população, demonstrando o receio que ainda tinham os federalistas catarinenses de que novos focos de resistência e rebeliões pudessem emergir colocando em risco o poder do partido no estado:

[...] devo ponderar vos que apezar gravidade circumstancias actuaes necessidade concurso todos defeza republica e certeza vosso Governo não concordará qualquer plano politico contra o deste estado, julgo entretanto armamento grupo opposição defeza Itajahy desnecessario e altamente prejudicial ordem publica pois estou certo que seu offerecimento esse fim vira somente intentos pertidarios. Acresce circumstancia Governo do estado estar prompto defendel-o e a Republica com elemento força dispõe e populares caso necessario. Terminando, cumpre-me observar vos que commandante districto ja fallou em armar opposição nesta capital quando vosso telegrama apenas refere se Ithajahy. Comprehedeis por certo conflagração Estado neste momento grandes embarços creara para a propria republica.<sup>92</sup>

Em resposta à oposição sofrida, Serra Martins escreveu ao presidente dizendo não ter armado nenhum popular na capital ou Itajaí, reforçando que não consentiria que “politica intervenha em assumpto acção governamental e em qualquer ponto estado”.<sup>93</sup> Junto a isso, Nunes Pires informava não haver transporte para mandar força ou armamento a Itajaí, atenuando o fato ao declarar que, devido às condições precárias da barra de acesso ao porto daquela cidade, as embarcações *República* e *Pallas*, que estavam sob o domínio da esquadra rebelde, não conseguiriam ancorar.<sup>94</sup> Se o vice-governador agiu ou não com “má fé”, como afirma o historiador Jali Meirinho (1979, p. 65), o que sucedeu é que a essa altura Joinville e São Francisco já haviam sido tomadas pelos revoltosos.

A sequência das correspondências que segue o mês de setembro trata, sobretudo, das operações feitas a fim de defender a capital e outros portos do estado contra a ofensiva dos

---

exemplo. Esse status nunca foi reconhecido pela comunidade internacional que decidiu permanecer neutra em relação ao conflito”.

<sup>92</sup> Telegrama de Cristovão Nunes Pires a Floriano Peixoto, 19/09/1893, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.91).

<sup>93</sup> Telegrama de Julião de Serra Martins a Floriano Peixoto, 21/09/1893, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.91).

<sup>94</sup> Telegrama de Cristovão Nunes Pires a Floriano Peixoto, 22/09/1893, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.91).

revoltosos da Armada, sendo sua maioria de autoria de coronel Serra Martins. Dentre os telegramas, chama atenção a correspondência na qual Serra Martins transcreve na íntegra a mensagem enviada a ele pelo capitão Lorena, quando este estava prestes a tomar Desterro. Na comunicação, Lorena explica que a Marinha havia se rebelado contra Floriano Peixoto por este estar agindo contra a lei, além disso, afirmava que a opinião pública aplaudia a atitude revoltosa pelo fato de Floriano incitar o ódio contra os próprios membros da classe armada, perseguindo àqueles que não o serviam de forma incondicional. Continuava declarando que caso houvesse resistência, seria dolorosa, porém necessária, utilizar a força das armas, contando com a certeza do êxito, pois a Revolta defendia a causa da pátria contra a tirania. A Serra Martins, colocava o peso da responsabilidade se este tentasse impedir a ação revolucionária, obrigando-os a sacrificar vidas e propriedades. Ainda, ressaltava que de maneira alguma a “esquadra libertadora” pensava em levar a desordem e o pânico às famílias catarinenses, dizendo que se o povo pudesse manifestar-se livremente, aclamaria o movimento revolucionário. Rezaia, assim, a inteira responsabilidade sobre coronel Serra Martins, como escrevia Lorena: “da vossa decisão depende a victoria completa sem derramamento de sangue”, e concluía ao falar que, acreditando no patriotismo do coronel, este colocar-se-ia ao lado da causa revolucionária a fim de ajudá-los a manter a República nos moldes prescritos pela Constituição Federal.<sup>95</sup>

Frente a isso, o coronel Serra Martins reuniu-se com os oficiais e o vice-governador para deliberar sobre qual decisão deveria ser tomada. Conforme observa-se em sua correspondência, na ocasião, o coronel apresentou aos presentes o telegrama enviado por Floriano Peixoto em que ordenava que resistissem. Contudo, após o encontro, Serra Martins telegrafou ao Rio para informar “com pesar” que os oficiais haviam decidido, unanimemente, pela negativa da resistência devido à falta de elementos necessários para isso. Assim, lamentava Serra Martins: “[...] aceitei essa deliberação que produzio-me desagradável impressão embora as razões que foram expostas e que me parece de alguma importancia atentas as condições em que nos achamos”. Portanto, sem apoio ou material para oferecer resistência, a guarnição militar capitula. No telegrama, Serra Martins manifesta seu desgosto:

[...] bem podeis avaliar decepção que acabo passar e vos asseguro evitaria se me fosse possível. Resta-me consolação que me dá paz de consciencia de haver procurado sempre cumprir ordens deveres cargo que me conferistes neste Estado dominando

---

<sup>95</sup> Transcrição do telegrama de Francisco Guilherme Lorena a Julião de Serra Martins incorporado ao telegrama de Julião de Serra Martins a Floriano Peixoto, 29/09/1893, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.91).

meu desejo ardente de corresponder vossa honroza confiança. Para vós e para o paiz apello e espero julgamento meu procedimento.<sup>96</sup>

Depreende-se do telegrama examinado que Serra Martins lamentava a decisão dos oficiais. Porém, admitia plausível a justificativa dada por eles de não acatarem as ordens dadas por marechal Floriano acerca de resistirem à investida dos revoltosos. Também, identifica-se como o autor preocupa-se em construir uma imagem positiva de si, reforçando que se tivesse poderes para isso evitaria a negativa da deliberação, mas que ao mesmo tempo estava em paz com sua consciência por ter agido conforme ordens e deveres de seu cargo. Nessa construção, deve-se atentar para aquilo que Gomes (2004, p. 22) elucida quando diz que na escrita epistolar a relação que se estabelece com o “receptor” é uma questão a ser considerada. Sendo assim, o esforço para causar boa impressão logo após a negativa tem relação com os objetivos e perspectivas na construção voluntária ou involuntária do “eu” que, nesse caso, se dirigia à figura proeminente de Floriano Peixoto.

Sobre o ocorrido, Cristovão Nunes Pires escreveu relatando não ter opinado sobre o assunto durante a reunião dos oficiais, visto que se tratava de uma decisão puramente militar, fazendo votos apenas para que não houvesse sacrifício inútil de vidas e propriedades.<sup>97</sup> Sem resistência, os revoltosos da Marinha puderam instaurar o Governo Provisório em outubro de 1893, tendo como sede a capital de Santa Catarina.

Em solo catarinense, os revolucionários federalistas sul-rio-grandenses, sob o comando de Gumercindo Saraiva, continuavam sua marcha ocupando Curitiba e Blumenau e, em Itajaí, processa-se a integração de sua tropa com os navios de Custódio de Mello, que haviam dominado a situação em Santa Catarina. Gumercindo passou a desempenhar o papel de força terrestre do governo provisório. Em Itajaí, almirante Custódio de Mello, general Salgado e representantes do governo catarinense reuniram-se para decidir os novos rumos da luta. Enquanto Salgado defendia que era necessário retornar ao Rio Grande do Sul, Gumercindo divergiu, optando por continuar sua marcha com intuítos de invadir o Paraná. O comandante tinha como objetivo maior avançar territorialmente ao mesmo tempo em que pretendia engrossar sua força na medida em que se aproximava do centro do país. Assim, com o apoio do general Piragibe, nomeado chefe da tropa do governo revolucionário de Santa Catarina, a

---

<sup>96</sup> Telegrama de Julião de Serra Martins a Floriano Peixoto, 30/09/1893, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.91).

<sup>97</sup> Telegrama de Cristovão Nunes Pires a Floriano Peixoto, 30/09/1893, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.91).

coluna de Gumerindo seguiu com sua marcha rumo ao estado do Paraná (REVERBEL, 1985, p. 82). Logo, a Revolução Federalista crescia e ampliava o seu campo de atuação.

Contudo, a união dos revolucionários do Rio Grande do Sul com os da Marinha seria marcada pelos desentendimentos entre os chefes de cada movimento. Conforme Reckziegel (1999a, p. 141), faltou aos grupos insurgentes um planejamento estratégico sobre os rumos que a luta deveria tomar. A aproximação entre eles se deu pelo desejo de estabelecer um governo provisório em Desterro, tendo como um dos objetivos principais conseguir atrelar relações com os países do Prata, sobretudo Argentina e Uruguai, para que estes declarassem beligerância com o Brasil, o que impediria a venda de armamento ao governo do Rio de Janeiro. Contudo, o propósito de fortalecimento dos movimentos revolucionário não foi alcançado visto que não houve a declaração de estado de beligerância por parte dos países platinos. Somado a isso, os líderes federalistas temiam a associação da Revolução com o movimento monarquista, uma vez que as declarações de líderes da Revolta da Armada demonstravam nítidas inclinações monárquicas. Para mais, o autor Carlos Humberto Corrêa (1990, p. 74) elucida que entre as divergências estava o fato dos revolucionários sul-rio-grandenses ansiarem uma administração civil constituída por integrantes da Armada do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina na instalação e organização do Governo Provisório o que, no entanto, não se realizou.

Diante das fraturas ideológicas demonstradas, o movimento revolucionário em Desterro ia enfraquecendo e, conseqüentemente, causava dissensões. Em contrapartida, Floriano arregimentava sua ofensiva e ganhava força. Conforme Cherem (2001, p. 325), o presidente recorreu às oligarquias paulistas para o abastecimento de materiais bélicos, soldados e dinheiro para combater os revoltosos e derrubar o Governo Provisório instaurado na capital de Santa Catarina.<sup>98</sup> Também, republicanos catarinenses, militares e civis engajaram-se nas tropas legais e o governo brasileiro adquiria esquadra naval comprada nos Estados Unidos,<sup>99</sup> reforçando, assim, sua força bélica. Enfim, depois de resistirem por seis meses, os últimos revoltosos da

---

<sup>98</sup> Conforme Janotti, foi decisivo para Floriano o apoio que recebeu de São Paulo. A rigor, era preciso apoiá-lo, pois na concepção das oligarquias civis estava em suas mãos o destino do jovem regime (1986, p. 77). Em estudos anteriores, detecta-se no discurso do jornal *O Estado de São Paulo*, sua opinião favorável acerca do auxílio financeiro prestado por São Paulo à União. A justificativa para tanto estava no fato do periódico defender os interesses da elite cafeeira paulista que via na revolução do sul do país uma ameaça à estabilidade da instituição republicana, representada pela nova coalizão de forças cujo centro estava neste grupo dominante. Sobre o discurso do jornal *O Estado de São Paulo* acerca da Revolução Federalista, ver a monografia: *A "locomotiva" do Brasil volta seu olhar para o sul: interpretações do O Estado de São Paulo sobre a Revolução Federalista (1893-1895)* (GASPAR, 2016).

<sup>99</sup> A esquadra naval adquirida ficou conhecida como Esquadra Legal ou Esquadra de Papelão. Sobre a compra de navios dos Estados Unidos, ver: TOPIK, *Comércio e canhoneiras: Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-1897)* (2009)

Armada eram desalojados da capital catarinense (MEIRINHO, 1997, p. 65). Portanto, Custódio de Mello foi obrigado a retirar-se, partindo com sua esquadra em direção ao sul, enquanto Gumercindo e Piragibe avançavam sobre terras paranaenses. Chegando ao estado sul-riograndense, Custódio de Mello resolve atacar a cidade de Rio Grande. Esse evento foi relatado por general Bacellar, chefe que guarnecia aquela região, que assim escrevia a Floriano:

Continua combate por mar guarnição de terra ainda não cedeo um instante sequer e resistirá até ao extremo. Espero a cada momento o ataque por terra, só o que lamento é possuir tão pouca gente para defesa, a lealdade e aos fracos recursos militares que disponho, porém, são de cooperar para que navios de piratas não vençam aos bons defensores da Republica. Poucos são os homens de que disponho, são porem bravos e dedicados saberemos todos morrer no nosso posto. Viva a Republica.<sup>100</sup>

Depois de algumas tentativas frustradas, a esquadra rebelada foi repelida quando forças que estavam em Bagé marcharam para a cidade servindo como importante elemento de reforço das tropas legais que ali estavam. Sem poder resistir, o almirante Custódio de Mello terminou desembarcando sua gente nas costas do Uruguai, rumando depois disso para a Argentina (REVERBEL, 1985, p. 83).

Cabe aqui um apontamento: do período que transcorre a tomada de Desterro e a instauração do governo provisório, em outubro de 1893, até sua retomada pela esquadra florianista, em abril de 1894, existe uma lacuna nas correspondências emitidas de Santa Catarina a Floriano presentes na série de dossiês analisados. Frente a isso, parte-se da hipótese de que a interrupção das comunicações tenha ocorrido em razão da tomada do poder pelos revoltosos e consequente instalação do Governo Provisório. Essa suspeita se dá devido à investigação feita na subsérie, presente no próprio Fundo Floriano Peixoto, que traz em seu âmbito e conteúdo bloco copiadores de telegramas enviados entre os revoltosos, os quais informam sobre a interrupção das linhas telegráficas e instruções para a circulação de correspondências oficiais, podendo ser este um dos fatores que influenciaram na restrição da comunicação estabelecida com o Rio de Janeiro. Após esse lapso temporal, as correspondências datam do início de abril de 1894, quando tratam sobre a vitória legalista e exaltam o governo de Floriano Peixoto. Um exemplo desse enaltecimento pode ser reconhecido no telegrama enviado pelo inspetor Ernesto Silva:

---

<sup>100</sup> Telegrama de Antonio Bacellar a Floriano Peixoto, 07/04/1894, Rio Grande – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.131).

Neste momento restituído exercicio meu cargo, do qual estive afastado por força de desastrosa revolta, felecito-vos congratulando-me com a nação pella almejada volta da tranquillidade e da paz. O Sangue tão inocente quanto precioso de tantos heroes martyres foi o chrisma sacrosanto que recebeu a Republica por vos hoje consolidada.<sup>101</sup>

Se a Revolução Federalista ainda não havia sido derrotada, ao menos a vitória e término da Revolta da Armada dava ânimo ao grupo florianista que apresentava seu líder como consolidador da República e salvador da pátria. Recorrentes eram os telegramas nesse período, carregados de discursos ardorosos, felicitando o governo legal pelo êxito no conflito que livrava o país da “bandeira negra dos bandidos e piratas ao mando dos gomercindos e custódios”, e glorificando o presidente: “sois actualmente e sereis por muitos seculos o symbolo mais alto de character e da aptidão à luta da nossa nacionalidade”.<sup>102</sup>

Com a derrota da Revolta da Armada, o presidente enviou como interventor para assumir o governo catarinense o delegado do governo federal Antônio Moreira César. Incumbido de “pacificar” Santa Catarina, o governo de Moreira César ficaria marcado pelas perseguições, massacres, prisões e fuzilamentos dos opositores, tendo como um dos episódios mais conhecidos o fuzilamento ocorrido na Fortaleza de Santa Cruz do Anhatomirim (LUNARDI, 2009, p. 122). Alguns historiadores buscam amenizar a violência desencadeada durante a “pacificação”, isentando marechal Floriano dos crimes cometidos e responsabilizando exclusivamente Moreira César, ou, ainda, classificando o episódio como um “asserto de contas”, no qual as mortes seriam uma represália pela prática cruel dos degolamentos a que os federalistas do sul submeteram seus adversários.<sup>103</sup> Na correspondência analisada referente à época em que Moreira César ficou no poder, não identificam-se cartas ou telegramas que tratassem sobre a violência cometida no estado. Tão somente, encontram-se telegramas em que Moreira César telegrafava ao Rio tratando sobre assuntos políticos, como as próximas eleições, e/ou operações militares com temas que discorriam sobre formações de guarda, solicitações de nomeações, transferências, promoções, etc.

Conforme Cherem (2001, p. 333), após o governo de Moreira César, numa sequência de violências e medos “evidenciou-se um tipo de comportamento que, de um lado, confirmava as práticas em busca de favores e proteções e, de outro, definia a ausência de qualquer mobilização em torno de alguma causa para além da individual”. A vitória legalista após a

<sup>101</sup> Telegrama de Ernesto Silva a Floriano Peixoto, 18/04/1894, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.134).

<sup>102</sup> Telegrama de Antônio Pinto da Costa Carneiro a Floriano Peixoto, 04/05/1894, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.134).

<sup>103</sup> Tal posicionamento pode ser observado, por exemplo, nos estudos de CORRÊA (1990), MEIRINHO (1979), PEREIRA (1976) e CABRAL (1970).

retomada de Desterro reconfigurava, novamente, o quadro de forças políticas dentro do estado. Em setembro de 1894, os republicanos do PRC, após um pleito eleitoral sem oposição, consagravam Hercílio Luz como chefe do Executivo estadual. Logo que tomou posse, assim escreveu o novo governador a Floriano:

[...] Tenho satisfação communicar que recebo o Estado das mãos do illustre Coronel Moreira Cesar, gozando completa paz. Saudo-vos, interpretando os sentimentos do povo catharinense para convosco, como o mais abnegado patriota e benemerito dos brasileiros.<sup>104</sup>

Ainda em 1894, poucos dias depois de Hercílio Luz assumir o governo, o grupo que retomava o poder fazia questão de dar provas de enaltecimento ao “consolidador da República”, aprovando a lei que alterava o nome da capital de Desterro para Florianópolis, devido aos “serviços prestado a Republica e benefícios para este Estado”<sup>105</sup> concedidos por Floriano, como escrevia Hercílio Luz. Assim, em meio a um clima de revanches, é perceptível como a decisão pela alteração do nome da capital pelo grupo agora detentor do poder político local buscava reafirmar e estreitar os laços com o governo central ao vincular a toponímia da cidade ao de Floriano Peixoto.

Da mesma forma como ocorreu no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina o clima de revanchismo perpetuou-se mesmo após o término do conflito revolucionário. Além disso, como consequência da vitória legalista, membros do PRC puderam firmar-se no cenário político do estado, perpetuando-se à frente do poder por sucessivas administrações. É pertinente as colocações feitas por Lunardi (2009, p. 172), acerca do resultado do conflito armado em Santa Catarina, tendo este um peso decisivo no campo político republicano catarinense:

A onda de violências e perseguições, prisões e fuzilamentos sumários conduzida contra os federalistas teve, pois, um caráter exemplar e um efeito coibidor e coercitivo, eliminando ou afastando muitos adversários e silenciando os demais. As eleições daquele ano, favorecidas pela ausência de oponentes, elevaram os republicanos novamente às posições dominantes no campo político. Além disso, consagraram como personagens proeminentes da política estadual tanto líderes já reconhecidos (caso de Lauro Müller) quanto pessoas que se destacaram durante a disputa armada (caso de Hercílio Luz). Dessa forma, no plano estadual, a derrota dos revolucionários significou simultaneamente a legitimação dos republicanos, a posse por eles dos cargos públicos e da decisão sobre os destinos do estado [...]

<sup>104</sup> Telegrama de Hercílio Luz a Floriano Peixoto, 28/09/1894, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.134).

<sup>105</sup> Telegrama de Hercílio Luz a Floriano Peixoto, 29/09/1894, Desterro – SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.134).

O conjunto documental analisado nesse estudo permitiu reconhecer as articulações e relações de poder associadas à emergência dos conflitos inerentes da Revolução Federalista no caso catarinense. O discurso construído, identificado na leitura das correspondências, evidenciou como a associação dos federalistas catarinenses ao movimento revolucionário sul-rio-grandense serviu enquanto dispositivo para desqualificá-los ao mesmo tempo em que legitimou o grupo ligado ao PRC ao espaço político recentemente alçado.

Enquanto Santa Catarina reorganizava o quadro de forças políticas dentro do estado e combatia os últimos revoltosos que debandavam para o Rio Grande do Sul, Gumerindo Saraiva já havia chegado ao Paraná e lá ganhara importantes batalhas, fazendo com que avançasse rumo ao centro do país. No capítulo subsequente alargar-se-ão as análises sobre tais eventos, identificando como a Revolução Federalista influi nos rumos políticos do estado paranaense. Ao mesmo tempo, elucidar-se-ão quais foram os motivos que levaram ao início da derrocada dos federalistas em solo paranaense, visto que ao não encontrarem outra saída, são obrigados a retornar ao Rio Grande do Sul, local em que ocorreriam os últimos e decisivos combates da guerra civil.



### **3 A REVOLUÇÃO CHEGA AO PARANÁ: DO AUGES REVOLUCIONÁRIO À DERROTA E TÉRMINO DA GUERRA CIVIL**

Partindo das reflexões tecidas até o momento, no terceiro capítulo analisar-se-ão os influxos da Revolução Federalista no Paraná até chegar ao término do conflito – quando as tropas legais derrotam os últimos revolucionários em solo sul-rio-grandense. Quanto à estruturação do terceiro capítulo, ele está dividido em três partes principais. Na primeira, aprofunda-se a discussão com o acréscimo de leituras que tratam sobre a temática da Revolução Federalista no estado paranaense, tendo como objetivo obter mais informações acerca da rearticulação do quadro político no Paraná, motivado pela implementação do regime republicano no país e pela revolta em seu território. Além disso, tomar-se-á conhecimento dos missivistas paranaenses que se destacaram no conjunto documental, elucidando qual a posição assumida por estes no contexto estudado. Por sua vez, a segunda parte trará à luz das discussões os resultados da análise sobre as fontes selecionadas, descrevendo de que forma as forças legais organizaram-se no Paraná e quais foram as estratégias políticas e discursivas utilizadas pelos remetentes. Já na terceira parte, elucidam-se os eventos que marcaram a tomada do estado e como estes foram reportados ao Rio de Janeiro, bem como quais foram as consequências da Revolução para a política local. E finaliza-se esse item com o regresso dos revolucionários federalistas ao Rio Grande do Sul, trazendo para as discussões as correspondências da época, as quais relatam os últimos embates das forças legais contra os revoltosos e legitimam a consolidação da República por Floriano Peixoto.

#### **3.1 A Revolução Federalista e a dinâmica política no Paraná**

Era janeiro de 1894, e sob o comando de Gumercindo Saraiva as tropas revolucionárias federalistas chegavam ao Paraná. A Revolução Federalista alcançava o seu auge com a tomada da capital Curitiba pelas forças revoltosas, e a investida ansiada pelo general comandante de marchar sobre a capital, Rio de Janeiro, parecia estar cada vez mais perto de se concretizar. Contudo, se a ofensiva em terras paranaenses representou o ápice da revolução, foi nesse mesmo estado que os federalistas sofreriam com diferentes reveses, obrigando-os a retroceder ao Rio Grande do Sul. É inegável a importância do papel desenvolvido pelo estado do Paraná para os rumos e o desfecho do conflito, nesse sentido, passa-se agora à compreensão da participação dos paranaenses nesse contexto.

Conforme Sêga (2001), a produção historiográfica paranaense acerca da Revolução Federalista teve-se, na maioria dos casos, a uma abordagem factual do conflito. Para tanto, cabe citar determinadas obras reconhecidas pela sua importância na produção historiográfica paranaense, como o trabalho *Para a história, notas sobre a invasão federalista no Estado do Paraná*, publicado em 1980, mas escrito ainda em 1894 por José Francisco da Rocha Pombo, jornalista, escritor, deputado provincial e testemunha ocular dos acontecimentos. O livro de Rocha Pombo é considerado uma obra de caráter memorialista que contém crônicas e depoimentos que retratam os acontecimentos que se deram no Paraná durante a Revolução. O relato dá especial atenção ao envolvimento e morte de Ildefonso Pereira Correia, o barão do Serro Azul, executado em maio de 1894, acusado de colaboracionismo com os federalistas gaúchos.

Entre outras produções, a obra *O Paraná e a Revolução Federalista* (1982), de David Carneiro – uma reedição ampliada de outra obra do autor *O Cerco da Lapa e seus heróis*, então editada no Rio de Janeiro no ano de 1934 –, é uma das mais citadas entre os trabalhos que discorrem sobre a revolta no estado paranaense. Fazendo parte da historiografia tradicional, Carneiro sustentou variados argumentos para reiterar a identidade político-cultural paranaense a partir da proclamação da República, encontrando no “memorável” cerco da Lapa fundamental argumentação identitária, sendo “essa a cidade casualmente designada pelas circunstâncias para servir de ponto de resistência no Paraná, contra a ameaçadora invasão federalista.” (CARNEIRO, 1982, p. 95). O autor também se utiliza do determinismo geopolítico para precisar a razão pela qual a Revolução Federalista iniciou-se em território gaúcho:

É o Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, o que mais presta às aventuras revolucionárias ou às correrias quixotescas dos cabecilhas guerrilheiros. A razão de ser é óbvia! Por um lado o aspecto geográfico de toda a campanha, o terreno menos acidentado em todo o Brasil Sul; por outro a proximidade da fronteira, o contacto com os caudilhos hispano-americanos, a vida de tropelias e contrabandos, a possibilidade de fuga à ação repressiva da lei penal (CARNEIRO, 1982, p. 57).

Em suma, o grande mérito de Carneiro, nas palavras de Sêga (2001), foi o de ser o maior propagador das ideias de Auguste Comte em solo paranaense. Em sua obra, encontra-se o encadeamento causal da Revolução Federalista no Paraná, cujo a tese central é de que a resistência na Lapa durante o cerco de vinte e seis dias permitiu a reorganização e o reforço das tropas legais que acabariam por impedir que os revoltosos avançassem para São Paulo. Nessa narrativa, as questões bélicas ganham destaque e os discursos enaltecidos conferem o *status*

de “heróis” àqueles que resistiram ao cerco, principalmente à figura do coronel Ernesto Gomes Carneiro como o “bravo herói da República”.

Enquadrando a Revolução Federalista no Paraná em uma explicação histórica mais ampla, tem-se o trabalho desenvolvido pelo historiador Rafael Augustos Sêga: *Tempos belicosos: a Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado (1889-1907)*, de 2005. O autor busca, por meio de uma abordagem historiográfica renovada, interpretar a revolta e seus efeitos na vida político-administrativa no Paraná, desvinculando-se, como o próprio autor ressalta, das armadilhas da história regional tradicional, que procura “efetuar uma homogeneização no imaginário paranaense, em que todos são herdeiros dos ‘heróis’ do cerco da Lapa, ou da ‘justa’ execução do barão do Serro Azul” (SÊGA, 2005, p. 22).

Em seu estudo, Sêga procura evidenciar as razões que levaram alguns setores da sociedade paranaense a aderir à Revolução Federalista. Para tanto, parte da hipótese de que a revolta em solo paranaense se constituiu em um momento crucial da cisão interna das camadas dominantes do Estado, rompendo com a ordem política herdeira do Império e resultando na rearticulação político-administrativa estadual (SÊGA, 2005, p. 15). Ainda de acordo com o autor, a parcela da sociedade paranaense que aderiu a causa defendida pelos revolucionários federalistas do Rio Grande do Sul possuía vínculos ideológicos ligados aos setores liberais e seus dependentes políticos estavam engajados no modelo econômico-político-social do Paraná Tradicional, o qual caracterizava-se pelo conservadorismo e pelo afastamento do debate nacionalmente travado sobre a crise da monarquia e o republicanismo. Em outras palavras, Sêga elucida que

os vínculos entre eles originavam-se por razões econômicas com raízes na própria atividade rural tradicional (no caso dos revoltosos do campo) e no pequeno comércio (no caso dos revoltosos urbanos). Seus capitais eram essencialmente comerciais e eles não conseguiam amealhar condições para promover aumentos na produção, na expansão ou na tecnificação (o que já havia ocorrido com a atividade ervateira), e, conseqüentemente, na capacidade de aumentar seus capitais e reinvestir na sua capacidade produtiva. Sob essas condições, os federalistas paranaenses não conseguiam enxergar, devido a sua “consciência real”, que sua decadência decorria muito mais da crise do modelo agrário-exportador do Império que do advento da República propriamente dita, mas, ao contrário, acreditavam que a mesma era um regime que punha em risco seu modo de vida e por isso queriam retornar a um *status quo ante* (SÊGA, 2005, p. 16).

Frente a isso, tal parcela viu na Revolução Federalista a possibilidade de restaurar a ordem social dos tempos do seu apogeu. Além do mais, Sêga (2005, p. 17) defende que os setores adesistas à Revolução se identificavam, em termos políticos, com a bandeira

parlamentarista levantada pelos federalistas gaúchos e, assim, a revolta viria como uma oportunidade de combater a liderança política regional representada por Vicente Machado e o projeto político centralizador de Floriano Peixoto.

Já no que se refere à dinâmica político-partidária no estado do Paraná, as facções políticas oriundas dos partidos imperiais permaneceram, com a República, configuradas em dois grupos distintos a partir das suas atividades econômicas, sendo estas agrupadas em torno dos antigos liberais, ligados à aristocracia campeira representantes do Paraná Tradicional, e dos antigos conservadores, burguesia industrial envolvida, principalmente, com a produção e a comercialização da erva-mate (SÊGA, 2005, p. 164). Os movimentos republicanos na província paranaense não chegaram a se aprofundar, tanto que a República foi implantada no Paraná “mais pela ausência de ação e conformismo, tanto dos liberais como dos conservadores, do que pela efetiva atuação de republicanos locais” (SÊGA, 2005, p. 166). Frente ao novo regime, os conservadores aderiram em bloco à nova ordem republicana e junto aos republicanos aglutinaram-se em torno de Vicente Machado da Silva Lima, fundando o Partido Republicano Federal (PRF). Já os liberais tinham como principal representante Generoso Marques dos Santos e foram responsáveis em organizar a União Republicana do Paraná (URP).

Como no restante do país, o contexto político no estado foi conturbado pelas constantes alternâncias de governantes durante os governos provisórios resultando, enfim, na vitória de Generoso Marques como o primeiro presidente eleito no Estado, em 1891, via eleições indiretas. Contudo, o apoio dado por este ao golpe de Deodoro da Fonseca em novembro do mesmo ano, acarretou seu afastamento do cargo, que seria ocupado por uma Junta Governativa ligada ao Partido Republicano Federal e a Vicente Machado. No poder, a Junta logo tratou de organizar uma nova eleição que acabou por eleger para o executivo estadual Francisco Xavier da Silva como governador e Vicente Machado como vice. Este último governaria o Estado como interino devido ao afastamento de Francisco Xavier por motivos de saúde (SÊGA, 2005, p. 168).

Dessa forma, foi possível que Vicente Machado se tornasse senhor da situação política, reorganizando a ordem republicana no Paraná. Como salienta Sêga (2005, p. 168), a subida deste ao poder representou o momento histórico do início do “predomínio político dos setores representantes da burguesia ervateira sobre a aristocracia campeira na condução da máquina administrativa do Estado do Paraná”. Para mais, o domínio político representado pelos republicanos arraigados em torno de Vicente Machado, colocava os antigos membros do Partido Liberal, a aristocracia agrária do Paraná Tradicional, no ostracismo dentro do novo quadro político que se configurava, o que acabou refletindo politicamente na aceitação e

identificação destes com os ideais defendidos pelos federalistas revolucionários do Rio Grande do Sul. Os estudos da historiadora Cecília Westphalen (1997, p. 15) apontam ainda que os federalistas sul-rio-grandenses encontrariam em solo paranaense numerosos adeptos, isso porque, há muito, devido ao comércio de tropas, os paranaenses tinham estreitas ligações com os gaúchos, estando bastante penetrados pelos ideais e princípios defendidos pelos federalistas. Sendo assim, o movimento revolucionário encontrava simpatias no Paraná. Além disso, salienta-se que o engajamento de setores da sociedade em ambos os lados faria do estado paranaense o cerne da luta armada durante a Revolução Federalista.

Portanto, destaca-se agora quem foram os missivistas mais assíduos que figuraram entre as correspondências enviadas do Paraná a Floriano Peixoto durante os anos de 1893-1894 (Apêndice C). O primeiro deles é o general Francisco de Paulo Argolo, visto que frente a ofensiva dos federalistas, ao general Argolo (1847-1930) foi incumbida a tarefa de conter os federalistas no Paraná antes que eles chegassem a São Paulo. No início de outubro de 1893, Argolo passou a comandar o 5º Distrito Militar sendo encarregado, assim, de formar batalhões patrióticos, equipar todos os conjuntos e formar uma coluna que marcharia o mais rápido possível para Santa Catarina com o propósito de repelir os adversários. Para a ação no Paraná, Argolo levou consigo oficiais do Exército e da Guarda Nacional do Rio de Janeiro, os quais chegaram em Paranaguá para reforçar as tropas legalistas em meados do mesmo mês (CARNEIRO, 1982, p. 75). O general marchou do Paraná para a cidade de São Bento, em Santa Catarina, mas devido à precariedade das forças legais frente o avanço dos revolucionários decidiu por retroceder refugiando-se em Rio Negro, marchando mais tarde para Lapa com sua coluna. Nas palavras de Carneiro (1982, p. 86), marechal Floriano que “não gostava daqueles que retrocediam, mesmo obrigados pelas circunstâncias ou pela prudência” decidiu substituir o comando do Distrito quando, no dia 02 de dezembro, passou a ser comandado pelo coronel Antônio Ernesto Gomes Carneiro.

Gomes Carneiro (1846-1894), outro dos missivistas que se destacam, nasceu em Serro, Minas Gerais, e já havia combatido na Guerra do Paraguai quando ocorre a Revolução Federalista. O comandante foi designado por Floriano para assumir o comando do Distrito, substituindo o general Argolo, e na cidade da Lapa organizou as forças legais que resistiram ao sítio feito pelos federalistas que perdurou por vinte e seis dias. Coronel Gomes Carneiro preferiu a morte à rendição e somente após seu falecimento a cidade capitulou frente às forças revolucionárias que a cercava. Muito se escreveu sobre o heroísmo de Carneiro, que ficou conhecido como “herói salvador” nas narrativas sobre o fato. Entre os autores que contribuíram para a construção de um imaginário coletivo sobre os “heróis da Lapa”, está David Carneiro,

que buscou em suas obras enaltecer os feitos militares e, em especial, a figura do coronel Carneiro:

Tinha na alma a cristalização máxima das qualidades de valentia e força, dignidade e pureza. Possuía, sobretudo, em sua tríplice modalidade, a qualidade viril a que denominamos caráter, com a qual eletrizava os seus comandados, transmitindo-lhes o ardor e as convicções que tinha consigo. Abrigando em seu coração os sentimentos mais nobres, possuidor de inteligência fora do comum, tinha energia verdadeiramente excepcional, de maneira a poder, em dado momento, transformar-se em órgão da Pátria ou da Humanidade, se uma ou outra dele exigisse um esforço ou um sacrifício (CARNEIRO, 1982, p. 167-168).

Destaca-se, ainda, o coronel Julião Serra Martins (1841-1906) que, após a capitulação de Desterro em setembro de 1893, partiu para o Paraná para unir-se às forças do general Argolo e, depois, assumiu o comando da 1ª Brigada na cidade da Lapa, lutando ao lado do coronel Carneiro (BENTO; GIORGIS, 1995, p. 7). Também, o ajudante de ordens, alferes Aristides Augusto Vilas Boas, que da mesma forma, ou seja, após a tomada de Desterro, partiu para o estado vizinho fazendo parte do 18º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional que capitulara no cerco da Lapa (VILLALBA, 1897, p. 103). Além destes, enfatiza-se o nome do general Francisco Raimundo Ewerton Quadros (1841-1919), comandante do corpo do Exército, encarregado de libertar o Paraná e o novo comandante do Distrito Militar no Estado após a retomada da capital Curitiba pelas forças legalistas.

Outro missivista que escrevia constantemente para Floriano é Vicente Machado da Silva Lima (1860-1907). Vicente Machado nasceu em Castro, formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo, onde foi contemporâneo de Silva Jardim, Assis Brasil e Júlio de Castilhos. Ingressou na vida política no Paraná em 1886, como deputado na Assembleia Legislativa Provincial pelo Partido Liberal, sendo o primeiro político paranaense a se declarar republicano. Com a proclamação da República, Vicente Machado aproximou-se dos antigos conservadores e debandou para o Partido Republicano Federal, sendo eleito deputado no Congresso Legislativo e Constituinte do Paraná. Em 1893, foi eleito vice-presidente do Estado, na gestão de Francisco Xavier da Silva, assumindo o executivo estadual devido ao licenciamento do governador. Com a tomada de Curitiba pelos federalistas gaúchos, Vicente Machado transferiu o governo para Castro assumindo o cargo de presidente interino do Paraná. Após a debandada das tropas revolucionárias do estado, passou a se preparar para a campanha ao Senado, acabando eleito para os mandatos de 1894-1903 e 1903-1912, mas desistindo do último para eleger-se como governador do Paraná em 1904 (SÊGA, 2005, p. 225-226).

Conforme Sêga (2005), Vicente Machado seria marcado, tanto na sua carreira política como pela historiografia, como o responsável pelos assassinatos ocorridos após o término da Revolução Federalista no Paraná, principalmente, pela execução do Barão do Serro Azul. Segundo o autor, “até hoje essa é a lembrança mais forte no imaginário paranaense atrelada à figura de Vicente Machado frente a Revolução Federalista, junto ao abandono de Curitiba diante da invasão dos insurretos” (SÊGA, 2005, p. 228).

Novamente, assim como nos outros estados analisados, percebe-se que a comunicação estabelecida com o governo federal era feita, sobretudo, por militares que ocupavam altas patentes ou postos importantes de comando na guerra e por políticos com cargos superiores no executivo estadual. Após esses delineamentos preliminares, agora entender-se-á de que forma esses sujeitos históricos reportaram os acontecimentos ao presidente Floriano Peixoto por meio da construção de seus relatos e discursos.

### **3.2 Operações e estratégias em território paranaense**

No contexto da Revolução Federalista, o estado do Paraná estava estrategicamente localizado, isto é, dividia a região sul do restante do país. Para os revolucionários, o Paraná representava o caminho necessário a ser transposto para chegar a São Paulo e, conseqüentemente, ao Rio de Janeiro. Já para o governo legal, este espaço tornava-se fundamental para que as forças legalistas pudessem articular a luta contra os federalistas sul-rio-grandenses.

Com a tomada de Desterro, as chances da ação revolucionária se alargaram sobre o Paraná era algo que se concretizava. O governador em exercício, Vicente Machado, ao saber da capitulação da capital catarinense, telegrafou ao presidente Floriano para demonstrar seu apoio ao governo federal e aproveitou para salientar que estava disposto a toda resistência e qualquer tentativa de investida contra o seu estado. Assim escrevia:

Diante factos occorridos Santa Catharina revolve esforços e concentro forças assegurar victoria aqui. Confesso a V. Exa. não contar commandando guarnição aqui, por constantes provas má vontade e sorateiras hostilidades. Estou disposto a todos os sacrificios em defesa da Republica e peço meios que torne efficaz minha acção.<sup>106</sup>

---

<sup>106</sup> Telegrama de Vicente Machado da Silva Lima a Floriano Peixoto, 01/09/1893, Curitiba – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 64)

Seu discurso buscava dar provas de lealdade à causa republicana e ao governo central mesmo frente às dificuldades encontradas e, ao mesmo tempo, procurava transparecer firmeza ao assegurar que todos os esforços estavam sendo feitos para garantir a vitória. Em outro telegrama enfatizou: “Estou com toda força de prontidão e na guarnição há muitos officiaes amigo do governo soldados leaes. Só abandonarei o meu posto vencido!”.<sup>107</sup> Como sabe-se, esse discurso inicial tornar-se-ia um tanto quanto contraditório à sua prática futura, visto que mais tarde o governador decidiria por retirar-se de Curitiba diante da invasão dos revolucionários gaúchos ao estado.

De modo simultâneo, por mais que as forças revolucionárias já tivessem avançado sobre Santa Catarina, Vicente Machado parecia ainda duvidar que estas conseguissem alcançar o Paraná, relatando que tudo estava em paz e que a invasão seria mais boatos divulgados pela oposição do que realidade de fato. Indo ao encontro de tal posicionamento, assim afirmava:

Desconfio que movimento que há na fronteira Santa Catharina é no sentido de evitar entrada de forças leaes naquelle Estado, e não de aggressão e invasão neste, apesar de muito annunciados. Tenho muita vigilância na fronteira e em toda zona litigiosa.  
108

De toda forma, o governador telegrafava diariamente a Floriano relatando sobre todas as medidas que estavam sendo tomadas para a defesa do território paranaense, sem deixar de solicitar, constantemente, auxílio financeiro para a organização das forças em razão das dificuldades pecuniárias enfrentadas devido à situação. Outra questão recorrente em sua correspondência, referente ao início do mês de setembro de 1893, era o pedido ao presidente pela decretação do estado de sítio:

Ouvindo Presidente do congresso, Commandantes corpos de força estadual, officiaes do exercito e amigos influentes da situação, são de parecer que diante das ameaças em que está a ordem publica, deve ser declarado estado de sitio neste estado, para fazer abortar qualquer plano revolucionário que possa resultar a provável invasão do estado por forças de Santa Catharina e por isso solicito-a de V. Ex.<sup>109</sup>

Segundo o governador, os constantes pedidos para a decretação do estado de sítio se davam devido à urgência da situação, visto que “a oposição agia no sentido de articular a

---

<sup>107</sup> Telegrama de Vicente Machado da Silva Lima a Floriano Peixoto, 01/09/1893, Curitiba – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 64)

<sup>108</sup> Telegrama de Vicente Machado da Silva Lima a Floriano Peixoto, 12/09/1893, Curitiba – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 64)

<sup>109</sup> Telegrama de Vicente Machado da Silva Lima a Floriano Peixoto, 11/09/1893, Curitiba – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 64)



invasão dos revolucionários no estado”.<sup>110</sup> Tal declaração demonstra como as expectativas de significação presentes no discurso de Vicente Machado se contradizem, quando este declara, em parte, estar confiante que a suposta invasão não havia de se concretizar, mas, ao mesmo tempo, deixava transparecer que a movimentação dos revolucionários gerava preocupações e abalava as suas convicções.

Em 25 de setembro de 1893, Floriano Peixoto decretou o estado de sítio nos estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo e no Distrito Federal. Cerca de um mês depois, chegava a Curitiba os reforços enviados ao estado para organizar o ataque aos revoltosos sob o comando do general Francisco Argolo, que ali compareciam após seis dias de viagem por “camminhos impossíveis e lutando com innumeras dificuldades”.<sup>111</sup> O general Argolo foi incumbido pessoalmente por Floriano para assumir o comando do 5º Distrito Militar e a defesa do Paraná. Na mesma época, começaram a ser organizados os “batalhões patrióticos”, compostos por militares e voluntários, frente ao clima de guerra que já se demonstrava iminente no estado (SÊGA, 2005, p. 175).

Desde sua chegada, Argolo passou a expor em sua correspondência a Floriano Peixoto todas as dificuldades encontradas em solo paranaense:

[...] faço amanhã cedo de accordo governador seguir para litoral o batalhao patriotico daqui. Estou organizando aceleradamente a defesa desta capital e com dificuldades extremas sendo o melhor meio de conseguir arranjar força com que possa seguir meu objectivo. É indiscreptivel estado desorganização em que tudo encontrei quase nada existindo. Não há infantaria e o insignificante numero existente, sem fardamento e absolutamente sem instrucção. A cavallaria sem pessoal e sem cavallos e armamentos com clavinhas que o governador emprestou. Artilharia não possui armamentos siquer para puxar uma peça porque o existente já foi dado em consumo há 4 annos, pelo que foi mandei apromptar rapidamente no commercio o necessário para 4 boccas de fogo. Nada quasi havia de munição e só a custo consegui saber o pessoal e o material de cada corpo. [...] em breve terei tudo em condições melhores embora fique dispondo de uma guarnição extremamente insufficiente para as circunstancias especialmente por falta de infantaria que de novo solicito de V. Ex.<sup>112</sup>

Também, o governador Vicente Machado reforçava nos telegramas a precariedade das condições ao afirmar que a Guarda Nacional que se encontrava na capital estava composta de aproximadamente 600 homens não contando sequer com 300 armas e em Paranaguá enfrentava-se as mesmas dificuldades, visto que possuía apenas 300 homens e não mais de 150

<sup>110</sup> Telegrama de Vicente Machado da Silva Lima a Floriano Peixoto, 13/09/1893, Curitiba – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 64)

<sup>111</sup> Telegrama de Francisco de Paula Argolo a Floriano Peixoto, 16/10/1893, Curitiba – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 64)

<sup>112</sup> Telegrama de Francisco de Paula Argolo a Floriano Peixoto, 19/10/1893, Curitiba – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 64)

carabinas.<sup>113</sup> Frente às condições que expunha, era solicitado a Floriano, quase que diariamente, que mandasse auxílio financeiro e bélico para a região. General Argolo, que ficou responsável por organizar as forças governistas e marchar para Santa Catarina a fim de deter o avanço dos revolucionários, relatava ao presidente o quão difícil era a conjuntura na qual se encontrava e como a devida marcha seria prejudicial à defesa do Paraná:

Acabei telegraphar V. Exa. pedindo armas e expondo não só dificuldades com que tenho lutado para organizar uma pequena columna com que marcharei, com a necessidade de deixar organizada a defesa d'este Estado, para que não succeda que em vez reconquistar S. Catharina tinha de retroceder para reconquista Paraná, cujos diminutos elementos de defesa sou forçado levar quasi no todo compondo minha columna. Recebi agora telegramma V. Ex. sobre urgência minha marcha. V. Ex. comprehenda, conhecendo meus sentimentos de soldado a ansiedade que tenho de tomar offensiva, embora sem elementos que sempre solicitei, mas não a fiz já como expuz V. exa. porque conhecedor dá situação aqui, sabendo dos elementos que se congregam para agir minha ausência tenho batalhado sem descanso para não se realizar o que pretendem não só rebeldes como federalistas deste Estado, cujo Governador com a marcha do corpo de segurança ficará sem elementos para manter a ordem. Estou com a minha columna preparada e tidas as providencias tomadas para a marcha que vou iniciar com maior rapidez devo, porém, declarar V. Ex. que embora as mais repetidas providencias e cuidados as medidas tomadas não posso assegurar o êxito da defesa neste Estado, agora mesmo acabo de saber pelo Tenente Murvey chegado de Desterro das intenções dos revoltosos que se apromptam para vir atacar Paraná não só pelo interior que repellirei na minha marcha como pelo litoral dando desembarque em pontos que deixara na minha retaguarda e protegidas pela esquadra de que dispõem.<sup>114</sup>

Esse trecho demonstra como a expectativa de invasão ao estado do Paraná era encarada como algo efetivo ainda que com meses de antecedência. Verifica-se, além disso, que desde o início Argolo buscou alertar sobre a situação e as adversidades encontradas para reunir os elementos necessários para a defesa e o avanço contra os revoltosos. De acordo com Lacerda (1985), o material bélico utilizado pelas forças legalistas era herança da Guerra do Paraguai (1864-1870), ou seja, tratava-se de materiais precários que, somados ao baixo número e às condições dos combatentes, contribuíam para o prejuízo que a resistência sofria com inúmeros reveses. De toda forma, o plano de marchar rumo a Santa Catarina foi posto em prática e, em 30 de outubro de 1893, Argolo escreveu para Floriano informando que “os distinctos e patrioticos camaradas que comigo seguem marcham na firme convicção que para o

<sup>113</sup> Telegrama de Vicente Machado da Silva Lima a Floriano Peixoto, s/d, Curitiba – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 64)

<sup>114</sup> Telegrama de Francisco de Paula Argolo a Floriano Peixoto, 29/10/1893, Curitiba – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 64)

comprimmento do dever na defesa do governo constituído e da Constituição o soldado Brasileiro não viza sacrificios.”<sup>115</sup>

O que pode-se inferir após o exposto é que, mesmo o governo legal defendendo reiteradamente que sua condição era de sempre estar pronto para a “defesa da República”, a real condição era de muitos impasses e obstáculos frente a um inimigo que parecia ostentar cada vez mais força. No desenrolar dos acontecimentos, o general Argolo, sabendo que o comandante Piragibe se aproximava do Rio Negro, telegrafou a Floriano comunicando que estava indo ao encontro do federalista para bater as forças revoltosas, afirmava o general estar confiante frente à disposição dos seus comandados e que estava certo que nada lhes aconteceria.<sup>116</sup>

Entretanto, ao que tudo indica, Argolo decidiu mudar sua estratégia ao saber da ofensiva do inimigo, o que pode ser atestado nas correspondências que seguem. O acontece é que, naquele momento, os líderes paranaenses escreviam para Floriano informando já saberem da tomada de Lages pelos federalistas e que as forças comandadas por Gumercindo Saraiva marchavam rumo ao Paraná contando com grande contingente de revolucionários. Nesse contexto, o general, incumbido de impedir o avanço dos inimigos, decidiu por retroceder. Sendo assim, explicou ele, em telegrama a Floriano, os motivos que o fizeram tomar tal decisão. Segundo o emissor, ao receber a notícia que a coluna de mais de 2.000 homens comandada por Gumercindo marchava de Curitiba rumo ao Paraná, decidiu suspender o plano de atacar Piragibe e avançar para Desterro. Continuava o telegrama argumentando que se continuasse a marcha ficaria sem tempo de acudir o Paraná, local em que não havia elementos de resistência suficientes. Assim, tendo que tomar uma resolução, decidiu junto aos outros oficiais comandantes que a continuação de sua marcha deixaria o Paraná à mercê dos revoltosos, o que resultaria não apenas na perda do estado, como também no aniquilamento da sua coluna que contava com menos de 500 homens. Por fim, optaram como resolução que, antes de tudo, era necessário guardar o Paraná contra a invasão e uma vez repelida e destroçada a coluna de Gumercindo e reforçada a sua, dariam prosseguimento ao plano de seguir como reforço para Desterro. Finalizava suas justificações com o apelo de ser compreendido:

---

<sup>115</sup> Telegrama de Francisco de Paula Argolo a Floriano Peixoto, 29/10/1893, Curitiba – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 64)

<sup>116</sup>Telegrama de Francisco de Paula Argolo a Floriano Peixoto, 09/11/1893, Rio Negro – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 65)

[...] V. Ex. sabe quanto me custa a volta em vez de avançar e acreditará que só a consciência da responsabilidade que tenho, me obrigaria a tomar esta resolução que V. Ex. julgará se é como supunho criteriosa e acertada.<sup>117</sup>

Não se sabe qual foi a resposta de Floriano Peixoto à decisão tomada pelo general, mas, em meados do mês de novembro, coronel Gomes Carneiro era nomeado para o comando da guarnição da Lapa, e o general Pêgo Jr. para o do 5º Distrito Militar, em Curitiba (SÊGA, 2005, p. 177). Já o governador Vicente Machado buscava dar provas da sua dedicação à causa republicana defendendo em seu discurso que estava disposto a passar o governo para seu substituto a fim de organizar coluna para marchar para onde “exigisse defesa do estado e da República”.<sup>118</sup> Durante as análises, tornou-se evidente que a retórica de Vicente Machado, não diferenciando-se da dos missivistas aqui analisados, sempre esteve permeada por locuções que elevavam os sentimentos patrióticos ou enalteciam a figura de Floriano Peixoto e exaltavam a República, contrapondo-se ao tratamento depreciativo dado aos opositores, como é possível observar no telegrama enviado na ocasião do aniversário no novo regime:

Cumprimento e felicito a V. Ex. na data gloriosa que assinala o aniversário da Proclamação da República e faço votos para que esta pungente actualidade creada pela ambição de maus brasileiros seja em breve substituída por paz duradoura que garanta a consolidação da forma de governo que eleva e felicita a pátria.<sup>119</sup>

Novamente, identifica-se a desqualificação do adversário como algo recorrente entre as correspondências, portanto, sob essa perspectiva, a causa revolucionária não passaria de ambições pessoais em oposição à inspiração coletiva representada, nesse caso, pela República. Compreende-se que essa retórica vem ao encontro do contexto em que se encontravam os atores e suas agremiações políticas na época. Nessa conjuntura, o comprometimento e o compartilhamento de ideias comuns com relação à República e sua consolidação fazia parte do universo de sociabilidade que iam tecendo os indivíduos no quadro político que se configurava e, por conseguinte, era nele que necessitavam assentar suas bases.

Ao mesmo tempo, a análise das correspondências possibilita recompor outros aspectos, menos formais, da realidade vivida por estes indivíduos frente às dificuldades e divergências enfrentadas pelas circunstâncias da guerra. Nos telegramas que datam os meses finais de 1893

<sup>117</sup> Telegrama de Francisco de Paula Argolo a Floriano Peixoto, 14/11/1893, São Bento - SC. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 65)

<sup>118</sup> Telegrama de Vicente Machado da Silva Lima a Floriano Peixoto, 18/11/1893, Curitiba – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 65)

<sup>119</sup> Telegrama de Vicente Machado da Silva Lima a Floriano Peixoto, 15/11/1893, Curitiba – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 65)

é possível verificar, além dos detalhes sobre a movimentação das tropas e estratégias militares, muitas reclamações acerca das condições enfrentadas pelas tropas legais, por vezes desfalcadas e sem armamento, o que se refletia em constantes e insistentes pedidos de auxílio ao governo federal. Igualmente, os missivistas relatavam ser de suma importância que o estado de São Paulo colaborasse com os reforços para a defesa do Paraná, sendo recorrente essa questão tanto na correspondência emitida pelos generais em comando quanto pela do governador Vicente Machado, como verifica-se no seguinte trecho:

Tendo pedido ao Presidente São Paulo que visto a necessidade que tenho concentrar força sul do Estado, para repellar invasão mandasse pelo Itararé 400 homens para estacionar em Ponta Grossa ponto estratégico donde poderão seguir para qualquer lugar, me respondeu o Doutor Bernardino que tem gente, porém não dispõe de armas e que eu me entendesse com V. Ex. 400 armas e munições, que peço sejam remmetidas para São Paulo.<sup>120</sup>

Em outro telegrama, o general Argolo salientava que o auxílio dado por São Paulo importava não somente ao Paraná, mas ao próprio estado vizinho:

Preciso urgentemente que V. Ex. obtenha ao menos Dr. Bernardino de Campos em São Paulo uns 500 homens afim de que eu possa guarnecer não só os pontos indicados como para ter um ponto de apoio nesta Villa, e convencendo de que a defesa fronteira do Paraná importa a de S. Paulo pois se Paraná for invadido sem duvida alguma será S. Paulo.<sup>121</sup>

Além dos obstáculos na organização de uma defesa efetiva contra a invasão revolucionária, as forças legais encontravam outro problema: a sublevação de grupos organizados em diferentes pontos do estado, reconhecidos como “federalismos locais”. Em diferentes telegramas atesta-se essa situação, como na passagem descrita por general Argolo:

[...] o federalismo local não é fraco e tem nos creado serias dificuldades como ainda agora acaba fazer destruindo antes de minha retirada a importante ponte sobre o Rio da Vagem que tive que mandar reconstruir rapidamente e tudo isto feito por cinquenta homens capitaneados por Miguel Fragozo e José Grego este pessoa de Dr. Doria e aquelle preposto de Dr. Pacheco chefe residente nesta cidade homem que dispõe de toda a caboclada da margem do rio Negro e que acabo mandar prender e vou fazer outro tanto outros sub-chefes pois os quaes não só estão á espera do momento para entrar na lucta como tem no serviço activo de espiões de tal modo Piragibe é sabedor de todos meus movimentos e providencias.<sup>122</sup>

<sup>120</sup> Telegrama de Vicente Machado da Silva Lima a Floriano Peixoto, 15/11/1893, Curitiba – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 65)

<sup>121</sup> Telegrama de Francisco de Paula Argolo a Floriano Peixoto, 16/11/1893, Rio Negro - PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 65)

<sup>122</sup> Telegrama de Francisco de Paula Argolo a Floriano Peixoto, 24/11/1893, Lapa - PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 65)

Vicente Machado igualmente relatava: “colonos revoltosos no interior. Autoridades se sentem ameaçadas. Federalismo local capitaneados por um padre polaco. Todos esses movimentos obedecem evidentemente a um plano”.<sup>123</sup> A referência aos “polacos” junto aos levantes apresentou-se, também, em outros relatos, portanto, concorda-se com o autor Rafael Sêga quando este afirma que nem só os membros da sociedade camponesa do “Paraná Tradicional” aderiram aos revoltosos gaúchos, mas também os imigrantes polacos. Conforme o autor, a adesão de imigrantes à Revolução Federalista no Paraná foi o reflexo da insatisfação desses sujeitos com as políticas de assentamento iniciadas pelos governos republicanos federal e estadual, bem como os maus tratos cometidos pelas autoridades na nova terra. Além disso, o autor evidencia que imigrantes italianos (alguns ativistas anarquistas) e alemães também participaram da contenda ao lado dos federalistas do Paraná, embora suas atuações tenham sido muito mais restritas do que a dos polacos (SÊGA, 2005, p. 180).<sup>124</sup>

Já com a chegada do coronel Gomes Carneiro ao Paraná para assumir o comando das tropas, em substituição ao general Argolo, é iniciada a reorganização das forças de defesa no estado. Contudo, essa reestruturação encontraria, além das adversidades aqui já apontadas, dificuldades devido às divergências entre chefes ali atuantes, como pode ser atestado na narrativa que Gomes Carneiro faz sobre seu antecessor: “Argolo muito despeitado influenciado por Fabio Azambuja muito pernicioso, federalista declarado intimo general seu conselheiro”.<sup>125</sup> Em outro telegrama, continuava a expor os embaraços criados por Argolo:

General levou d'aqui armas, munições, officiaes e praças, além disso destacou d'estas forças 50 praças a 20 léguas de distancia para retaguarda, procurou levar todos os officiaes capazes, desanimou toda a tropa dizendo que seria infalível a morte se marchasse para frente. [...] recebi commando hontem a tarde, mesmo estando aqui desde dia 25, antes meio dia. É evidente que nenhum auxilio devo esperar districto. Em todo caso só penso em avançar, por confiança e para não merecer censura e trabalho sem descanso nesse sentido. Viva a República!<sup>126</sup>

A correspondência que segue do autor continua descrevendo os empecilhos criados pelo general Argolo, principalmente no que diz respeito à remessa de recursos e aos armamentos

---

<sup>123</sup> Telegrama de Vicente Machado da Silva Lima a Floriano Peixoto, 23/11/1893, Curitiba – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 65).

<sup>124</sup> De acordo com Sêga, durante a invasão ao Paraná pelos revolucionários gaúchos, a colônia de polacos de São Mateus, sob a chefia Antônio Bodziack, chegou a atacar a localidade paranaense de São João do Triunfo e a organizar três batalhões patrióticos federalistas (2005, p. 180).

<sup>125</sup> Telegrama de Antônio Ernesto Gomes Carneiro a Floriano Peixoto, 28/11/1893, Lapa – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 65).

<sup>126</sup> Telegrama de Antônio Ernesto Gomes Carneiro a Floriano Peixoto, 28/11/1893, Lapa – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 65).

que deveriam vir da capital. Outros missivistas também reportavam a situação ao presidente, conforme certifica-se na passagem de autoria do ajudante de ordens, Aristides Vilas Boas: “aqui me acho auxiliando Coronel Serra Martins até chegada Pêgo quando seguirei incorporar me columna coronel, este luctando grandes difficuldades creadas pelo antecessor para não ver a evidencia de sua falta”.<sup>127</sup> Até mesmo o governador Vicente Machado deu relevo ao comportamento embaraçoso do general e à má impressão que ocasionou sua marcha em retirada:

Acho de toda conveniencia vinda força para estacionar em ponto donde possa acudir toda a fronteira [...] Toda fronteira do Paraná está invadida de emigrados federalistas que unidos ao elemento local dará a mão a qualquer tentativa de invasão. Por isso pedi em tempo ao Dr. Bernardino a força que Marechal Enéas em telegramma aconselhou-me dispensar. [...] cabe-me informar V. Ex. que retirada operada pela columna General Argollo animou extraordinariamente inimigos que apesar inssufficiencia numero repetem ameaças diariamente e tentará tudo logo que se aproximem forças que apesar de perseguidos procuram reunir-se a os mesmos que estão ao mando de Piragibe. Em reserva digo a V. Ex. General Argollo aqui de volta fez propaganda de seu plano declarando inevitável invasão e creando verdadeiro alarme no espírito de todos. Coronel Carneiro deve ter informado V. Ex. dos não poucos embaraços que tem tido e pelo mesmo creado.<sup>128</sup>

As constantes reclamações reportadas a Floriano provavelmente contribuíram para a saída do general Argolo do teatro das operações militares em solo paranaense, sendo chamado a retornar ao Rio de Janeiro. Do trecho acima apresentado, igualmente depreende-se que a invasão ao Paraná já se sentia iminente, tanto que levou o governador a solicitar auxílio de São Paulo, mesmo sendo aconselhado pelo ministro da Guerra, marechal Enéas Galvão, a não o fazer. Indo ao encontro do discurso do governador, coronel Gomes Carneiro solicitava que, com urgência, o governo federal providenciasse junto ao estado de São Paulo o auxílio necessário. Como atesta a documentação, o federalismo local se revelava cada vez mais organizado e não era pequeno, conforme a própria narrativa do coronel Carneiro, em que alertava que estes há dias já se manifestavam somente com a vaga notícia da aproximação de Gumercindo Saraiva.<sup>129</sup>

Para além, através do conjunto de correspondências que antecede a invasão das forças revolucionárias, é possível conhecer o contexto de adversidades vivido pelas forças legais que, muitas vezes, acabou sendo mascarado pelas narrativas de vitórias e enaltecimentos de personagens construídos ao longo do tempo sobre a revolução. Sobretudo, a correspondência

<sup>127</sup> Telegrama de Aristides Augusto Vilas Boas a Floriano Peixoto, 28/11/1893, Lapa – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 65)

<sup>128</sup> Telegrama de Vicente Machado da Silva Lima a Floriano Peixoto, 05/12/1893, Curitiba – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 66)

<sup>129</sup> Telegrama de Antônio Ernesto Gomes Carneiro a Floriano Peixoto, 04/12/1893, Lapa – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 66)

de Gomes Carneiro é alusiva sobre essas condições, chegando este a escrever que estava desesperado pela falta de tropas para efetivar a ofensiva sob o inimigo,<sup>130</sup> e que mesmo após grandes promessas de dinheiro, estava quase impossível achar quem se dispusesse “transpor linhas inimigas”.<sup>131</sup>

Se a conjuntura se mostrava desfavorável, certamente a responsabilidade da situação não era facultada ao presidente Floriano, ao menos não pelos chefes militares que lhe escreviam periodicamente dando provas de sua afeição e estima. Tem-se, a exemplo disso, desejos de o novo batalhão patriótico formado levar o nome de “Batalhão Floriano Peixoto” como “o pleito de Justiça que os Defensores da República neste recanto da nossa pátria voltam ao heroico defensor da honra e dos direitos do povo brasileiro”,<sup>132</sup> conforme o discurso do coronel Gomes Carneiro, ou o “nome que para todo o brasileiro exprime o penhor mais seguro da sua honra e da salvação da República”,<sup>133</sup> nas palavras do comandante e líder local, Joaquim Lacerda.

Já nos dias finais do ano de 1893, as forças comandadas por Gomes Carneiro bateram-se contra as de Piragibe, nas proximidades do Rio da Várzea, onde dali saíram com vantagem sobre o inimigo. Esse embate acabaria por animar as forças governistas, como deixa transparecer em suas palavras, Vicente Machado:

Conte com o apoio do Povo Paranaense, que há de sellar com seu sangue a sua dedicação a obra gloriosa da revolução de 15 de Novembro! Abaixo a restauração monarchica! Morra os inimigos da Pátria! Viva a República! Viva o governo legal!<sup>134</sup>

O coronel Gomes Carneiro igualmente mostrava-se motivado e decidido a marchar em ofensiva, ou, ao menos, seu discurso buscava construir uma imagem diferente da de seu antecessor (que optara por retroceder):

Tinha dado ordem marcha toda columna quando recebi hoje vosso telegramma. Entendia que era necessário atacar fosse como fosse desde que nossos irmãos luctavam para impedir concentração de forças contra elles. É verdade que disponho de 500 homens, não contando os patriotas ainda não preparados convenientemente, mas meu dever era marchar e nesse sentido dei as ordens apenas tive a noticia que vos transmitti alias de accordo na parte mais essencial, remessa de auxílios de Piragibe para outros chefes como depoimento dos prisioneiros. A vista de vossas ordens espero

<sup>130</sup> Telegrama de Antônio Ernesto Gomes Carneiro a Floriano Peixoto, 05/12/1893, Lapa – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 66)

<sup>131</sup> Telegrama de Antônio Ernesto Gomes Carneiro a Floriano Peixoto, 08/12/1893, Lapa – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 66)

<sup>132</sup> Telegrama de Antônio Ernesto Gomes Carneiro a Floriano Peixoto, 08/12/1893, Lapa – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 66)

<sup>133</sup> Telegrama de Joaquim Rezende Lacerda a Floriano Peixoto, 10/12/1893, Lapa – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 66)

<sup>134</sup> Telegrama de Vicente Machado da Silva Lima a Floriano Peixoto, 14/12/1893, Curitiba – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 66)



um pouco, sempre em attitude de marcha e aproveitou o tempo completando organização e fazendo largas partidas que vão dando bons resultados dissolvendo bando federalistas locais, tirando-lhe recursos que pretendem reunir para enviar a Santa Catharina desmoralizando os e aguerrindo nossas forças [...] pedi directamente Presidente S. Paulo apressar marcha, porque povo da Lapa receia tomada desta cidade apenas eu marche, não obstante deixar a maior parte ou mesmo todos os patriotas daqui. Piragibe e seus auxiliares paranaenses votam ódio de morte a nossas forças principalmente o que muito nos lisonjeia [...], dizem pelos arraiaes federalistas grande impressão derrota que soffreram Rio da Varzea; ultimas informações dão mais de 60 mortos e da melhor gente [...] creio que se preparam importantes acontecimentos favoráveis a República.<sup>135</sup>

Logo, Gomes Carneiro acertara quando pressentia que se preparavam importantes acontecimentos, contudo, talvez nem tão favoráveis para o hoste legalista. Dado que no Rio Grande do Sul os federalistas davam continuidade ao cerco de Bagé desde o mês de novembro. O almirante Saldanha da Gama declarava seu apoio à Revolta da Armada e as forças revolucionárias comandadas por Gumercindo e por Piragibe alçariam suas investidas chegando ao Paraná no início de 1894. Gomes Carneiro estava ciente do perigo da tomada da cidade da Lapa, como pode-se atestar por meio do trecho acima, e, por isso, negociava directamente com o governador do estado de São Paulo o reforço que tanto solicitara ao longo da sua correspondência. Porém, antes que este chegasse, o último estado do Sul cairia no poder dos federalistas gaúchos e, em solo paranaense, a Revolução Federalista tomaria novos rumos: indo do seu auge ao início da sua derrocada.

### **3.3 Do ápice à queda: a tomada do Paraná e a derrota revolucionária**

No que diz respeito a ação revolucionária no estado do Paraná, três foram os setores de luta armada: Paranaguá, Tijucas e Lapa. Conforme Sêga (2005, p. 180), essas localidades talvez tenham sido escolhidas por abrigarem guarnições militares, podendo os revoltosos se apoderarem dos armamentos lá existentes. Contudo, o que se identifica na correspondência referente ao início de 1894 foi um discurso cercado por otimismo e convicções de que o inimigo não ganharia terreno em solo paranaense. Gomes Carneiro relatava que os “bandidos” não encontravam nenhuma adesão e as tentativas revolucionárias iam se abortando.<sup>136</sup> Além disso, o governador Vicente Machado estava tomando as providências necessárias, ou seja, punindo

<sup>135</sup> Telegrama de Antônio Ernesto Gomes Carneiro a Floriano Peixoto, 19/12/1893, Lapa – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 66)

<sup>136</sup> Telegrama de Antônio Ernesto Gomes Carneiro a Floriano Peixoto, 01/01/1894, Lapa – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 123)

severamente os “cabeças” federalistas que se empenhavam para conflagrar o Paraná, mas que não o conseguiriam.<sup>137</sup>

Quando foi iniciado o ataque a Paranaguá, em 15 de janeiro, comandado por Custódio de Mello que abriu a frente das operações no porto da cidade com o cruzador “República”, Vicente Machado telegrafou a Floriano dando certeza de que a guarnição ali a postos repeliria o desembarque: “tenho confiança que a pirataria monarchica não porá pés em terra [...] revolucionários estão pondo em prática plano de ataque por mar e por terra do Paraná mas hão de ser batidos [...] havemos de queimar o último cartucho”.<sup>138</sup> Essas sentenças, entre outras, eram os juízos feitos da situação pelo governador e reportados ao Rio de Janeiro em sua correspondência. Entretanto, o que aconteceu foi que, na ocasião do avanço revolucionário sobre Paranaguá, o general Pêgo Jr. estava responsável pela defesa da cidade e acabou decidindo pela retirada das suas tropas em atitude precipitada, entendendo que o ataque teria culminância e desembarque na cidade de Antonina. Porém, o desembarque ocorreu justamente em Paranaguá que, mesmo com um pequeno esforço de resistência por parte de tropas governistas que ali ficaram, acabou sendo tomada no início de janeiro de 1894 (WESTPHALEN, 1997, p. 16). Lastimando o acontecido, Vicente Machado assim narrou o acontecido:

Desde duas horas tarde não tínhamos noticias de Paranaguá e acabamos de tel-as tristíssimas por alguns officiaes e praças que chegaram a Morretes. Revoltosos depois de bombardearem a cidade desde 8 horas manhã até onze sem nada poderem obter retiraram-se com direção Antonina donde voltaram recomeçando o fogo as 2 e durou até 5 tarde quando no posto de Pedro 2º fizeram desembarque de 800 homens tomando a cidade onde tínhamos 600 homens, 7 boccas de fogo [...] Tivemos perdas e de vidas preciosas e os nossos soldados que se bateram foram victimas desse desastre que difficulta as condições de defezas do Estado e cuja responsabilidade não quero atribuir a este ou aquelle sem perfeito conhecimento dos factos [...]. Tornas sê-me dolorosíssimo, acoroçoa-me a mais empenhar-me na luta contra estes bandidos que infestam a pátria e desmoralisam Republica.<sup>139</sup>

Ressalta-se que esse é um dos últimos telegramas de autoria de Vicente Machado enviados a Floriano presente no conjunto documental analisado. Para mais, as cidades de Antonina e Morretes foram sucessivamente ocupadas. Em Tijucas, desde o dia 11 de janeiro registravam-se combates entre os federalistas comandados por Gumercindo e os legalistas

<sup>137</sup> Telegrama de Vicente Machado da Silva Lima a Floriano Peixoto, 13/01/1894, Curitiba – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 123)

<sup>138</sup> Telegrama de Vicente Machado da Silva Lima a Floriano Peixoto, 15/01/1894, Curitiba – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 123)

<sup>139</sup> Telegrama de Vicente Machado da Silva Lima a Floriano Peixoto, 17/01/1894, Curitiba – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 123)

comandados pelo coronel Adriano Pimentel, o qual, embora conseguisse resistir há um cerco de oito dias, não pôde deter a marcha revolucionária (WESTPHALEN, 1997, p. 16). A essa altura, utilizando das palavras de Sêga, o general Pêgo Jr., que estava responsável por guarnecer Curitiba, “completaria sua fanfarronada fugindo para São Paulo”. Sem meios de oferecer resistência, Vicente Machado também abandona a cidade, transferindo a capital para Castro, cidade próxima à divisa com o estado paulista. Já em 20 de janeiro, o próprio Custódio de Mello entrava em Curitiba já abandonada pelo governo estadual. A cidade foi ocupada militarmente sob o comando do chefe federalista Menezes Dória, que seria aclamado governador provisório do estado do Paraná (SÊGA, 2005, p. 181).

Percebe-se como o discurso construído ao longo das correspondências pelo governador em exercício, Vicente Machado, sobre “defender a todo custo o estado” e “resistir até o fim”, perde significação quando os invasores não encontram a menor resistência em Curitiba. Sendo assim, os próprios simpatizantes do governo são tomados pelo desânimo da retirada precipitada de Pêgo Jr. e do governador e não têm outra alternativa senão a de ceder à investida dos federalistas sul-rio-grandenses. Novamente, a documentação analisada atesta aquilo que Sêga (2005, p. 182) elucida em sua pesquisa ao aferir que, mesmo sabendo de antemão dos movimentos revoltosos, o governo legalista no Paraná mostrou-se completamente despreparado contra o inimigo. Da mesma forma, nota-se como os constantes apelos feitos pelos chefes militares e pelo próprio governo estadual – sobre a falta de munições e dificuldades enfrentadas para arregimentar forças de defesa – ao governo federal não foram suficientes, o que certamente contribuiu para o insucesso na defesa do estado e para a ocupação do território paranaense pelo movimento revolucionário.

Com a tomada de Curitiba, Gumercindo Saraiva telegrafou ao Rio de Janeiro concitando Floriano a deixar o poder, como pode-se conferir a partir da documentação presente na obra de Epaminondas Villalba:

Desde capitulação Tijucas e ocupação Curityba, 18, que Paraná está conquistado. Vossas forças evadiram-se. Estou concentrado n’esta cidade meu exercito para marchar sobre S. Paulo. Muito luto e muita dôr enchem nossa querida Patria, e antes de travarmos novas luctas faço um appello vosso patriotismo, concitando-vos deixar suprema magistratura paiz [...] (VILLALBA, 1897, p. 236).

A audácia do general, contudo, não chegaria a se concretizar. Ainda restava aos revolucionários a tomada da cidade da Lapa, guarnecida sob o comando do coronel Gomes Carneiro e na qual encontrariam forte resistência, como bem relatou o médico federalista Ângelo Dourado (1992, p. 162): “Estava portanto o Paraná em nosso poder, excepto esse osso

da Lapa que nos atravessa a garganta”. Conforme Westphalen, o efetivo na Lapa não passaria de 1.400 homens, reduzidos a cerca de 900 em razão do socorro dado a Paranaguá e Tijuca. Posto isso, salienta-se que desde dezembro já eram avistadas as vanguardas federalistas, mas estas entraram em combate em meados de janeiro, havendo a cavalaria federalista contornado a cidade, sendo então sitiada, tendo as estradas de ferro e de rodagem interceptadas, bem como as comunicações telegráficas cortadas. Diante do cerco, Gomes Carneiro ordenava o levantamento de trincheiras para a resistência que ia diminuindo pouco a pouco frente ao avanço dos federalistas. O coronel estava disposto a resistir, recusando-se a atender as ponderações feitas pelos emissários para evitar maiores sacrifícios. A essa altura, a guarnição já havia sofrido várias baixas e a população civil sofria em exposição aos bombardeios e às privações de toda ordem (WESTPHALEN, 1997, p. 17).

O golpe final viria com a batalha travada em 7 de fevereiro, quando o coronel Gomes Carneiro acabaria ferido e faleceria dois dias após o ocorrido. Sem uma sucessão para o comando de resistência e o esgotamento dos sitiados, a cidade da Lapa capitula em 11 de fevereiro, quando Gumercindo e outros chefes revolucionários entram na cidade ocupando-a. Depois disso, Gumercindo passaria a organizar seu exército para a arrancada em direção a São Paulo, cujos limites ele chegaria a colocar em perigo, se ali não tivesse se formado uma muralha de homens bem armados da força policial-militar do estado paulista (REVERBEL, 1985, p. 83).

O Cerco da Lapa iria marcar a historiografia sobre a Revolução Federalista. Mesmo com a tomada da cidade, algumas obras consideram como vitoriosa a resistência das tropas legais e enaltecem a figura de heróis e grandes feitos, a exemplo da obra *O Cerco da Lapa e seus heróis*, de David Carneiro (1934), a qual é reconhecida por exaltar a figura de Gomes Carneiro e aponta o cerco como o marco histórico nacional, que salvaguardou a República brasileira. Para mais, parte da historiografia sobre o episódio atribui a defesa da cidade como um fator decisivo para a vitória legalista, visto que os dias de resistência ao cerco teriam dado o tempo necessário para o restabelecimento de forças florianistas, como defende o autor Mozart Pereira Soares:

A demora no cerco da Lapa foi o maior erro estratégico dos revolucionários. Deu tempo a que Floriano Peixoto, então no governo da República, pudesse concentrar tropas em São Paulo, capazes de resistência e triunfo (SOARES, 1998, p. 154).

Ainda, Maria Julieta Cordova (2007) salienta no que se refere à construção do imaginário acerca do evento, que o Cerco da Lapa até hoje é

simbolizado como o marco histórico que permeou a vitória republicana, reiteradamente lembrado e sacralizado pela narrativa preservacionista dos

patrimônios tombados da Lapa, que contam tantas histórias de seus heróis republicanos, da luta e do combate vivido por vinte e seis dias *memoráveis* de resistência e, finalmente, encontrando ampla receptividade no próprio ambiente escolar (CORDOVA, 2007, p. 152, grifo da autora).

No conjunto documental selecionado para a análise, do período que vai da tomada de Curitiba, em meados de janeiro, até o início da retirada dos revolucionários do território paranaense, em abril de 1894, não foram encontrados telegramas enviados a Floriano Peixoto, isso provavelmente ocorreu devido ao corte das linhas telegráficas pelos federalistas durante a tomada do poder. O único relato que se encontra sobre o período foi uma carta de autoria do coronel Julião Serra Martins que descreve, por mais de trinta páginas, os detalhes que marcaram o evento do Cerco da Lapa, em que ele próprio esteve em combate ao lado de Gomes Carneiro.

A carta, datada de 5 de maio de 1894, busca evidenciar ao presidente da República os fatos ocorridos que levaram ao infortúnio da capitulação da Lapa. No documento referido, o coronel pormenoriza as ordens expedidas para a organização das forças e como estas foram constituídas, descreve como a defesa foi elaborada e relata os principais combates, bem como busca fazer menção aos comandantes que se destacaram na luta e na defesa da cidade:

Durante um mez de fogo e vinte e seis dias de sitio e quatro combates dado neste tempo o inimigo perdeu, entre mortos e feridos, cerca de mil e duzentos a mil e trezentos homens e a nosso prejuízo fora, durante este tempo, somente de uns 70 ou 80 entre mortos e feridos. Das forças do Coronel Larcerda, durante este período de tempo, fui informado que cerca de duzentos homens desertaram. Os officiais que compunham a força da Lapa até o referido dia 11, portaram-se de todo bem, assim como os officiais que faziam parte do Estado maior do benemérito do Coronel Carneiro e as do meu Estado os quais faltaria com o dever de justiça de não fazer menção a eles.<sup>140</sup>

A partir desse trecho, Serra Martins passa a citar o nome daqueles que fizeram parte das tropas comandadas por ele e por Gomes Carneiro e que, ao seu ver, mereciam ser reconhecidos pela atuação e bravura. Ainda, continuou seu relato descrevendo como ocorreu a capitulação, sendo possível verificar a intenção do emissor de atribuir responsabilidades àqueles que acreditou serem os culpados pela rendição:

Nos dias 8,9,10 e 11 fiz sustentar fogo vivo até as 7 horas da manhã desde ultimo dia, quando entram pelas trincheiras do Coronel Lacerda um officio de Laurentino, commandante das forças inimigas, convidando terminantemente a capitulação das forças que defendiam os brios Nacionais, tendo sabido que o Coronel Lacerda de acordo com os seus officiais da Guarda Nacional escreveram uma carta a Laurentino Pinto - communicando a morte de Carneiro e que as forças da guarda Nacional da

---

<sup>140</sup> Carta de Julião Augusto da Serra Martins a Floriano Peixoto, 05/05/1894, Itararé – SP. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,CAR.598)

Lapa estavam promptas a capitularem. O alferes Villas Boas fora em comissão por parte dos oficiais da força da Lapa, com as bases da Capitulação e que deveria voltar só communicando os resultados da sua comissão, fomos surpreendido por dito alferes entrado logo com Laurentino, seus oficiais e grande numero de praças dos inimigos em nossas trincheiras dando vivas ao exercito dos adversários, do Laurentino, etc.<sup>141</sup>

Continuou Serra Martins, agora expondo seu posicionamento frente ao ocorrido:

[...] em acto continuo ao enterramento do Coronel Carneiro reconheci que os oficiais da Guarda Nacional e parte das do Regimento de Segurança não queriam mais continuar na sustentações do fogo ou simulação de um combate para rompermos o sitio, porque a minha opinião era socorrer a população com os gêneros de que dispunha Lacerda e manteria a nossa posição até que fosse esgotado o ultimo cartucho; infelizmente encontrei a dissidência promovida por Lacerda e Villas Boas, collocando-me na triste contingência de ter como adversários aqueles que poucos dias combatiam a meu lado.

Percebe-se como a intenção do emissor era demonstrar que seu posicionamento defendia a resistência ao cerco, porém, conforme seu relato, nada pôde fazer frente à falta de acordo com os outros oficiais, sendo muito específico ao atribuir a responsabilidade a alferes Villas Boas e ao coronel Joaquim Lacerda. Por fim, termina sua carta com um discurso que buscava eximi-lo de qualquer culpa que a ele pudesse ser imputada:

Diante d'este fato tão surpreendente para mim, capitulei, restando a consciência e o consolo de não ter traído a minha Patria, empregando os esforços e actividade de que dispuz para manter illesa a Carta Constitucional e a consolidação do Regime Republicano. Eis, pois, Excelentíssimo Marechal, as condições em que me achei colocado, embrenhando-me depois com todos os leaes a causa Republicana em mattas desconhecidas afim de, podendo escapar com vida, hoje trazer ao conhecimento de V. Ex. os factos que vim a narrar, evitando assim que a discórdia da traição continue a invadir a alta administração do Paiz.<sup>142</sup>

Diante do exposto, identifica-se que a retórica utilizada pelo coronel para recontar os eventos do cerco e a consequente capitulação da cidade da Lapa muito se aproxima da abordagem feita por este quanto à tomada da cidade de Desterro pelos revoltosos da Armada, quando então declarou que nada pôde ele fazer diante da decisão dos seus colegas oficiais pela não resistência, ao mesmo tempo em que buscou enaltecer os seus feitos idealizando-os como símbolos exemplares de civismo. Deve-se, de modo simultâneo, levar em consideração que Serra Martins escrevia a Floriano Peixoto em um momento no qual se efetivava o “Conselho

<sup>141</sup> Carta de Julião Augusto da Serra Martins a Floriano Peixoto, 05/05/1894, Itararé – SP. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,CAR.598)

<sup>142</sup> Carta de Julião Augusto da Serra Martins a Floriano Peixoto, 05/05/1894, Itararé – SP. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,CAR.598)

Marcial”, instituído para julgar os crimes políticos, colaboração com os invasores federalistas ou traições perpetradas durante a guerra. Sendo assim, não somente o referido coronel deve ter apelado a sua correspondência com o presidente para afastar qualquer chance de suspeitas, mas muitos outros buscaram furtar-se de qualquer responsabilidade, como Vicente Machado, que assim como evidencia a pesquisa realizada por Sêga (2005), sempre lutou contra o episódio do abandono de Curitiba.

Após a tomada dos principais pontos estratégicos no Paraná, os federalistas viveriam um tempo de relativa calma até o início de março de 1894, quando os revolucionários começariam a sentir seus primeiros reveses. A falta de dinheiro, a derrota da Revolta da Armada no Rio de Janeiro, a retirada de Custódio de Mello rumo ao sul, a alternância exagerada de lideranças no governo provisório e a retomada de Desterro pelas forças florianistas no fim de abril de 1894 não deram outra alternativa aos revolucionários senão a de retroceder, assim, “só restava a Gumercindo deixar o Paraná e, no dia 25 de abril, dividido em três colunas, ele operava a retirada do Exército Libertador dos Campos Gerais em direção sul” (SÊGA, 2005, p. 186).

É também nessa época que a correspondência é retomada com o governo federal, quando, no início de maio, retornavam a Curitiba o governador interino Vicente Machado e o general Ewerton Quadros, este assumindo o comando do Exército nos estados do Paraná e Santa Catarina e do 5º Distrito Militar. Ademais, com a retirada das tropas comandadas por Gumercindo do território, Vicente Machado reconduz o executivo estadual a Francisco Xavier da Silva e resume a ocasião a Floriano da seguinte maneira:

Tenho a honra de acommunicar á V. Ex. que entreguei hoje o Governo do Estado ao ilustre paranaense Dr. Francisco Xavier da Silva, governar. Aproveito a oportunidade para agradecer a V. Ex. as provas de confiança com que honrou-me durante meu Governo e asseguro que seja qual for o posto que reserve a vida publica, terei a maior dedicação notada ao patriota á cuja energia se deve a libertação do meu Estado, ao abnegado chefe que consolidou a Republica, implantando para sempre n'este Paiz o respeito á autoridade a á lei. Saudo a V. Ex.<sup>143</sup>

A correspondência, repleta da mais descarada bajulação, confere a Floriano a imagem de consolidador da República e busca dar provas de confiança e de patriotismo por parte do emissor que retornava à capital agora segura. Era claro que, dando continuidade à sua carreira na vida pública, especificamente vislumbrando uma cadeira no Senado, Vicente Machado não mediria esforços para manter a boa relação com os republicanos, principalmente no que diz respeito ao governo federal.

---

<sup>143</sup> Telegrama de Vicente Machado da Silva Lima a Floriano Peixoto, 14/06/1894, Curitiba – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 123)

No conjunto de telegramas que segue os meses seguintes de 1894, destaca-se o general Francisco Everton Quadros como um dos missivistas mais assíduos. Em sua correspondência, os temas recorrentes versavam, sobretudo, acerca das operações militares postas em prática para afastar qualquer vestígio da presença de forças revolucionárias no estado. Entre os assuntos abordados estavam as condições bélicas e logísticas das colunas legalistas, as baixas e prisões efetivadas, as solicitações de nomeações, armamento, auxílio financeiro e aprovação de medidas estratégicas, bem como a sugestão de deportação de estrangeiros suspeitos de contribuírem com revoltosos, demonstrando como a retaliação ao grupo adversário também se alargou sobre os imigrantes que aderiram à Revolução Federalista.

É importante destacar que, conforme aponta Sêga (2005, p. 189), a contraofensiva legalista no Paraná foi “tão eivada de rancores como em Santa Catarina”, centenas de pessoas foram julgadas e houve contestações sobre o número de execuções dos réus por parte dos historiadores. Não foi possível, por meio do conjunto documental analisado, atestar informações sobre as represálias aplicadas ou violências cometidas contra os federalistas, assim como no exame das demais correspondências referentes aos estados vizinhos. Como elencado anteriormente, por mais que a Revolução Federalista seja hoje reconhecida pelo grande teor de violência desencadeado por ambos os lados em conflito, o tema mostrou-se quase ausente nas mensagens trocadas com o presidente Floriano, e quando tocado no assunto, as barbáries nos campos de batalha e fora deles eram sempre conferidas ao grupo federalista.

Salienta-se que os últimos telegramas enviados do Paraná ao Rio de Janeiro discutem, especialmente, assuntos ligados à política local e à preparação para novas eleições no estado. Neste ínterim, quem se comunicava periodicamente com Floriano era o capitão Joaquim Freire, que assinava sua correspondência como secretário. Era constante em seus telegramas a reclamação feita ao presidente sobre os empecilhos criados pelo governo estadual para a efetivação de novas eleições e, segundo seu relato, a resistência se dava devido ao fato de Vicente Machado ainda não ter completado a idade que o colocava em situação compatível para concorrer ao Senado. Por fim, declarava que se o presidente tivesse ocupado o Paraná militarmente, como fizera em Santa Catarina, não estariam estas lideranças praticando a “politicagem”.<sup>144</sup>

Em contrapartida, Vicente Machado justificava o atraso para novas eleições alegando que federalistas locais ainda poderiam colocar em perigo a ordem e a execução de um novo pleito eleitoral. Além disso, escrevia que Joaquim Lacerda dificultava a situação ao espalhar

---

<sup>144</sup> Telegrama de Joaquim Freire a Floriano Peixoto, 14/08/1894, Curitiba – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 124)



boatos sobre a criação de uma chapa de dissidentes republicanos que contavam com o apoio de Floriano, demonstrando o imbróglgio político no qual se debatiam as lideranças locais após a retomada do poder pelos legalistas:

Coronel Joaquim Lacerda faz assoalhar estado que sob protecção governo V. Ex. vai apresentar chapa dissidente partido republicano querendo assim subordinar a vontade de uma localidade 43 outros que sem discrepância apoiam partido. Não cremos em tal e dever de nunca desmentida lealdade ao vosso glorioso governo que tem tido sem restricções nosso apoio levam-me communicar isso, lamento que utilizem o nome aureolado e querido do Chefe do Estado em intrigas partidárias.<sup>145</sup>

As acusações contra Joaquim Lacerda seguem em outros telegramas do autor. Segundo este, Lacerda, por intermédio de Joaquim Freire, estava intervindo com a força federal no pleito e ameaçando membros do partido republicano com o auxílio de “criminosos federalistas” que ocuparam postos do Exército Libertador – e que agora estavam sendo chamados por Lacerda a saírem de seus esconderijos com a promessa de apoio contra a justiça federal que os processava.<sup>146</sup> O impasse por fim terminaria com o ato instituído pelo governo estadual que adiou as eleições para 6 de janeiro do ano seguinte, atitude vista como necessária por Vicente Machado:

Governador do Estado diante da extraordinaria pressão exercida pela remessa de fortes contingentes de força federal para todas localidades, e na maior parte entregues a indivíduos a acção justiça federal como réus na revolta addiu por acto de hoje eleição para 6 de janeiro anno vindouro. Estou convencido e como eu, partido republicano que V. Ex. é alheio ao manejo que volta as armas contra os melhores amigos do governo de V. Ex. e da ordem legal.<sup>147</sup>

A manobra enfim daria tempo para a concretização e rearticulação política dentro do estado que acabou por eleger Francisco Xavier para o executivo estadual e Vicente Machado como senador. Conforme Sêga (2005, p. 193), a vida política no Paraná após a Revolução Federalista foi marcada pelo domínio dos republicanos locais sobre os liberais, os quais passaram a ser perseguidos por meio de inquéritos criminais depois da derrota na revolta. Logo, a correspondência aqui analisada vem ao encontro desse entendimento, demonstrando como a guerra civil que eclodira no Rio Grande do Sul incidiu claramente sobre o contexto político do Paraná e antes mesmo desta avançar sobre o estado, pois os embates já estavam sendo travados

<sup>145</sup> Telegrama de Vicente Machado da Silva Lima a Floriano Peixoto, 16/09/1894, Curitiba – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 124)

<sup>146</sup> Telegrama de Vicente Machado da Silva Lima a Floriano Peixoto, 06/10/1894, Curitiba – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 124)

<sup>147</sup> Telegrama de Vicente Machado da Silva Lima a Floriano Peixoto, 09/10/1894, Curitiba – PR. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL. 124)

entre as facções rivais representadas pelos simpatizantes do partido republicano e os sujeitos que buscavam se agremiar em torno dos ideais defendidos pelos federalistas gaúchos.

A troca epistolar evidenciou a trama estabelecida entre os indivíduos por meio das práticas e discursos presentes em suas correspondências que, além de revelarem as inúmeras dificuldades, divergências e acusações encontradas na logística militar e no campo de batalha pela forças legais, compartilham valores comuns ancorados naquilo que os missivistas acreditavam ser o verdadeiro ideal republicano, vindo a somar com a imagem criada em torno de Floriano Peixoto como o grande salvador da pátria e consolidador do novo regime. No entanto, mesmo com a debandada dos revolucionários do território paranaense, os federalistas sul-rio-grandenses não se deram por vencidos, visto que Gumercindo Saraiva dava continuidade a sua marcha retornando ao sul do país enquanto efetuava ataques em diferentes pontos.

Foi nesse regresso, penoso, diga-se de passagem, que Gumercindo uniria suas forças com as de Prestes Guimarães quando se aproximava de Passo Fundo, em meados de junho de 1894. Ali, encontraram a Divisão do Norte muito bem organizada e, acima disso, muito bem equipada e armada. A batalha entre os exércitos inimigos ficou conhecida pela historiografia como a maior da guerra. Os dois lados tiveram perdas, contudo, os maiores reveses foram sentidos pelos revolucionários federalistas. General Lima assim relatou:

Caudilhos Gomercindo, Aparicio, Prestes, depois seis e meia horas nutrido fogo, derrotados completamente, fugindo vergonhasamente do campo da lucta, levando como tropheu grande número de feridos, deixando campo lucta cadáveres.<sup>148</sup>

O general reconhecia a importância dessa vitória descrita como um “grande feito heroico”. Segundo ele, mesmo sendo ferido em combate, muito sangue ainda lhe restava para derramar pela República. Marechal Floriano também reconheceu o feito no campo de batalha e escrevia diretamente a general Lima que, embalado por palavras cordiais, agradeceu o reconhecimento do presidente:

Sciente vosso telegramma intermedio Ministro da Guerra, em meu nome e bravos commandados agradeço expressões e louvores que nos dirigistes, a divisão que tenho a honra de commandar cumpriu como sempre seo dever deffendendo instituições e vosso applaudido governo, continuo firme no meo posto como republicano leal e

---

<sup>148</sup> Telegrama de Rodrigues Lima a Floriano Peixoto, 28/06/1894, Passo Fundo – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.132).

sincero apreciador das altas qualidades que ornam vossa illustre pessoa. Saudo-vos respeitosamente. Viva a Republica!<sup>149</sup>

A batalha travada em meados de 1894 seria, de fato, um divisor de águas no rumo do conflito. Após o combate, os federalistas sofreriam mais um golpe que abreviaria a derrocada das forças revolucionárias. Em agosto, em novo confronto travado em Carovi, a grande esperança de vitória dos rebeldes, Gumercindo Saraiva, seria ferido e em algumas horas estaria morto. A importância que o general representava para as forças federalistas pôde ser reconhecida pela quantidade de telegramas recebidos por Floriano parabenizando-o pela morte do chefe combatente. O ministro da Guerra escrevia dando a certeza da morte ao afirmar que o corpo do cadáver havia sido exumado. Nas correspondências, frequentes eram as adjetivações pouco elogiosas direcionadas a Gumercindo: “caudilho degolador”, “bandido oriental”, “indigno”, “estrangeiro mercenário”, “assassino”, entre outras humilhações.

Dispersos, os federalistas migraram para os países vizinhos na tentativa de nova reorganização. Repetindo o que afirmava desde o início das hostilidades, Castilhos confiava que a Revolução chegava ao fim: “Congratulo-me convosco pelas ultimas victorias sucessivas que vibraram golpe final sobre sangrenta e abominável revolução monarchica. Viva a Republica!”.<sup>150</sup> Enganou-se o republicano mais uma vez, visto que o conflito ainda seguiria por alguns meses, contudo, era inegável que a revolta já mostrava sinais que não resistiria por muito tempo. Após a morte de Gumercindo, seu irmão, Aparício Saraiva, ainda comandaria outros ataques na campanha, ao mesmo tempo em que o Almirante Saldanha da Gama, um dos chefes revoltosos da Esquadra, acabou aderindo à causa federalista entrando na contenda.<sup>151</sup> Esses fatos fizeram com que a guerra se estendesse até agosto de 1895, quando então as forças revolucionárias mostraram-se suficientemente enfraquecidas, acabando assim por facilitar as negociações referentes à pacificação do Rio Grande do Sul, algo que tornou-se prioridade para o novo chefe de Estado, Prudente de Moraes, primeiro presidente civil eleito no país.

---

<sup>149</sup> Telegrama de Rodrigues Lima a Floriano Peixoto, 05/07/1894, Passo Fundo – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.132).

<sup>150</sup> Telegrama de Júlio de Castilhos a Floriano Peixoto, 06/09/1894, Porto Alegre – RS. Fundo Floriano Peixoto. Arquivo Nacional (BR AN,RIO Q6.LEG.COR,TEL.133).

<sup>151</sup> O almirante Saldanha da Gama, que se achava emigrado no Prata dividindo o tempo entre Montevideú e Buenos Aires, assumiu o comando da Revolução por delegação de Gaspar Silveira Martins. O Almirante foi responsável em organizar a última investida dos federalistas no conflito em fins de abril de 1895, quando invadiram o Rio Grande, contudo, em 24 de junho, na Batalha de campo Osório, o almirante foi surpreendido em um ataque das tropas legalistas ocasionando em sua morte. A guerra encaminhava-se para seu fim, as tropas federalistas já não tinham mais condições de permanecer no conflito. Assim, começariam as negociações para a pacificação do estado (REVERBEL, 1985, p. 75).

Desse modo, a correspondência enviada a Floriano pelos comandantes sul-riograndenses nos últimos meses de 1894 trataria basicamente sobre operações de guerra que versavam sobre a atuação de algumas forças no interior do estado e na defesa das fronteiras. Além disso, assuntos referentes a promoções de oficiais do Exército por seus feitos em batalhas e vitórias também seriam pauta das discussões, sendo o ministro da Guerra o encarregado de expor ao marechal Floriano quem era merecedor de ascensão no cargo. Finalmente, em 15 de novembro, mesmo dia do término do mandato de Floriano Peixoto, o ministro mandava publicar na Ordem do Dia seus agradecimentos e despedidas:

Ao Exército, a heróica Brigada Militar, as valorosas e abnegadas legiões de milícias civis, Guardas Nacionais e Corpos Provisórios que confraternizados, unidos pelos laços sagrados do patriotismo, animados de ardente entusiasmo pela causa santa que defendemos, sofrendo não só resignados, mas contentes os rigores das estações, os incômodos de longas e penosas marchas muitas vezes, a pé por ásperos caminhos neste Estado e no de Santa Catarina e Paraná e lutando com todas as privações, superando todas as dificuldades, combatendo e vencendo o inimigo das instituições com heróica bravura, elevaram tão alto a gloriosa bandeira da República (BENTO; GIORGIS, 1995, p. 114).

O período mais conturbado da guerra havia transcorrido e, por mais que os federalistas saíssem do conflito vencidos, a Revolução Federalista confirmou que derrotá-la, no entanto, não seria tão fácil. De qualquer maneira, deve-se concordar em um ponto: a vitória das forças legais foi lograda graças ao auxílio e à coadjuvação do governo federal tendo à frente de seu comando o marechal Floriano Peixoto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No segundo semestre de 1894, os federalistas sul-rio-grandenses, enfraquecidos pelos fracassos da guerra e sem condições de prosseguirem na luta, já sinalizavam uma certa abertura para as negociações acerca da pacificação do Rio Grande do Sul. Com a troca do executivo nacional, o novo presidente, Prudente de Moraes, demonstrava sua inclinação para dar sequência às tratativas de paz, frente ao desgaste decorrente do esforço de guerra. Entretanto, a pacificação não seria consensual entre os revolucionários ou mesmo entre os membros do governo legal. Após uma série de avanços e reveses nas negociações, o general Inocêncio Galvão de Queiroz foi nomeado por Prudente de Moraes, em 7 de maio de 1895, para tratar diretamente com o líder federalista Silva Tavares os termos de paz, chegando ao Rio Grande no dia 8 de junho.

Entre as condições para renderem suas armas, os federalistas exigiam a deposição de Júlio de Castilhos, proposta não aceita por Prudente, justificando não querer correr o risco de prolongar a guerra civil com uma reação castilhista. Além disso, os federalistas exigiam que a “Reconstituição do Estado do Rio Grande”, ou seja, a revisão da Constituição positivista de 14 de julho de 1891, obra apontada por eles como uma das causas da revolta. No entanto, Júlio de Castilhos não admitiu semelhante intromissão, afirmando ser um “Estado constituído”, obtendo apoio de outros republicanos do país. Dessa forma, a requisição federalista não foi aceita pela União, alegando ir contra a liberdade dos Estados e a Constituição Federal. Castilhos, por sua vez, foi obrigado a aceitar a anistia dos revoltosos e, em 23 de agosto de 1895, enfim a pacificação do Rio Grande do Sul foi assinada na Convenção de Pelotas.

A Revolução Federalista certamente foi um dos grandes desafios que o jovem regime republicano teve de enfrentar nos seus anos iniciais. A luta pelo poder local evidenciou a instabilidade política que fez parte daquele contexto, no qual o reajustamento político, social e institucional no país, e em cada estado em particular, ainda necessitavam ser devidamente estabelecidos e consolidados. O vínculo entre os atores políticos e entre os poderes central e regional foi responsável pela introdução de novas relações de poder que, longe de se estabelecerem sem contestações, levaram facções políticas aos embates por disputas que garantissem a legitimidade de cada grupo e a sua participação na estrutura do novo regime, chegando a casos extremos, como a guerra civil desencadeada no sul do país em 1893.

A análise sobre a correspondência passiva de Floriano Peixoto evidenciou aspectos não elucidados em outros estudos sobre a temática. Assim, a documentação investigada serviu como uma via importante para compreender os mecanismos e a construção de vínculos, especialmente

os ligados às relações sociais e de poder. A partir disso, foi possível vislumbrar como a Revolução Federalista contribuiu efetivamente para o estabelecimento de negociações, bem como delações entre os indivíduos e os grupos que disputavam o poder e que viam, na interlocução estabelecida com o presidente Floriano Peixoto, a possibilidade de concretizar as suas expectativas.

Em específico, o exame sobre a correspondência referente aos três estados envolvidos diretamente com a revolta, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, permitiu perceber o conflito por meio de uma perspectiva regional, sem, no entanto, deixar de reconhecer as especificidades de cada local. Ao mesmo tempo, a partir do liame constante, possibilitou reconhecer as relações do conflito com o espaço maior ao aprofundar questões concernentes à política em seu nível nacional.

Enquanto no Rio Grande do Sul e no Paraná atestou-se que grande parte das correspondências versavam sobre operações e estratégias militares, em Santa Catarina a discussão se deu, sobretudo, em torno da política interna e a disputa entre as facções pelo poder do estado que buscavam, constantemente em seus discursos, legitimar-se a fim de assumir os rumos da administração republicana. Isso se deve, provavelmente, em razão de que, diferentemente do que ocorria nos demais estados do sul em que Floriano declarava seu apoio incondicional aos partidos republicanos locais e combatia qualquer ameaça que pudesse pôr em risco a hegemonia desses grupos, no caso catarinense, o presidente optava por assumir uma postura dúbia, isto é, não aprovando nem desautorizando as trocas de poder que ocorriam entre as lideranças de ambos os partidos em disputa, ao menos até a tomada de Desterro pelos revolucionários. Consequentemente, isso levou com que os atores envolvidos utilizassem do espaço em suas correspondências para construir retóricas que associassem os adversários aos federalistas gaúchos e aos planos ligados à Revolução, demonstrando como a revolta extrapolou seu campo de atuação, servindo como dispositivo para a construção e a defesa de ideários políticos específicos.

Ademais, constatou-se como as divergências internas também estavam presentes nos relatos que chegavam ao governo central. Acusações e queixas eram recorrentes, seja para denunciar a desaprovação do emissor sobre determinadas decisões, seja para eximir-se de qualquer culpa que poderia ser associada ao remetente. Verificou-se, ainda, que por mais que os discursos buscassem construir a imagem convicta da vitória sobre os inimigos, muitas foram as dificuldades encontradas na organização e manutenção das tropas legais, o que pôde ser confirmado pelos relatos de extremas dificuldades encontradas e constantes pedidos de auxílio feitos ao governo federal.

Sobretudo, conclui-se, a partir da análise, como as batalhas políticas entre membros dos antigos partidos do tempo do Império persistiram após a implementação do novo regime. Eles buscaram, nesse novo contexto, a rearticulação das forças frente ao quadro político que se formava, dando margem para a organização de agremiações que, identificando-se ou não com os ideias federalistas defendidos pelos gaúchos, assumiram posições antagônicas antes mesmo da Revolução eclodir ou alcançar os estados que viriam a ser atingidos pelo conflito. A consequência disso foi a constituição de um discurso que colocava o grupo que se encontrava no poder como legítimos republicanos, enquanto a associação dos adversários ao movimento revolucionário, identificado como uma revolta com intuítos restauradores, serviu como mecanismo de desqualificação, por mais que movimento não significasse necessariamente a defesa do monarquismo. Assim sendo, tal dispositivo foi utilizado como meio de rechaçar as crises de legitimidade, inerentes ao período de transição, e qualquer ameaça que colocasse em xeque o *status quo* alçado pelos grupos que se consideravam os únicos e verdadeiros republicanos.

Frente ao clima beligerante, detectou-se nas correspondências a emergência de retóricas que representassem promessas capazes de reverter o quadro de desordem vivido pela revolta. As lideranças locais não poupavam palavras ao escrever para o presidente a fim de transmitirem confiança ao afirmarem que todos os sacrifícios seriam feitos para a defesa da causa republicana. Nesse quadro, se estabeleceria uma relação entre os poderes locais e o nacional, resultando na união positiva em torno da figura do presidente da República. Além disso, verificou-se no conjunto documental a similaridade dos discursos que conferiam a Floriano Peixoto o papel de salvador e consolidador da República. A crise desencadeada pela Revolução contribuiu para o aparecimento de manifestações propícias que asseguravam o poder absoluto ao exercício presidencial, interpretado, nesse sentido, como o único capaz de promover o progresso, servindo como substrato para engendrar e pôr em prática as expectativas das facções políticas que procuravam cimentar suas bases.

A narrativa construída pelos missivistas acerca do heroísmo, seja pelos oficiais em operação na guerra ou pelo presidente da República, conotam a estratégia de construir e sedimentar o consenso em torno dos ideais que estes defendiam. Nessa perspectiva, a luta contra os adversários federalistas era, antes de tudo, a batalha pela salvação do novo regime. Portanto, os acontecimentos envolvendo a contenda serviram para glorificar a República interpretada por eles como a ideal, ou seja, aquela vencedora da barbárie e da desordem. Assim, esse discurso buscava mascarar a heterogeneidade vivida no quadro político da época, pois diversos projetos republicanos estavam em confronto, por isso a necessidade de estreitar e alinhar os laços com

o governo central. Enquanto uma possível vitória dos revolucionários representaria a indefinição quanto ao futuro do regime implantado, o oposto ocorreria se as forças legais alcançassem o êxito ao término do conflito, visto que estas identificavam-se com a própria política que vinha do centro e que tinha como chefe máximo Floriano Peixoto, representante da ordem e da moral militar.

Esse discurso se mostrou usual em praticamente toda correspondência sobre a Revolução analisada. Nessa perspectiva, a derrota, na interpretação discursiva do grupo intitulado republicano, significaria a ruína do regime recém instaurado, mesmo que na prática os intuídos do inimigo não tivessem esse propósito como objetivos da luta. Diante disso, interpretou-se tais posicionamentos levando em consideração que todo ato de linguagem é produto da ação de seres psicossociais, ou seja, os sujeitos da fala são testemunhas mais ou menos conscientes das práticas sociais e imaginárias da comunidade a que pertencem. Nesse sentido, defender o discurso de que a causa legal era a causa da República, fazia parte dos *estatutos* de reconhecimento, sendo a maneira de exacerbar o “orgulho de ser si mesmo”, valorizando os traços de caráter comunitário do grupo ao qual se pertencia. O discurso patriótico, nesse entendimento, ganhou espaço na escrita sendo utilizado com forte carga emocional ao mesmo tempo em que Floriano Peixoto fora coroado como único e possível salvador da República, em anteposição aos que quiseram macular o regime.

As correspondências trocadas com o presidente apresentaram um panorama político no qual os procedimentos junto ao governo federal foram fundamentais para o rumo da guerra, sendo possível distinguir marcas de relações mútuas. Percebeu-se como as lideranças que se comunicavam com Floriano Peixoto sabiam da relevância estratégica da aproximação e apoio vindos do centro para a conquista e manutenção do poder. Sendo assim, as correspondências evidenciaram como os embates não se davam apenas no campo de batalha, mas também nos procedimentos de intensificação do discurso que buscava conferir sentido e gerar significações em um contexto no qual determinados projetos políticos procuravam consolidar-se. Dessa forma, verificou-se como a intervenção federal no conflito, inclusive após o seu término, teve como consequência a consolidação dos partidos republicanos dentro de cada um dos estados aqui analisados, os quais perpetuar-se-iam frente à administração política por muito tempo ainda. Assim, reconheceu-se como a Revolução Federalista influenciou diretamente para a rearticulação política nos primeiros anos da República, visto que esta foi marcada pelo complexo entrelaçamento entre os conflitos, as crises de legitimidade e a construção de heróis e mitos salvadores.



Contudo, a Revolução Federalista, em grande medida, acabou sendo interpretada pela historiografia como uma guerra que ficou restrita ao Rio Grande do Sul, não sendo, muitas vezes, considerada como uma guerra civil de proporções nacionais. Frente a isso, considera-se como um desafio para os estudos acerca da temática a possibilidade de aprofundar questões referentes aos influxos do conflito no que tange a política nacional do período, bem como os impactos da contenda no que diz respeito aos aspectos sociais e econômicos do país, os quais acabaram afetados pelo esforço de guerra. Da mesma forma, o caráter internacional da Revolução abre novos ensejos de pesquisa, visto que a revolta extrapolou o território nacional, sendo assim, muito pode ser acrescentado aos estudos voltados às relações internacionais ou à área da história diplomática. Também, a análise de periódicos estrangeiros que noticiavam o conflito apresenta uma vasta documentação a ser explorada.

Ainda, outros temas podem ser importantes para o estudo da Revolução Federalista. Sugere-se a necessidade de pesquisas que aprofundem questões acerca dos programas partidários que levaram a aproximação e o apoio entre os revolucionários sul-rio-grandenses e as demais facções políticas durante o conflito. Além disso, um exame mais detalhado sobre o caráter restaurador e/ou separatista da Revolução pode ser significativo para maiores esclarecimentos e compreensão do conflito. Ademais, a questão da anistia concedida aos revoltosos foi algo amplamente debatido e dividiu opiniões tanto na imprensa como no Congresso Nacional, o que demonstra ser esse um tema possível de ser examinado. Em suma, a utilização de novos aportes teóricos e metodológicos pelos historiadores abrem um leque para que perspectivas inéditas possam ser discutidas. Assim, percebe-se como as possibilidades de pesquisas sobre a temática que envolve a Revolução Federalista ainda estão longe de se esgotar.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Francisco das Neves. A ruptura Brasil-Portugal à época da Revolta da Armada. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 231-246. dez. 1998.
- ANDRADE, Gustavo Figueira. A preservação da memória familiar sobre a atuação do general Joca Tavares durante a Revolução Federalista de 1893-1895. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, ano 97, n.152, p. 33-52, 2017.
- ARIAS NETO, José Miguel. A Revolta da Armada de 1893: um “fato” construído. In: JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho (Orgs.). **A história na política, e a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Fundo Floriano Peixoto – (Q6)**: inventário sumário dos documentos textuais. Equipe de Documentos Privados, revisão: Beatriz Moreira Monteiro. 3. ed. Rio de Janeiro: 2010.
- AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia dos mundos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BARBOSA, Raymundo Rodrigues. **História do Superior Tribunal Militar**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952.
- BACKES, Ana Luiza. **Fundamentos da ordem republicana: repensando o Pacto de Campos Sales**. Brasília: Câmara dos deputados, Coordenação de Publicações, 2006.
- BENTO, Cláudio Moreira; GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **História da 3ª Região Militar (1889-1953)**. Comunicação Gráfica: Porto Alegre, 1995.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. **Notas para a história catarinense**. Florianópolis: Livraria Moderna, 1912.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- CABEDA, Coracio Bragança Pardo; AXT, Gunter. Introdução. In: TAVARES, Francisco da Silva. **Diários da Revolução Federalista de 1893**. CABEDA, Coracio Bragança Pardo; AXT, Gunter; SEELING, Ricardo Vaz. (Orgs.). Porto Alegre: Procuradoria Geral de Justiça, Projeto Memória, 2004. Tomo I. (Memória Política e Jurídica do Rio Grande do Sul; 3)
- CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Laudes; 1970.
- CAMARGO, Joracy. **O Consolidador da República**. Rio de Janeiro: Departamento nacional de Propaganda, 1939.
- CARNEIRO, David. **O Paraná e a Revolução Federalista**. 2. ed. Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte: Indústria Gráfica Gonçalves, 1982.
- \_\_\_\_\_. **O Cerco da Lapa e seus heróis**. Rio de Janeiro: Ravaro, 1934.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. Uma teoria dos Sujeitos da Linguagem. In: MARI, Hugo [et al]. **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001. p.23-38.

CHASTEEN, John Charles. **Heroes on horseback: a life and times of the last gaucho caudillos**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1995.

CHEREM, Rosangela Miranda. Do sonho ao despertar: expectativas sociais e paixões políticas no início republicano na capital de Santa Catarina. In: BRACHER, Ana; AREND, Silvia Maria Fávero (Orgs.). **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Ed da USFC, 2001.

\_\_\_\_\_. **Os faróis do tempo novo: política e cultura no amanhecer republicano da capital catarinense**. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

CORRÊA, Carlos Humberto. **Militares e civis num governo sem rumo**. Florianópolis: EDUFSC, 1990,

COSTA, Marcos Vinícius. A Revolução Federalista (1893-1895): O contexto platino, as redes, os discursos e os projetos políticos liberal-federalistas. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 3, n. 6, p. 1-20, jul./dez. 2009.

DORNELLES, Sejanos. **Gumersindo Saraiva: o guerrilheiro pampeano**. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

DOURADO, Ângelo. **Voluntários do Martírio**. Narrativa da Revolução de 1893. Fac-símile da edição de 1896. Porto Alegre: Martins Livreiro. 1992.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, p. 61-91.

FERREIRA FILHO, Arthur. **História geral do Rio Grande do Sul**. 5.ed. Porto Alegre: Globo, 1978.

FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org). **O Tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. 5. ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1996.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. Porto Alegre: Globo. 1996.

\_\_\_\_\_. O Sentido Histórico da Revolução de 1893. In: DAMASCENO, Athos et al. **Fundamentos da Cultura Rio-Grandense**. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1962.

FREIRE, Felisbelo. **História da Revolta de 6 de Setembro de 1893**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

GASPAR, Waleska Sheila. A “locomotiva” do Brasil volta seu olhar para o sul: interpretações do *O Estado de São Paulo* sobre a Revolução Federalista (1893-1895). 79 f. Monografia (Licenciatura em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2016.

GOMES, Angela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève. **Escritas Epistolares**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

HEINSFELD, Adelar. A ruptura diplomática Brasil-Portugal: um aspecto do americanismo do início da República brasileira. In: **XXIV Simpósio Nacional de História**. São Leopoldo/RS, jul. 2007.

JESUS, Christianne Theodoro de. **Memórias da repressão política na primeira República**: relatos jornalísticos, memorialísticos e literários da repressão florianista durante a Revolta da Armada (1893-1894). 122 f. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Brasília, 2018.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

JULLIARD, J. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Orgs.). **História**: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LACERDA, Francisco Brito. **O cerco da Lapa**: do princípio ao fim. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, 1985.

LE GOFF, Jacques. A política será ainda a ossatura da História? In: **O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983, p. 215-236.

LEMOS, Renato. **Bem traçadas linhas**. A história do Brasil em cartas pessoais. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

LOPES, Hélio Raimundo. Monteiro, Carneiro. In: ABREU, Alzira Alves (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2015.

LOVE, Joseph LeRoy. **O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LUNARDI, Emy Francielli. **Batalha de discursos: o advento Republicano e a (Re)construção da Política Catarinense no Jornais Partidários (1889-1898)**. 241 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

LUZ, Fábio. **A invasão federalista em Santa Catarina e Paraná**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1941.

MACEDO, Roberto. **Floriano na guerra do Paraguai: sugestões para o próximo centenário do Marechal de Ferro**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1938.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013.

MEIRINHO, Jali. **República e oligarquia: subsídios para a história catarinense (1889-1930)**. Florianópolis: Insular, 1997.

NECKEL, Roselane. **A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

PADOIM, Maria Medianeira. República, federalismo e fronteira. **História Unisinos**. São Leopoldo, v. 14, n. 1, p. 49-54. jan./abr. 2010.

PEIXOTO, Artur Vieira. **Biografia do Marechal Floriano Peixoto**. Rio de Janeiro: Min. da Educação e Cultura, 1939.

PENNA, Lincoln de Abreu. **O progresso da ordem: o florianismo e a construção da República**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. O progresso da ordem: o florianismo na lógica do consenso mínimo. **Locus Revista de História**. n. 2 v. 2, p. 25-36, 1992.

PEREIRA, Carlos da Costa. **A revolução federalista de 1893 em Santa Catarina**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1976.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: história da gente**. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1983.

POMBO, Rocha. **Para a história**. Curitiba: Fundação Cultural, 1980.

PROCHASSON, Christophe. Les correspondances: sources et lieux de mémoire de l'histoire intellectuelle. **Les cahiers du Centre de Recherches Historiques**, n. 8, p. 1-5, 1991.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. **A Diplomacia Marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 1999a.

\_\_\_\_\_. História regional: dimensões teórico-conceituais. **História: debates e tendências**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, v. 1, 1999b.

- RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- REVEL, Jacques (Org.) **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- REVERBEL, Carlos. **Maragatos e pica-paus: guerra civil e degola no Rio Grande**. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- ROSSATO, Luciana. **Imagens Construídas: Imaginário Político e Discurso Federalista no Rio Grande do Sul (1889-1896)**. Florianópolis: UFSC: 1999. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.
- ROSSATO, Monica; PADOIN, Maria Medianeira. A trajetória de Gaspar Silveira Martins: relações de poder entre a região fronteira platina e a Europa. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, ano 96, n. 151, p. 139-159, 2016.
- SAES, Guillaume Azevedo Marques. **A República e a espada: a primeira década republicana e o florianismo**. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos. **“O mais esquisito dos espetáculos”**: a crise do asilo diplomático entre Brasil e Portugal em 1894. 272 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- SANTOS, Noronha. **A Revolução de 1891 e suas consequências**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1939.
- SÊGA, Rafael Augustus. Revolução Federalista, 110 anos. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 1, n. 2930, p. 177-215, jan./jun. 2004.
- \_\_\_\_\_. **Tempos Belicosos: a Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado (1889-1907)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.
- SENNA, Ernesto. **Deodoro, subsídios para a história**. Brasília: Unb, 1981.
- SILVA, Izabel Pimentel da. Castilhos, Júlio de. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
- SILVA, Marcio Antônio Both da. “Quero ser senhor do meu fucinho”: a face agrária da Revolução Federalista nas matas do Rio Grande do Sul (1893-1895). **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 17, n. 2, p. 275-292. jul./dez. 2017.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Republicanism e Federalismo: um estudo da implantação da república brasileira (1889-1902)**. Brasília: Senado Federal, 1978.

SOARES, Mozart Pereira. **O positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

STARLING, Heloísa Murgel; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

TOPIK, Steven C. **Comércio e canhoneiras: Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-97)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)**. 279 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. Vasques, Bernardo. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

VENANCIO, Giselle Martins. Cartas de Lobato a Vianna: uma memória epistolar silenciada pela história. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

VERISSÍMO, Érico. **O tempo e o vento I**. O Continente, 2º Tomo. Porto Alegre: Globo, 1948.

VILLALBA, Epaminondas. **A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, Documentos e Comentários**. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia. Editores, 1897.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Unidos perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro**. Curitiba: CRV, 2017.

WEISTEINS, Bárbara. História Regional versus história nacional: repensando as categorias de uma perspectiva comparativa. **Território e fronteiras**, UFMT, v. 4, n. 1, jan./jun. p. 23-31, 2003.

WESTPHALEN, Cecília Maria. E assim nasceu a legenda. **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**. n. 11, Curitiba, p. 7-22, jul. 1997.

## **APÊNDICES**



## APÊNDICE A – Quadro remetentes do Rio Grande do Sul (1893-1894)

Remetentes	Ocupação	Nº missivas
Alfredo Varelar	Professor/ jornalista	1
Antão de Faria	Militar/ jornalista	1
Antônio Joaquim Bacelar	Militar / General	24
Antônio Pêgo Júnior	Militar / General	48
Arthur Oscar	Militar / General	2
Bento Ribeiro	Político	1
Bernardo Vasques	Militar / General	1
Carlos Telles	Militar / Coronel	9
Cassiano Nascimento	Ministro das Relações Exteriores	3
Emílio Carlos Jourdan	Militar / Coronel	1
Ernesto Jolas	-	1
Fernando Abbott	Político / Deputado Federal	7
Francisco Antônio de Moura	Ministro da Guerra	113
Hipólito Ribeiro	Militar / General	7
João Telles	Militar / General	52
Joaquim Antônio Xavier do Vale	Militar / Brigadeiro	1
Juca Telles	-	1
Júlio Prates de Castilhos	Governador	95
Major Magalhães	Militar	1
Manuel Luís de Melo Nunes	-	1
Menna Barreto	Militar / Coronel	1
Pantaleão Telles	Militar / Coronel	1
Pinheiro Machado	Político / Senador	15
Rodrigues Lima	Militar / General	8
João Cezar Sampaio	Militar / Coronel	18
Vitorino Monteiro	Deputado Federal / Ministro Plenipotenciário no Uruguai	24
Zacharias Paula Xavier	-	1
<b>Total</b>	-	<b>438</b>

Fonte: A autora (2019).

## APÊNDICE B – Quadro remetentes de Santa Catarina (1893-1894):

Remetente	Ocupação	Nº de missivas
Adriano Schaefer	Político	01
Antônio Moreira César	Militar / Coronel	15
Antonio Pinto da Costa Carneiro	Político / Deputado	01
Aristides Augusto Vilas Boas	Militar / Alferes	54
Câmara municipal de Itajaí	-	02
Câmara municipal de Laguna	-	02
Câmara municipal de São Francisco	-	01
Câmara municipal de Tijucas	-	02
Câmara municipal de Tubarão	-	01
Carlos Campos	Político / Deputado	02
Celso Freitas	Militar / Alferes	01
Cristovão Nunes Pires	Político / Deputado / vice-governador	04
Dr. Cunha	-	01
Elyseu Guilherme da Silva	Político / vice-governador	21
Ernesto Silva	-	01
Francisco Rodrigues	-	01
Genuino Firmino Vidal Capistrano	Político/ Advogado/ Jornalista	01
Hercílio Luz	Político / Chefe da Comissão de Terras / Governador	08
Herique Probst	Político / Prefeito de Blumenau	01
João Teixeira	Político	01
José Bernardino Bormann	Militar / Marechal	01
Julião Augusto Serra Martins	Militar / Coronel	84
Major Firmino	Militar	07
Manuel Joaquim Machado	Militar / Governador	11
Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão	Militar / Coronel	08
Membros do Tribunal de Justiça	-	01
Partido Republicado de Desterro	-	01
Partido Republicano de Joinville	-	01
Partido Republicano de Laguna	-	01
Partido Republicano de Tijucas	-	01
Partido Republicano de Tubarão	-	01
Pedro Ferreira e Silva	Militar / Político	01
Raulino Horn	Político / Senador	02
Sebastião Alves Camacho	Político / Vice-prefeito São Francisco	01
<b>Total</b>	-	<b>242</b>

Fonte: A autora (2019).

## APÊNDICE C – Quadro remetentes do Paraná (1893-1894):

<b>Remetentes</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Nº missivas</b>
Antônio Ernesto Gomes Carneiro	Militar/Coronel	36
Antonio José Faria	Político	4
Antonio José Pêgo Junior	Militar/General	3
Aristides Augusto Villas Boas	Militar/Alferes	15
Francisco Everton Quadros	Militar/General	57
João Candido Ferreira	Político	3
Joaquim Freire	Militar/Capitão	7
Joaquim Lacerda	Político	4
Joaquim Martins Melo	Militar	3
Julião Serra Martins	Coronel	15
Lauro Muller	Político	4
Manoel José de Faria Albuquerque	Político	3
Vicente Machado da Silva Lima	Político/Governador	68
<b>Total</b>	-	<b>222</b>

Fonte: A autora (2019).

**ANEXO**

ANEXO A – Mapa da viagem de ida e volta das tropas revolucionárias federalistas nos três estados do sul do Brasil



Fonte: José Scutari, 1894. Mapoteca do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Disponível em: [https://www.ihgrgs.org.br/mapoteca/cd\\_mapas\\_rs/CD/CapIII.htm](https://www.ihgrgs.org.br/mapoteca/cd_mapas_rs/CD/CapIII.htm). Acesso em: 17 mar. 2019.